

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

MARIANA DE ALMEIDA PÍCOLI

**IDEIAS DE LIBERDADE NA CENA POLÍTICA CAPIXABA:
O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM VITÓRIA. (1869/1888)**

VITÓRIA
2009

MARIANA DE ALMEIDA PÍCOLI

**IDEIAS DE LIBERDADE NA CENA POLÍTICA CAPIXABA:
O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM VITÓRIA. (1869/1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos.

Vitória
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Pícoli, Mariana de Almeida, 1981-

P598i Ideias de liberdade na cena política capixaba : o movimento
abolicionista em Vitória (1869/1888) / Mariana de Almeida Pícoli. –
2009.

142 f.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Movimentos antiescravagistas - Vitória (ES). 2. Imprensa -
Vitória (ES). I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

MARIANA DE ALMEIDA PÍCOLI

**IDEIAS DE LIBERDADE NA CENA POLÍTICA CAPIXABA:
O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM VITÓRIA. (1869/1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Beatriz Gallotti Mamigonian
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

À minha mãe Patricia Lage, Luisa e Léo.

AGRADECIMENTOS

Nasci em Juiz de Fora, Minas Gerais, estudei o ensino fundamental, médio e superior naquela cidade, e depois de graduada decidi me mudar para o Espírito Santo acompanhando meu namorado, Léo. Entre todas as coisas que sonhava em fazer, o mestrado estava em primeiro lugar. Possuía o conhecimento da existência do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo. Em janeiro de 2006, com muita convicção da vontade em dar prosseguimento aos estudos, entrei em contato com a Prof.^a Dr.^a Silvana Mota Barbosa, minha professora na Universidade Federal de Juiz de Fora. Em nossa conversa, Silvana falou-me de uma professora da UFES, muito competente e “gente boa”, e incentivou-me a procurá-la e a pedir que orientasse minha dissertação. No dia seguinte enviei um email à Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, prontamente respondido, contendo seu telefone para que pudéssemos nos falar. Adriana aceitou, generosamente, me orientar em um estudo sobre o Espírito Santo, mesmo conhecendo minha origem mineira e sabendo que eu nunca havia realizado um trabalho científico. Sendo assim, agradeço a Prof.^a Dr.^a Silvana Mota Barbosa pelo apoio e pelo intermédio no contato com minha orientadora, e, especialmente, a Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, pela paciência, pela generosidade em ensinar, pelo incentivo, pelas correções, enfim, por tudo.

Agradeço aos meus professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Dr. Alexandre Mansur Barata e Dr. Ângelo Carrara, pelas ricas contribuições ao meu trabalho. Aos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Dr. Gilvan Ventura, Dr.^a Nara Saletto, Dr. Fábio Muruci e Dr. Estilaque Ferreira, pelas indicações bibliográficas, sugestões e críticas a esta pesquisa. À professora da Universidade Federal de Santa Catarina Dr.^a Beatriz Gallotti Mamigonian por aceitar compor minha banca de defesa. Às minhas colegas de orientação e “co-orientadoras”, Fabíola Martins Bastos e Aloíza Delurde Reali de Jesus. Ao grupo de iniciação científica, orientado pela Prof.^a Adriana Campos, formado por Philipe Alves, Leonardo Grão, Rafaela Lago, Geisa

Ribeiro, Ana Paula Cecon, Karulliny Siqueira, Kátia Sausen e TÁCILA Mattos, pelas constantes palavras de incentivo e colaboração.

As fontes utilizadas nesta dissertação encontram-se micro-filmadas no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Durante o levantamento dos impressos, dois funcionários não mediram esforços para me auxiliar nesta tarefa, são eles, Ivana e Michel, dessa forma, aproveito a oportunidade para demonstrar-lhes toda minha gratidão.

Agradeço ainda, a meus colegas de trabalho, Martha Cellin e Evandro Ferrete, coordenadores do ProJovem, Darilene Xavier e Shirley Assis, amigas e professoras do ProJovem, Vinícius Bragança, instrutor de aprendizagem do SENAC, pela paciência e companheirismo, principalmente, nos últimos momentos da redação desta dissertação, quando eu não falava sobre outro assunto senão movimento abolicionista. À Astrid e Alexandre, e a toda equipe da Copy Sete, por se envolverem na composição desta pesquisa.

À minha mãe Patricia Lage, meu pai Juarez Pícoli, minha irmã Luisa Pícoli, minha tia Vanessa Lage, meu tio Eduardo Lage, minhas avós Jandyra Pícoli e Marilene Lage, meu avô Geraldo Magela Alvarenga de Almeida, Alyni Chain, Toninho e Laudicéia, Ana Paula e Luiz Gustavo Coelho, dedico meus sinceros agradecimentos e minhas desculpas pela constante ausência. E especialmente, agradeço ao Léo pelo companheirismo, pela paciência e pelo carinho.

RESUMO

Este estudo objetiva promover um resgate histórico da campanha antiescravista desenvolvida em Vitória, capital da província do Espírito Santo. A pesquisa procurou analisar os jornais utilizados para a divulgação da propaganda emancipacionista e abolicionista e os principais idealizadores do movimento realizado em Vitória. A campanha antiescravista desenvolvida nacionalmente, o jogo político parlamentar entre conservadores e liberais, a coerência entre o movimento realizado na Corte – principalmente - e as atividades promovidas pelos capixabas em prol da redenção dos cativos, correspondem a questões também abordadas por este estudo. O período abrangido pela pesquisa iniciado em 1869, deve-se à inauguração da primeira associação libertadora fundada em Vitória, a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo. A fundação desta organização emancipacionista representou, para este estudo, um marco da campanha antiescravista em Vitória. O ano de término do movimento abolicionista, resultante da aprovação da lei da abolição de 1888, conhecida como Lei Áurea, configurou a data limite desta dissertação. Os periódicos: *Jornal da Victoria*, *Correio da Victoria*, *O Espírito Santense* e *A Província do Espírito Santo*, serviram como fontes principais a presente pesquisa. Os órgãos impressos foram escolhidos devido à longevidade de existência de suas publicações. A predominância de um, ou de outro, na cena política como divulgador de atos oficiais, refletia o jogo político em vigor naquele período. Por meio da análise dos artigos autorais de seus redatores e das transcrições escolhidas para compor o escopo jornalístico, pode-se perceber a cultura política compartilhada pela sociedade capixaba. Os resultados demonstram que, apesar das afinidades com o movimento antiescravista nacionalmente desenvolvido, na cidade de Vitória, a campanha apresentou caráter moderado em suas atividades. Se comparado às investidas emancipacionistas e abolicionistas realizadas em São Paulo, no Ceará, no Rio de Janeiro e, em outras províncias, percebeu-se em Vitória certa resistência à radicalização reformista das relações escravistas.

Palavras-chave: Emancipacionismo. Abolicionismo. Imprensa. Vitória.

ABSTRACT

This thesis aimed to promote the campaign history ransom antislavery developed in Vitória, capital of the province of the Espírito Santo. The survey sought to identify the media used for the dissemination of propaganda abolitionist and emancipationist and the main creators of the movement carried out here. The campaign antislavery developed nationally, the political game between conservatives and liberals and coherence between the entry made in cutting – mainly-and the activities promoted by from Espírito Santo for redemption of slaves correspond to questions raised by this study. The period covered by the search, which started in 1869, is due to the inauguration of the first liberating association founded in Vitória, the Sociedade Abolicionista do Espírito Santo. This organization emancipationist foundation, for this study, represented a milestone of the campaign antislavery in Vitória. The year end of the abolitionist movement through the adoption of the law of the abolition of 1888 as configured deadline this dissertation. Journals: *Jornal da Victoria*, *Correio da Victoria*, *O Espírito Santense* e, *A Província do Espírito Santo*, served as sources this search. Printed chosen were due to the longevity of your publications. The predominance of one, or another, in political arena as announcer of enactments, reflected the political game in force in that period. Thus, through the analysis of the articles of its chosen writers and transcripts to compose the journalistic scope, you can diagnose shared political culture capixaba society. The results show that, despite the affinities with nationally developed antislavery movement, in the campaign presented moderate character in its activities. Compared to invested emancipationists and abolitionists held in São Paulo, in Ceará, in Rio de Janeiro and in other provinces, realized in Vitória some resistance to slavery relations radicalization reformation.

Keywords: Emancipationism. Abolitionism. Press. Vitória.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. EMANCIPACIONISMO OU ABOLICIONISMO?	18
1.1 DIFERENTES CONTEXTOS, DIFERENTES CONCEITOS.	18
1.2 O MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NACIONAL, 1869/1880.....	23
1.3 O DEBATE EMANCIPACIONISTA NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	31
1.4 O INTERESSE ESCRAVISTA EM JOGO. (1880-1888)	36
1.5 OS INGLESES DO SENHOR DANTAS: O ABOLICIONISMO NA IMPRENSA. (1880/1888).....	43
2. A ONDA EMANCIPACIONISTA EM VITÓRIA. (1869-1879).....	51
2.1 AS CIDADES IMPERIAIS: ESPAÇO DE DIFUSÃO DAS IDEIAS DE LIBERDADE.....	51
2.2 VITÓRIA: UM RETRATO DA SOCIEDADE DO OITOCENTOS.	54
2.2 A IMPRENSA DE OPINIÃO EM VITÓRIA. (1869/ 1880)	61
2.3 O EMANCIPACIONISMO NA IMPRENSA CAPIXABA. (1869/1880).....	65
2.4 A TRANSIÇÃO.....	81
3. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM VITÓRIA. (1880-1888).....	86
3.1 QUESTÕES POLÍTICAS.....	89
3.2 EM PROL DA REDENÇÃO.	109
3.3 <i>LIBERTAS QUAE SERA TAMEM</i>	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS.....	138

INTRODUÇÃO

O movimento de libertação dos escravos desenvolvido na cidade de Vitória - capital da província do Espírito Santo – apresenta-se, neste trabalho, como tema principal a ser desvendado. Os idealizadores e os meios utilizados por eles, com a finalidade de sedimentar as bases da campanha antiescravista nessa localidade, configuram elementos a serem também elucidados.

Escolheu-se como marco inicial para as reformas na escravidão brasileira os debates referentes proferidos no parlamento nacional a partir de 1868, a pedido do Imperador. O gabinete ministerial, então liderado pela maioria liberal, propôs alguns projetos de lei prevendo mudanças na legislação escravista. Desde então, construiu-se uma conjuntura política com profundos efeitos sobre o processo de dissolução da escravidão no Brasil. Os conservadores não aderiram às propostas reformistas, mesmo diante do explícito apoio do Imperador. Ao contrário, os conservadores conseguiram provocar a dissolução do gabinete liberal, tomando para seu partido o poder. Os liberais aliados do governo se organizaram e instituíram o Centro Liberal, com o intuito de defenderem a plataforma reformista que pregavam no parlamento. Dessa forma, as agremiações políticas passaram a configurar importantes espaços de debates políticos. Liderado por Nabuco de Araújo, conselheiro de Estado, o Centro Liberal inaugurou o impresso *A Reforma*, com o objetivo de divulgar as concepções do partido ao qual pertencia. Dentre os projetos liberais divulgados pelo jornal encontrava-se a libertação do ventre e a criação de um fundo de manumissão para escravos. Nesse processo destaca-se a utilização dos meios impressos na disseminação das propostas de reforma nas relações escravistas. A discussão, iniciada no interior das instâncias políticas formais, logo alcançou dimensão popular pela utilização da imprensa e das associações libertadoras de escravos.

Dentro do quadro político, as ideias emancipacionistas chegaram a Vitória. Em 1869, o *Jornal da Victoria*, periódico local, já divulgava artigos de caráter antiescravista, e também, inaugurou-se a primeira associação libertadora da capital, a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo. Por isso, este estudo começa analisando os acontecimentos antiescravistas realizados em Vitória a partir de 1869 e encerra com a promulgação da lei da abolição em 1888.

O objetivo central desta pesquisa concentrou-se na recuperação da história do movimento abolicionista nacional, compreendido através das lentes da renovação historiográfica da escravidão. A visão contemporânea do escravo entendido como elemento ativo na construção da relação de domínio escravista aliou-se à da ação da elite no desenvolvimento da campanha abolicionista. Nesta lógica, a perspectiva de autonomia e resistência escrava equilibrou-se à da importância do papel político das associações libertadoras e da propaganda na imprensa para o sucesso do movimento. Dessa maneira, este trabalho destaca o alcance popular conquistado pela agitação política motivada pela divulgação das ideias abolicionistas por meio da imprensa de opinião.

Ao mesmo tempo, compreendido o jogo político reformista e a lógica do levante antiescravista nacional, procurou-se elucidar a evolução do movimento abolicionista promovido em Vitória. Os textos publicados nos periódicos locais e as formas de ação das sociedades libertadoras, fundadas ao longo dos quase vinte anos de movimento, serviram de fontes à pesquisa. Dessa forma, foi possível observar a abrangência popular conquistada nos eventos de caráter antiescravista promovidos nos espaços públicos pelos agitadores da capital. Demonstrando, assim, a influência conquistada pela campanha abolicionista realizada fora das instâncias políticas formais nos comportamentos coletivos.

Ao trilhar o caminho da pesquisa, visando atingir os objetivos centrais deste trabalho, outras questões de caráter específico foram esclarecidas, entre elas podemos destacar: o estabelecimento da diferenciação existente entre movimentos emancipacionista e abolicionista; a gênese dos debates emancipacionistas no parlamento, e a difusão das discussões reformistas para além dos espaços políticos formais; o nascimento da imprensa de opinião e a inauguração de associações libertadoras em diversas regiões do país; a adesão do Imperador à causa emancipacionista e o impulso proporcionado por suas exigências reformadoras na promulgação da Lei do Ventre Livre; o reflexo do início da campanha antiescravista em Vitória, e a identificação dos agentes propagadores das ideias emancipacionistas, e dos meios de comunicação utilizados por eles; a participação das irmandades religiosas como espaços de discussão política contrária à escravidão e a importância dessa contribuição para a mudança da concepção política popular; a localização dos escravos na luta em prol da reforma nas relações

escravistas e o papel fundamental exercido por eles na busca pela liberdade; as repercussões da Lei de 1871 na campanha abolicionista nacional; a retomada e a transformação do discurso político antiescravista em 1879, deixando o caráter emancipacionista para trás, em defesa da abolição definitiva da escravidão; o reflexo das mudanças no debate antiescravista nacionalmente implantado, e a inauguração da campanha abolicionista em Vitória; a utilização da imprensa e das sociedades abolicionistas como instrumentos de pressão política; e enfim, a influência do movimento abolicionista realizado em todo o país na política imperial, percebida através da análise do processo de sanção das leis de 1885 e 1888.

O desenvolvimento do movimento abolicionista em Vitória consiste um ponto nebuloso para os historiadores capixabas. Os estudos de escravidão no Espírito Santo pouco versam a respeito da mobilização popular impulsionada pela propaganda antiescravista nos jornais. A abordagem da campanha realizada pelos intelectuais e políticos capixabas do final do século XIX acompanhou o processo de transformação da história política e se manteve estagnada por um longo tempo. Não se realizou qualquer estudo sobre o tema abordado dentro da lógica da renovação paradigmática da história política¹. Dessa forma, a análise do momento político no qual se desenvolveu o movimento antiescravista, a identificação dos seus principais idealizadores e dos meios de comunicação por eles utilizados para divulgar a propaganda, visa a enriquecer a historiografia capixaba. Procurando, com esse estudo centrado na investigação das culturas políticas² dos habitantes de Vitória,

¹ Renovação acadêmica ocorrida a partir das duas últimas décadas do século XX, quando um grupo de acadêmicos rompeu com os paradigmas referentes aos estudos políticos centrados nas descrições factuais da história, ou compreendida como dependente e determinada pela estrutura econômica. Nessa nova concepção de história política novos problemas e novas possibilidades de fontes foram agrupadas de outras ciências, tais como: linguística, matemática, psicanálise, sociologia, direito, entre outras. As manifestações coletivas, como agremiações, associações, igrejas, partidos, enfim procurava-se observar os valores políticos existentes na sociedade. Charles Seignobos, André Siegfried, Albert Thibaudt, George Weill, Marcel Preslot e Jean- Jacques Chevalier são alguns nomes destacados por René Remond (REMOND, 1996, p.28) como responsáveis por essa renovação. Sobre a renovação na história política ver: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996; SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

² O conceito de Culturas Políticas foi tradicionalmente utilizado pelas Ciências Sociais, e incorporado pela História, a partir da década de 70, do século XX, no momento da renovação da história política. Nesse contexto, um novo conjunto de problemática, pertencentes ao universo de estudo da história cultural foi agregado, transpondo, finalmente, o passado factual próprio do paradigma da história política. Ângela de Castro Gomes no texto de sua autoria "História, historiografia e cultura política no Brasil" ressaltou alguns pressupostos teóricos dessa abordagem. A historiadora compreendeu que tal concepção histórica "permite explicações e interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas

durante o processo de abolição da escravidão, contribuir na promoção de uma melhor compreensão da história do Espírito Santo.

O meio de comunicação impresso se consagrou como principal veículo de divulgação da propaganda antiescravista. Dessa forma, no intuito de investigar o fenômeno político e social que o movimento abolicionista representou para a cidade de Vitória, os jornais configuram as fontes escolhidas para realizar esta pesquisa. Tais fontes são extremamente ricas, porém perigosas. Mostram-se eficientes na análise sobre a vida cotidiana, uma vez que na imprensa encontra-se registrada a vida dos sujeitos ilustres e comuns em seus múltiplos aspectos. Entretanto, os jornais representam poderosos instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Constituem-se importante meio de intermédio entre a elite e os segmentos populares da sociedade. Encontram-se sempre atrelados a inúmeros interesses políticos, econômicos, culturais etc.³

Contudo, não foram todos os periódicos que circularam na capital - no período de quase vinte anos da campanha - escolhidos para compor a base de fontes desse estudo. Os impressos eleitos o foram devido à duração das atividades desenvolvidas em suas tipografias, se comparada a outras folhas que, muitas vezes, não passavam à publicação de um segundo número. O *Jornal da Victoria*, de caráter liberal, começou a distribuir seus exemplares em 1864, e sua tipografia encerrou as atividades gráficas em dezembro de 1869. O *Correio da Victoria*, jornal defensor das ideias conservadoras, foi o primeiro periódico a circular na cidade de Vitória. Exerceu sua função por 29 anos, abriu a tipografia aos serviços de impressão bissemanal em 1849 e fechou suas portas em 1873. Também de caráter conservador, *O Espírito Santense* vigorou de 1870 a 1889. Enfim, comungando das concepções ideológicas da segunda metade do século XIX, lutando pela abolição

sensibilidades” (GOMES, 2005, p.30). Dessa forma, é possível compreender as motivações que levam um indivíduo, um grupo, ou uma sociedade a adotar determinados comportamentos, ideologias, valores e crenças políticas comuns, voltados para a construção de uma sociedade dada como ideal. Historiadores como E.P. Thompson, Carlo Ginzburg e Robert Darton, contribuíram significativamente para a consolidação dessa teoria interpretativa com suas produções.

³ A respeito do estudo da imprensa e dos jornais como fontes de pesquisa ver: CHARTIER, Roger. *História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998. MOREL, Marco. *Palavra, imagem e Poder: surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades nas cidades imperiais (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

definitiva da escravidão no Brasil, *A Província do Espírito Santo*, inaugurou sua tipografia em 1882, mantendo suas publicações até 1889.

Os jornais escolhidos, além de terem possuído uma longa existência para a época, serviram aos interesses públicos não apenas divulgando artigos críticos e novelas literárias. Os debates e atas da Assembleia Legislativa Provincial ilustravam suas páginas. De acordo com os interesses políticos, e correspondendo à configuração majoritária nos gabinetes ministeriais - a tribuna escolhia seu representante. Dessa forma, é possível, por meio da análise do corpo do jornal, compreender também o jogo político. Assim, conseguir perceber até que ponto as manifestações públicas afetavam as decisões legislativas.

Intermediou a leitura e a análise dos jornais o método de Laurence Bardin⁴, a análise de conteúdo. A técnica em questão permite ao leitor perceber, em primeiro lugar, por meio de leitura flutuante, impressões e orientações que podem se constituir em hipóteses para o estudo. Alguns índices existentes nos textos aparecem mais frequentemente, e devem ser escolhidos para demonstrar uma idéia, servindo para indicar a mensagem que se procura decifrar. À medida que esses índices surgem, é indispensável sua quantificação a fim de posteriormente compreender sua intencionalidade. Unindo a quantificação e a inferência dos índices chega-se à mensagem. Os significantes vão ganhando significado e, dessa forma, a mensagem sendo decifrada e questionamentos a respeito do emissor, o que pretendem com a difusão da mensagem e sobre o receptor, são respondidos. De acordo com a autora, toda a mensagem é remetida com a finalidade de agir sobre os receptores ou a eles se adaptarem.

Os membros da elite imperial, nacional ou localmente reconhecidos, representaram, na maioria das vezes, os divulgadores das ideias antiescravistas. Não significa dizer que sujeitos à margem do poder político e econômico estivessem deslocados da campanha reformista. Exemplos famosos povoam a história do movimento emancipacionista e abolicionista como importantes agitadores sociais. Entre eles José do Patrocínio e Luiz Gama. Contudo, esse último, embora tenha se originado do cativeiro, incorporou-se à intelectualidade da época. Dessa forma, neste trabalho entende-se por elite um grupo social coeso, que se difere das massas populares e se aproxima dos grupos economicamente dominantes. Corroborando com a tese de

⁴ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2004.

José Murilo de Carvalho⁵, a elite aparece construída por sua formação acadêmica, carreira política e treinamento burocrático. Partindo dessa ideia, pode-se observar nas pessoas que constituem tal grupo, certa homogeneidade ideológica fornecida pela socialização intermediada pela educação superior formal. Sobre elite, compreende-se um segmento cuja identidade aparece como resultado de experiências comuns contrapostas a outros grupos de homens com interesses distintos e até mesmo antagônicos aos seus.⁶

Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli⁷ observando a elite inserida em uma lógica culturalista a percebem como produto de seu contexto social e com poder de influenciá-lo. A identidade da elite constitui-se a partir de um conjunto de valores intelectuais que transcende ao poder econômico, onde a escola possui um papel fundamental na formação educacional formal, e representa um dos mecanismos de dominação do Estado. As elites, nessa lógica, apesar de condicionadas ao seu momento histórico possuem autonomia, se auto-definindo e impondo suas normas e hierarquias à sociedade, produzindo uma ruptura às concepções interiores de reconhecimento cultural.

A ideologia dessa elite, transmitida aos populares por meio dos jornais e eventos públicos, possui significado para este trabalho correlato à concepção utilizada por Célia Maria Marinho de Azevedo⁸ em *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil uma história comparada: século XIX*, e que corrobora com a visão de Barbara Fields⁹.

A ideologia é melhor compreendida como um vocabulário descrito da vida cotidiana, necessário para que as pessoas possam conferir um sentido básico à realidade social, vivida e criada por elas a cada dia. É a linguagem da consciência que possibilita a relação específica entre pessoas. É a interpretação em pensamento das relações sociais através da qual elas constantemente produzem e reproduzem o seu ser coletivo em todas as suas mais diversas formas: família, clã, tribo, nação, classe, partido, empreendimento, igreja, exército, associação, etc. Deste modo, as ideologias não são ilusões, mas sim reais, tão reais quanto as relações sociais pelas quais elas se mantêm.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. p.04.

⁷ RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p.261.

⁸ AZEVEDO, Célia Maria M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil uma história comparada: século XIX*. São Paulo: Annablume, 2003.

⁹ FIELDS, Barbara. *Slavery, Race and Ideology in the United States of America*. *New Left Review*, nº 181, maio/junho, 1990. p.110. In: AZEVEDO, 2003, p.23.

A dissertação compreende-se dividida em três capítulos. O primeiro deles pretende contextualizar e estabelecer a diferenciação entre as duas etapas que caracterizaram a campanha antiescravista. O movimento emancipacionista, nascido das ideias reformistas fundamentadas na concepção de limitação da escravidão, predominou durante os últimos anos da década 60 até 1879. Já o abolicionismo inaugurou-se a partir dessa data com o discurso de Jerônimo Sodré na Câmara os Deputados, desencadeando uma onda de manifestações públicas de luta contra a escravidão. Em 1883, Joaquim Nabuco incendiou, ainda mais, a campanha desenvolvida nas províncias nacionais com sua obra *O abolicionismo*, onde defendia e estruturava as bases do movimento. Além de esclarecer o panorama político no qual cada movimento se alicerçou, este capítulo abordou também os meios de comunicação utilizados pelos idealizadores da propaganda e a identificação destes.

O movimento emancipacionista, realizado na cidade de Vitória, ganhou espaço no segundo capítulo deste trabalho. A fim de compreender a dinâmica urbana da vida e das relações sociais travadas nas ruas da capital capixaba, cenário da campanha antiescravista, fez-se necessária uma breve introdução a respeito de sua composição social. Dessa forma, favorecendo o entendimento da repercussão popular alcançada pelo movimento emancipacionista. O jogo político provincial mereceu destaque no capítulo, assim como a pesquisa empírica nos jornais, desvendando a lógica da campanha emancipacionista promovida na capital.

Finalmente, o terceiro e último capítulo tratou da transformação do movimento realizado nacionalmente em prol da libertação de cativos, em uma campanha em defesa da abolição incondicional da escravidão. O movimento realizado em Vitória apareceu analisado por meio do jornal *A Província do Espírito Santo* evidenciando os altos e baixos e, as coerências e as peculiaridades dos esforços abolicionistas. As manifestações na Corte, em São Paulo, no Ceará, no Rio Grande do Sul e em outras regiões do império, aparecem analisadas com o intuito de estabelecer uma comparação com o movimento desenvolvido em Vitória. As discussões parlamentares referentes às reformas na legislação escravista solicitada pelos idealizadores do movimento e impulsionada pela adesão popular, também foram estudadas e compõem o corpo do capítulo a fim de melhor compreender o processo de radicalização do movimento nacional.

A pretensão dessa dissertação, além do tratamento acadêmico do tema, consistiu em levantar a discussão do abolicionismo em lugares onde a elite parecia segura da submissão servil e cuja sociedade comungava valores escravistas muito antigos. Nessa análise, tentou-se apresentar a conjuntura nacional que marcou o movimento de abolição da escravidão, bem como sua modulação na sociedade capixaba. O êxito, no entanto, encontra-se nas fontes que pudemos localizar, pois, certamente, outros colegas poderão aprofundar as idéias que lançamos neste trabalho, ampliando e enriquecendo o debate.

1. EMANCIPACIONISMO OU ABOLICIONISMO?

1.1 DIFERENTES CONTEXTOS, DIFERENTES CONCEITOS.

Nesta dissertação, segue-se a formulação de Celso Castilho¹⁰ de designar abolicionismo o movimento político brasileiro consolidado na década de 1880, cujo propósito fundamental consistia na supressão definitiva da escravidão. Joaquim Nabuco¹¹ já estabelecia essa distinção na década de 1880. Segundo ele, somente por meio da agitação abolicionista seria possível conscientizar a sociedade a respeito dos males da escravidão. Considerava uma farsa o pretendo movimento libertador iniciado nos anos finais da década de 60, pois, embora se autodenominasse abolicionista, não passava de formulações reformistas visando acalmar os ânimos senhoriais. Dizia ainda que, o verdadeiro abolicionismo iniciou-se apenas em 1879 quando, “pela primeira vez, se viu [sic] dentro e fora do parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, não da limitação do cativo às gerações futuras, a sua bandeira [...]”.¹² Em sua concepção, a Lei do Ventre Livre, sancionada pelo parlamento em 1871, longe de desejar o fim da escravidão, apenas restringia o avanço dessa instituição no país. O abolicionismo, tal como fundamentou Nabuco, consistia em um conjunto de ações coletivas com o objetivo de promover o resgate de cativos por meio de mobilização pública, de suprimir a escravidão e ainda, de destruir da memória coletiva esse estigma social.

Dentre as iniciativas dos abolicionistas, destacavam-se a pressão política sobre a opinião pública e o poder imperial, assim como a denúncia por meio da imprensa, nas Assembleias Legislativas Provinciais e nas associações abolicionistas. Suas estratégias podiam radicalizar-se envolvendo, eventualmente, o planejamento de

¹⁰CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: the politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869/1888*. Dissertation (Doctor of Philosophy in History), University of Califórnia, Berkley, 2008. p. vii.

¹¹NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

¹²NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. p.1.

fugas de escravos. Outras vezes, porém, os abolicionistas restringiam-se à legalidade como arma de luta, promovendo processos jurídicos de liberdade.¹³

Celso Castilho¹⁴ distingue ainda outro movimento antiescravista inscrito nas iniciativas particulares e governamentais, principalmente, realizadas durante as décadas de 1860 e 1870, com a finalidade de libertação de escravos. Tais movimentos não possuiriam características abolicionistas, e sim emancipacionistas, pois não visavam o fim da escravidão, mas apenas limitar e restringir seu avanço. Os fundos para manumissão, criados em diversas províncias, a ação de associações libertadoras, voltadas à arrecadação de verbas para a compra de cartas de alforrias, e, ainda, a Lei do Ventre Livre de 1871 exemplificam a tendência emancipacionista. Nenhuma dessas medidas discutia explicitamente o fim da escravidão, embora houvesse um forte componente de polemização da instituição.

Deve-se, contudo, considerar que o emancipacionismo, no Brasil, fortaleceu-se influenciado por acontecimentos internacionais como a Guerra Civil nos Estados Unidos e a sangrenta derrota do sul escravista, a extinção da escravidão em alguns países europeus como a Rússia e a pressão inglesa sobre os países escravistas.¹⁵ Os defensores da escravidão no Brasil encontravam, consoante Robert Conrad¹⁶, no exemplo norte americano a legitimação de seus princípios. A Guerra de Secessão, ocorrida entre os anos de 1861 a 1865, que opôs os sulistas escravistas e os abolicionistas dos Estados do Norte, trouxe à tona questões adormecidas desde a promulgação da lei de 1850 de extinção do tráfico de africanos. A derrota dos Estados do Sul e a abolição da escravidão definitiva em território estadunidense criaram para o Brasil a péssima posição de última nação independente escravista da América.

¹³ A respeito da litigiosidade como estratégia de libertação dos escravos ver: CHALHOUN, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2003; CAMPOS, Adriana Pereira. Abolicionistas, negros e escravidão, *Dimensões-Revista de História da UFES*, Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº10, 2002.

¹⁴ CASTILHO, 2008, p.VII.

¹⁵ AZEVEDO, 2003, p. 60.

¹⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850/1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.88.

Diante desse quadro, o governo imperial, para conservar a reputação de desenvolvimento econômico conquistada em tempos de estabilidade política, precisava tomar medidas urgentes para acabar com esse estigma colonial. A Inglaterra pressionava o imperador Pedro II e seus conselheiros a repensarem suas posturas em relação à manutenção da escravidão. E não só a Grã-Bretanha, mas também a França, representada pela renomada sociedade abolicionista parisiense, *Comité pour l'Abolition de l'Esclavage*, clamava por uma atitude definitiva sobre esta questão ao Imperador.¹⁷

Robert Conrad¹⁸ defende que, de fato, ainda não existia no Brasil, até o fim da década de 1860, iniciativas emancipacionistas por parte da elite agrícola, ou que pudessem ser percebidas na análise dos meios de comunicação. Mesmo na imprensa brasileira, após a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, verificou-se “um arrefecimento das publicações sobre as questões antiescravistas”,¹⁹ embora não tenham desaparecido totalmente.

A monarquia atravessou todo o século XIX numa atitude ambivalente, manifestando-se quase sempre contra a escravidão, mas reconhecendo que tal empreendimento não poderia ser realizado de uma só vez. José Bonifácio manifestou-se à Assembleia Constituinte sobre o assunto, mantendo-se reticente quanto às chances reais desse evento ocorrer brevemente.²⁰ No Segundo Reinado, a família real chegou a se envolver seriamente com ações emancipacionistas e, nas últimas décadas, com o movimento abolicionista.²¹ Pedro II, homem de reputação liberal, desde a década de 1850, identificava-se com a ideia de libertação dos escravos brasileiros. Ele respondeu positivamente à indagação da sociedade abolicionista parisiense, insinuando sua inclinação em acabar com a escravidão.

¹⁷ Em 1866, “nos últimos dias do ministério, chegou ao Rio de Janeiro a mensagem da Junta Francesa de Emancipação, dirigida ao Imperador [...] fazendo um ardente apelo em favor dos escravos brasileiros. [...] Esse apelo sensibiliza profundamente o Imperador, que logo responde”. NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975. p. 573.

¹⁸ 1978, p. 91.

¹⁹ É importante reforçar que nesse momento ainda não existiam as ideias emancipacionistas nem abolicionistas. As ideias antiescravistas se caracterizam por atitudes ou opiniões críticas ao escravismo, que estão presentes desde o Brasil colonial. DA COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 445.

²⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e; CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

²¹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.28

Em 1863, Perdigão Malheiros, advogado do Conselho de Estado, possuidor de íntimas relações com o Imperador, sugeriu publicamente a emancipação do ventre escravo como possibilidade de limitar a expansão da escravidão. No ano seguinte, em 1864, o Brasil entrou em guerra contra o Paraguai. O conflito estendeu-se até 1870 e representou um entrave à concretização de atitudes emancipacionistas do governo imperial. O evento não impediu, porém, que algumas medidas fossem adotadas. Mesmo em meio a um turbilhão de acontecimentos, o Imperador não deixou de lado seus esforços emancipacionistas e, em 1865, recomendou ao assessor Pimenta Bueno a criação de um projeto de lei reformulando as relações escravistas no Brasil. Já em 1866, o governo promulgou duas leis que refletiam este momento. Primeiro, proibiu a utilização de mão de obra escrava em obras públicas e, segundo, concedeu a liberdade aos escravos de propriedade do governo que quisessem servir ao exército. Com essa última ação, o governo alforriou mais 190 dos escravos combatentes da Guerra do Paraguai.²² Ambas as ações possuíam claras referências emancipacionistas, tal como descreveu Celso Castilho²³, pois libertava poucos escravos, restringia o avanço da escravidão em determinados setores e limitava a sua utilização sem, contudo, apontar seu fim.

Pimenta Bueno, jurista de grande prestígio no Império, elaborou um projeto de abolição e o entregou, em 1867, a Zacarias de Góis, presidente do gabinete, que o apresentou ao Conselho de Estado no mesmo ano. Entre suas propostas, estabelecia a liberdade aos filhos das escravas imediatamente após o nascimento sem indenização, ou depois de completos sete anos de vida com indenização. Ainda previa, como data limite para existência da escravidão, o último dia do ano de 1899. Tais medidas foram peremptoriamente rejeitadas pelo Conselho de Estado.²⁴

Entre os conselheiros favoráveis à reforma na escravidão destacavam-se: Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco e Visconde de São Vicente (Pimenta Bueno). Diferente deste último, os outros eram adeptos a soluções graduais para resolver o problema. O nascimento livre, a criação de um fundo de emancipação para manumissões de escravos e leis para melhorar as condições de vida dos escravos eram algumas das propostas de Nabuco e de Rio Branco.²⁵ Todos os conselheiros

²² CONRAD, 1978, p. 96.

²³ CASTILHO, 2008.

²⁴ NABUCO, 1975, p. 608.

²⁵ CONRAD, 1978, p. 98.

estavam convencidos da importância que o Imperador atribuía ao projeto e, Zacarias de Góis, pela primeira vez, em 1867, pronunciou-se publicamente demonstrando grande preocupação com a questão servil.

A Guerra do Paraguai levou o partido conservador a pressionar o Imperador para substituir o gabinete liberal de Zacarias de Góis pelo de seu representante Duque de Caxias²⁶. Cedendo aos apelos conservadores, o gabinete liberal foi dissolvido e subiu, no lugar do marquês de São Vicente²⁷, o visconde de Itaboraí²⁸, que retirou da pauta as discussões sobre o projeto emancipacionista em 1868. “Terminada a guerra, no entanto, a pressão por alguma iniciativa dividiu o Ministério de Itaboraí, levando-o a pedir demissão”.²⁹ D. Pedro convocou o autor do projeto, marquês de São Vicente, para retornar ao posto e colocar seus planos em prática, contudo ele não conseguiu articular adequadamente as forças políticas a fim de construir um ministério unido e acabou renunciando em 1871, tomando seu lugar o visconde de Rio Branco, que liderou a aprovação da Lei do Ventre Livre.

Durante grande parte da década de 1860, os jornais e os políticos mantiveram-se quase silenciosos, não manifestaram publicamente suas posições quanto às reformas em debate no parlamento. Os fazendeiros, por sua vez, não tardaram a difundir seus descontentamentos e a se assumirem contrários ao projeto. Com a substituição do gabinete liberal em 1868, uma radicalização do movimento emancipacionista pôde ser percebida. Inegavelmente, o papel da figura do imperador Pedro II, como defensor do emancipacionismo, influenciou alguns segmentos da elite, notadamente, jovens progressistas estudantes das instituições de ensino superior de Direito de Recife e de São Paulo.³⁰

Os liberais aliados do poder instituíram o Centro Liberal, composto por senadores liberais e membros independentes, ao final de 1868. Saíram em defesa da libertação do ventre escravo, da reforma eleitoral e da criação de um fundo de emancipação para manumissão de cativos. Como reflexo desse panorama, diversos impressos começaram a ser publicados contendo artigos emancipacionistas. Ligado ao Centro Liberal, em 1869, apareceu no Rio de Janeiro o primeiro exemplar do jornal A

²⁶ Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880).

²⁷ José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878).

²⁸ Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872).

²⁹ CARVALHO, 2008, p. 308.

³⁰ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 102.

Reforma, que defendia o programa político do partido e pressionava o parlamento conservador a retomar o projeto de marquês de São Vicente e Nabuco de Araújo. Em São Paulo, o jornal *O Radical Paulistano* apoiava o Centro Liberal e seu programa. Contava com artigos do advogado abolicionista liberto Luiz Gama³¹ e de Rui Barbosa, ainda estudante de Direito, em seu escopo.

“Nos anos de 70 e 71, apareceram numerosas publicações em torno da ‘questão servil’, agitada na câmara e no senado pelo projeto de libertação do ventre da escrava. De todos os lados, levantaram-se vozes a favor e contra a emancipação”.³² No Brasil, era a primeira vez que emergia um movimento em favor de reformas no sistema escravista. “Em 1870, já havia muitos indícios de atividades sem precedentes: a proliferação de clubes emancipacionistas, o início do jornalismo antiescravista e freqüentes reuniões antiescravagistas”.³³

Este apoio generalizado à reforma da escravatura foi inspirado pela liderança do Imperador e fundamentado em um novo pensamento político, um liberalismo renovado e identificado com reformas democráticas, incluindo a libertação de escravos. As propostas apresentadas ao país pelos políticos liberais, após muitos anos de apatia, não almejavam, contudo, a abolição da escravatura, mas sugeriam a proibição do comércio de escravos, a libertação dos cativos de propriedade do governo, do clero ou de estrangeiros, e a proibição do tráfico interprovincial de escravos. Ou seja, o movimento intensificado no fim da década de 1860 e que permaneceria na seguinte, não apresentava caráter abolicionista e sim emancipacionista.

1.2 O MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NACIONAL, 1869/1880.

As discussões políticas realizadas no parlamento em torno da necessidade de reformas na instituição escravista impulsionaram um movimento nacional de apoio ao projeto emancipacionista do governo imperial. Pressões internas – partindo do Imperador e do partido liberal – e externas – partindo da Junta Francesa de Emancipação e do Ministério Britânico – fizeram urgente a retomada dos debates

³¹ A respeito de Luiz Gama conferir AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz da Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

³² DA COSTA, 1998, p. 419.

³³ CONRAD, 1978, p. 106.

emancipacionista no parlamento. Reforçadas ainda pelo aumento de ações públicas afirmativas às reformas escravistas. Os espaços mais comuns encontrados pelos idealizadores desse movimento para praticarem sua crítica foram as páginas dos jornais, as reuniões em clubes e nas associações libertadoras de escravos. Entre os anos de 1869 e 1871 o país vislumbrou uma mobilização nunca antes presenciada. “Provavelmente, nenhuma outra questão despertara tanto interesse popular desde a abolição do comércio de escravos [...]”.³⁴ Nas províncias, os partidários do projeto defendiam iniciativas emancipacionistas locais nas câmaras legislativas. Foram criados, neste período, em algumas províncias tais como: São Paulo, Pernambuco e Espírito Santo, fundos de emancipação para a manumissão de escravos, igualmente ao previsto no projeto de Nabuco de Araújo.³⁵

Os poucos opositores assumidos das reformas reconheciam os males da escravidão. Argumentavam a respeito de sua condenação religiosa, do atraso que proporcionava ao progresso e à consolidação da civilidade no país, mas exaltavam a necessidade de sua manutenção para estabilidade econômica. E utilizavam, ainda, o temor de uma revolta escrava para fundamentarem seus discursos. Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, Eusébio de Queiroz, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, o visconde de Jequitinhonha, e Sales Torres Homem e Souza Franco, durante a primeira discussão de regulamentação do projeto de lei reformista na Câmara, em 1867, segundo Joaquim Nabuco, demonstraram em suas falas a cautela e o receio esperado caso houvesse a aprovação da lei.³⁶

Nas instituições de ensino superior, particularmente as de Direito de Recife e de São Paulo, houve grande adesão dos estudantes à causa reformista. Castro Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco foram alguns dos alunos que se tornaram paladinos da emancipação do ventre escravo e mais tarde do abolicionismo. Acompanhava-os o

³⁴ CONRAD, 1978, p.116.

³⁵ Ver: CASTILHO, 2008, para a criação do fundo da província de Pernambuco em 1869; AZEVEDO, 1999, para verificar a criação do fundo na província de São Paulo; e para o fundo de emancipação criado na província do Espírito Santo, veja nas próximas páginas.

³⁶ “Pelo que tenho exposto, vê-se que em minha humilde opinião, a abolição pela liberdade dos nascimentos, conquanto seja o meio mais pacífico e menos perigoso, dentre os direitos, todavia não está isenta de contingências graves. A medida, por mais felizes que sejamos na sua apresentação e durante os debates das Câmaras, e por melhor que seja a sua execução pelas autoridades locais, há de causar grande agitação entre os escravos. Os perigos de ordem pública, e segurança individual, que acompanham mais ou menos, de perto, as medidas desta natureza, exigiriam também um emprego de forças, que durante a guerra e logo depois dela é impossível”. (Pedro de Araújo Lima. In: NABUCO, 1975, p. 612

professor José Bonifácio de Andrada e Silva, neto e homônimo do líder da independência.

O Centro Liberal - constituído sob liderança de Nabuco de Araújo em 1868 - foi o primeiro passo para a fundação de inúmeras organizações políticas, não só na Corte, mas também em outras províncias. No manifesto divulgado em 1869, o grupo ameaçava fazer uma verdadeira revolução no país caso não se atendessem às propostas listadas em seu programa. As principais reformas circunscreviam-se ao sistema eleitoral, à estrutura policial-judiciária, à Guarda Nacional e à emancipação dos escravos.³⁷ Com o ensejo de divulgar as ideias do grupo a um público mais amplo. Inaugurou-se, na capital do Império, no mesmo ano, o jornal *A Reforma*. Colaboravam para o seu editorial antigos liberais como: Teófilo Otoni, Francisco Otaviano, Souza Franco, e anos mais tarde, em 1872, sob direção de visconde de Ouro Preto, João Henrique de Lima Barreto, pai do romancista.

O Clube Radical do Rio de Janeiro, criado também em 1868, sob a liderança do senador José Inácio Silveira da Mota, representou um importante veículo de divulgação dos anseios políticos dos grupos à margem do poder. Em sua composição, junto aos liberais históricos, encontravam-se pessoas que não pertenciam aos quadros diligentes do liberalismo. Talvez, por isso se apresentassem como radicais. O manifesto do clube propunha reformas inéditas até então, entre elas, a abolição da escravidão. Em todo o país criaram-se associações seguindo seu exemplo, o Clube Radical Paulistano pode ser apontado como uma das mais atuantes. Também foram fundados clubes análogos no Recife, em Campinas, província de São Paulo, Vassouras e São Fidélis, província do Rio de Janeiro e no sul de Minas.³⁸

Os clubes representaram, neste momento, importantes espaços de debate político. Frequentados em sua maioria por profissionais liberais, propiciaram uma mudança na ação política, incorporando questões sociais à pauta das discussões.³⁹ Os temas eram diversos, normalmente ligados a propostas reformadoras do partido liberal.

Para divulgar suas ideias, o Clube Radical escolheu como porta-voz o jornal *Opinião Liberal* do Rio de Janeiro. Esse órgão da imprensa já existia desde 1866 e

³⁷ CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.24.

³⁸ CARVALHO, 2007, p. 24.

³⁹ ALONSO, 2002, p. 101.

sobreviveu até 1870. Durante seu período de atuação, trazia no frontispício uma lista de reformas políticas e sociais que, segundo os editores, refletiam a plenitude da doutrina liberal. Dentre as mais radicais destaca-se a substituição do trabalho escravo pelo livre. A coincidência de concepções políticas favoreceu a profícua união dessas organizações. O jornal *Correio Nacional* representou um bom exemplo da mobilização emancipacionista e reformista instaladas na capital do Império. Fundado em novembro de 1869 por dois antigos editores do jornal *Opinião Liberal*, publicou em suas páginas comunicados do Clube Radical e uma das suas conferências. Também cedeu o espaço de seu escritório para reuniões.⁴⁰

Os idealizadores do movimento da Corte utilizavam amplamente os teatros da cidade para realizarem suas conferências, pois configuravam os únicos locais com condição de reunir grandes números de pessoas. O Clube Radical do Rio de Janeiro realizava, aos domingos, suas reuniões no salão do Teatro Fênix Dramática.⁴¹

Na década de 1870, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, houve um esfriamento dos debates em torno da questão emancipacionista na capital do Império. As conferências públicas, contudo, continuaram concorridas. As Conferências da Glória⁴² organizadas pelo conselheiro Manoel Francisco Correia ficaram famosas pela constante presença do Imperador. Essas reuniões duraram até o fim do Império, mas não tinham caráter explicitamente político, podem ser comparadas a um ciclo de palestras.

Na província de São Paulo, informa Elciene Azevedo⁴³, também notabilizaram-se os esforços emancipacionistas. Influenciados pelo Clube Radical do Rio de Janeiro, em 1868, os liberais paulistas fundaram seu próprio clube, o Clube Radical Paulistano e assim a exemplo do carioca, um ano depois criaram o jornal *Radical Paulistano*. As reformas políticas e sociais que defendiam eram praticamente idênticas às formuladas pelo Clube Radical do Rio de Janeiro. Entre elas, a substituição do trabalho escravo pelo livre. Luiz Gama, um de seus mais respeitados redatores, exaltava nas páginas do jornal as iniciativas emancipacionistas do Imperador.

⁴⁰ CARVALHO, 2007, p. 27.

⁴¹ Pelas informações dadas a respeito do número de ouvintes das conferências, pode-se deduzir que a Fênix Dramática era de fato uma grande sala, capaz de abrigar 3 mil pessoas. CARVALHO, 2007, p. 28.

⁴² As Conferências da Glória começaram em 1873 e realizavam-se em uma escola pública no bairro da Glória. As discussões não eram políticas, “de acordo com seu organizador destinavam-se à instrução do povo.” CARVALHO, 2007, p. 33.

⁴³ AZEVEDO, 1999, p. 92.

As lojas maçônicas constituíram-se em importantes frentes de combate à escravidão. Desempenharam papel significativo no movimento emancipacionista⁴⁴ paulista. Notadamente, a Loja América, cujos esforços filantrópicos eram reconhecidos pelos jornalistas do *Radical Paulistano*, teve suas ações antiescravistas propagadas nas duas décadas que antecederam à promulgação da Lei Áurea.⁴⁵ A loja constituiu-se em poderoso espaço de discussões favoráveis à reforma nas relações escravistas. Compareciam em suas reuniões figuras importantes do cenário emancipacionista em São Paulo, estudantes e professores da faculdade de Direito simpáticos à causa. Nomes como Rui Barbosa, José Bonifácio, o moço, Luiz Gama e Saldanha Marinho apareciam com frequência publicamente divulgando as ações da organização.

Da Loja América partiam atividades variadas em prol da emancipação, pode-se destacar entre elas o financiamento de ações de liberdade para escravos contra seus senhores; a concessão de alforrias, compradas com verbas do fundo de emancipação que mantinha através de doações de seus sócios e membros; e ainda, possuía uma associação libertadora de escravos onde promoviam diversos eventos públicos a fim de arrecadar dinheiro para manumissões e divulgar ideias antiescravistas. Consoante Elciene Azevedo⁴⁶, a organização estabelecia vínculos com outras associações libertadoras independentes que existiam em São Paulo, como é o caso da Sociedade Emancipadora Fraternização Primeira e a Sociedade Redentora. As medidas empreendidas pela Loja América e suas filiais eram de caráter fundamentalmente emancipacionista, pois havia uma preocupação em não radicalizar o processo de transição do trabalho escravo para o livre. O que corrobora com o pensamento político dominante neste período e com as discussões realizadas no parlamento imperial. A concessão de liberdade através do fundo de emancipação e das ações de liberdade reforça tal concepção.

Nos anos que sucederam à promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, as lojas maçônicas mantiveram-se à frente das ações de liberdade movidas contra proprietários de escravos. Seus advogados utilizavam, em primeiro lugar, os artifícios legais da Justiça para conseguir a manumissão de cativos, contudo, quando precisavam pressionar os juízes ou mobilizar a opinião pública, lançavam

⁴⁴ Aplica-se o termo emancipacionismo como conceito, tal como descrito anteriormente.

⁴⁵ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. São Paulo: Editora UFRJ/EDUSP, 1994. p.152.

⁴⁶ AZEVEDO, 1999, p.105.

mão dos órgãos impressos. A imprensa transformou-se, assim, em um instrumento fundamental na luta contra a escravidão.

As associações libertadoras, as tipografias e os clubes compunham-se, em sua maior parte, por profissionais liberais. Advogados, engenheiros, jornalistas, professores, médicos, farmacêuticos e outros, formavam as comissões dessas instituições. Eles idealizavam, planejavam, divulgavam e discursavam nos famosos *meetings*. A população, mesmo permanecendo arredia às organizações, participava dos eventos públicos realizados nas ruas da cidade. O caráter popular do movimento abolicionista, desde a década de 1870, proporcionou a incorporação dos segmentos mais humildes. Os jornais impulsionavam a presença das camadas sociais de baixa renda e o comprometimento de todos na causa emancipacionista. De acordo com Maria Helena Machado⁴⁷, alguns eventos públicos reuniram milhares de pessoas.

Ainda que a maior parte da população permanecesse iletrada nesta época, as notícias chegavam até esse segmento por intermédio da leitura em voz alta dos jornais e nas conversas cotidianas realizadas nos espaços públicos urbanos.⁴⁸

Embora não houvesse, até 1880, ações significativas em prol da abolição da escravatura, a província de Minas Gerais, a seu modo, mostrou-se afinada com as ideias em debate na Corte. Vislumbrou-se, nas cidades de Ouro Preto, Mariana e Juiz de Fora, certo movimento a favor da libertação dos escravos. Sem radicalismo, seus idealizadores propunham a transição gradual do trabalho escravo para o livre. Os jornais foram um dos meios de pressão política empregados na divulgação do pensamento antiescravista. Contudo, nenhum título se destacou como porta voz do movimento.

Estudantes das instituições de ensino superior de Ouro Preto, profissionais liberais e clérigos, formaram os grupos mais preocupados em defender a causa na província. As ações de liberdade realizadas no período foram os instrumentos mais utilizados para combater o regime escravista. Pode-se considerar que o caráter moderado e resistente da província em aderir às transformações políticas em relação à escravidão se relacionasse à sua situação econômica. No século XIX, Minas Gerais

⁴⁷ MACHADO, 1994, p.148.

⁴⁸ MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.p.223.

destacava-se como uma das mais importantes regiões agrícolas do Império e concentrava grande número de braços cativos em suas terras, razão pela qual, muitos membros da elite vissem a abolição como um imenso prejuízo.

Um movimento mais comprometido com o pensamento abolicionista consolidou-se apenas no início da década de 1880, quando surgiram associações e clubes, e a imprensa, efetivamente, preocupou-se com a propagação dessas ideias. Contudo, mesmo essas representações não apresentaram um radicalismo em seus discursos. O que marcou o movimento abolicionista em Minas Gerais foi, fundamentalmente, a resistência a transformações mais profundas das relações escravistas. O desenvolvimento de iniciativas de libertação de escravos pode ser compreendido – entre outras coisas - como uma estratégia encontrada pelas elites para conter possíveis revoltas escravas e amansar a opinião pública nacional.⁴⁹

Dentro dessa lógica, inserem-se os projetos de criação de fundos de emancipação para manumissão de escravos pelas Assembleias Legislativas Provinciais nos anos 1868/1869. Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Espírito Santo são algumas das províncias que promulgaram tal medida. Esse tipo de prática política mascara por um lado, a concepção dos partidos quanto à abolição. Embora conservadores e liberais condenassem a permanência da escravidão no país, ainda estavam reticentes sobre como reestruturar suas relações obedecendo às expectativas do Imperador. A opinião pública se fazia cada vez mais presente através dos jornais, e havia uma grande preocupação em veicular as concepções dos partidos às reformas governamentais. Assim, as mudanças deviam ser realizadas dentro da ordem, de modo a serem controladas pelas elites proprietárias, sem prejuízo à economia.

O caso pernambucano ilustra bem esse panorama. O desenvolvimento do movimento emancipacionista, de acordo com Celso Castilho⁵⁰, esteve ligado a transformações políticas e econômicas ocorridas na província. Mas também, não deixou de sofrer influências dos acontecimentos nacionais. Após a dissolução do gabinete liberal em 1868, Zacarias de Góis uniu-se a lideranças pernambucanas e

⁴⁹ Para estudar o movimento abolicionista desenvolvido em Minas Gerais ver: JOSÉ, Oiliam. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962. REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na imprensa mineira (1850-1888)*. [dissertação] - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993. COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade: Emancipacionismo e Abolicionismo em Ouro Preto e Mariana – 1871-1888*. Anais do I Colóquio do LAHES. Disponível em: <HTTP: www.lahes.ufjf.br/publicacoes/Coloquio1%20PDF/Luiz%20Gustavo%20Santos%20Cota.pdf>
Acesso em: 11 mai. 2009.

⁵⁰ CASTILHO, 2008, p. 20.

filiou-se ao partido progressista. Contudo, continuou atrelado ao partido liberal por meio do jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro. Junto com Nabuco de Araújo e outros liberais históricos, Góis continuou defendendo reformas políticas nacionais. A Assembleia Legislativa Provincial foi o espaço encontrado para dar continuidade aos esforços emancipacionistas iniciados no parlamento. E a promulgação da lei criando o fundo provincial de emancipação para escravos em 1869 resultava desse empenho. Tal medida, além de fortalecer o nome de Góis e dos demais deputados como paladinos da emancipação.

Os jornais liberais pernambucanos preocupavam-se em direcionar críticas à administração conservadora, principalmente, à morosidade das decisões relativas ao projeto emancipacionista nacional. Porém, ao mesmo tempo em que redigiam ataques ao partido conservador, publicavam anúncios de fugas de escravos. O jornal *A Província* pode ser apontado como um exemplo dessa ambivalência. Órgão do partido liberal, liderado por José Mariano Carneiro Cunha, e possuindo como colaboradores os estudantes da faculdade de Direito, não se posicionava radicalmente contrário à escravidão. Encontrava-se em total coerência com os debates do período, pregava a lenta e gradual substituição do trabalho escravo pelo livre, sem ferir o direito de propriedade dos senhores.⁵¹

Em 1878, informa Celso Castilho⁵², realizou-se o Congresso Agrícola do Recife, com o intuito de discutir o futuro dos empreendimentos econômicos pernambucanos. Organizado pelos membros da Sociedade Auxiliadora da Agricultura Pernambucana, o evento reuniu lideranças políticas vindas da Corte, econômicas vindas do nordeste, intelectuais, notadamente os estudantes da faculdade de Direito de Recife e religiosas. A discussão sobre a substituição do trabalho escravo pelo livre esteve presente na pauta do evento e o tom de temor tomou conta dos debates em voga. Havia um medo generalizado de se perder o controle da escravidão, pois em uma província em que os agricultores e políticos tomassem a frente das medidas emancipacionistas, a possibilidade da abolição ocorrer de modo definitivo era grande e isso gerou terror e desconforto.

Este sentimento ganhou força nos anos subsequentes, não só na província de Pernambuco. Outras localidades do Império sentiram essa polarização de ideias. De

⁵¹ CASTILHO, 2008, p. 21.

⁵² CASTILHO, 2008, p. 37.

um lado, as elites agrárias e políticas posicionaram-se contrárias a medidas radicais de abolição da escravatura. Já a opinião pública, formada por profissionais liberais à margem dos cargos públicos e setores populares da sociedade, endureceu seu discurso antiescravista. Jornais, associações, clubes, ações de liberdade disseminaram-se nos espaços públicos. Surgiram em grande número, em diversas províncias. Já os partidos, ao contrário da postura assumida nos anos 1860 e 1870, combatiam com todas as armas o avanço das ações abolicionistas. Ambas as frentes demonstraram-se unidas pelo interesse único de emancipação, mas se apresentaram divididas quanto à supressão definitiva da escravidão e à radicalização do movimento.

1.3 O DEBATE EMANCIPACIONISTA NA IMPRENSA BRASILEIRA

A imprensa foi largamente utilizada pelos idealizadores do movimento emancipacionista brasileiro como instrumento de pressão política. Através das páginas dos jornais, os partidários do fim da escravidão criticavam a postura conservadora do parlamento nacional diante das medidas antiescravistas. Fortaleceu-se o discurso reformista, principalmente após a dissolução do gabinete liberal de Zacarias de Góis. O descaso do partido conservador com o projeto de reformas levou os opositores a uma contenda emancipacionista. À margem do poder, os liberais encontraram nos jornais a saída para dar continuidade ao debate reformista.

Em diversas províncias brasileiras surgiram periódicos, clubes e associações libertadoras com objetivo de divulgar a propaganda emancipacionista ao público urbano. Contudo, a imprensa era, entre eles, o meio mais democrático de disseminação de ideias.⁵³ Além de funcionar todos os dias do ano, alcançava outras regiões do país e estava presente em grande parte dos espaços citadinos. Não era necessário saber ler para conhecer as notícias impressas. A leitura em voz alta disseminava as ideias veiculadas nos jornais e incendiava as ruas, abarcando vários segmentos da sociedade. O que começou dentro do parlamento tendo o Imperador como principal incentivador, ganhou as ruas e conquistou a elite política e intelectual e os círculos populares.

⁵³ CARVALHO, 2008, p.19.

A redação dos jornais formava-se de políticos, em sua maioria, que defendiam as ideias do partido liberal. Eles possuíam instrução educacional e pertenciam às elites locais ou nacionais. Com seus artigos, pretendiam civilizar o país.

O sentido de civilizar passou a ser uma noção muito presente na ação dos intelectuais do século XIX, e a se refletir não apenas nos textos eruditos, mas também naqueles que pretendiam sua disseminação através de textos que atingiriam o conhecimento vulgar.⁵⁴

A alfabetização, a educação dos espíritos, o desenvolvimento da polidez, a cultura das artes e das ciências são alguns questionamentos presentes na lógica desse esforço civilizatório. Elementos fundamentais para constituição de uma sociedade moderna, onde não caberiam certos arcaísmos, tal como a escravidão. Todo este repertório tem origem nas concepções políticas liberais européias, introduzidas no país por meio das experiências pessoais de alguns poucos intelectuais, e também pelas revistas de divulgação filosófica e literária. Destacaram-se no cenário nacional, as revistas *Quarterly Review* e a *Revue des Deux Mondes*, “provavelmente a publicação estrangeira mais popular no Império, distribuída na Corte, em São Paulo e na Bahia. [...] Dava o assunto das conversas de salão e era freqüentemente citada em [...] artigos de jornais e discursos parlamentares”.⁵⁵ Esses periódicos, adquiridos pelos membros da elite política brasileira, contribuíam para fornecer a base européia o conceito de civilização no Brasil.

A imprensa de opinião representou uma alternativa aos grupos da elite marginalizados em relação ao poder imperial para divulgarem suas ideias, propostas, críticas e reivindicações sem responderem às responsabilidades parlamentares. Utilizaram esse mecanismo, principalmente, alguns estudantes das faculdades de Direito de Recife e de São Paulo e também membros dos partidos liberal e republicano.⁵⁶

Durante os anos de radicalização do movimento reformista, iniciado após a substituição do gabinete Zacarias de Góis, muitos jornais se formaram nas principais províncias do país. Alguns desses periódicos e seus redatores se destacaram nacionalmente. Entre eles, pode-se apontar o jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro, fundado por membros do partido liberal em 1869, seu primeiro exemplar divulgava o

⁵⁴ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO (Org.), 2007, p. 190.

⁵⁵ ALONSO, 2002, p.53.

⁵⁶ ALONSO, 2002, p.279.

projeto de reestruturação da escravatura proposto pelo Centro Liberal, onde defendiam “emancipação dos filhos das escravas, seguida pela alforria gradual dos escravos existentes [...]”.⁵⁷ Tavares Bastos, um de seus notáveis colaboradores, lançava, por meio de seus artigos, críticas contundentes aos seus opositores conservadores, demonstrava-se impaciente com a lentidão apresentada no desenrolar das reformas emancipacionistas.

O jornal *A Reforma* é considerado por seus contemporâneos o “mais prestigioso da época, que muito influenciou nas transformações da imprensa polemizando com ardor”.⁵⁸ Combatia os excessos conservadores tão ferozmente que gerou uma ala radical, mais tarde, identificada com o movimento republicano. Contou com a participação de personalidades como Saldanha Marinho, Teófilo Otoni, Joaquim Manuel de Macedo entre outros. Manteve-se compromissado com a abolição da escravatura durante os vinte anos que antecederam sua promulgação definitiva em 1888.

Também na Corte, o jornal *Opinião Liberal* criado em 1866, dedicou-se à causa libertária. Seus fundadores: Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e José Luiz de Monteiro, apoiados por liberais históricos como os Otoni e Urbano Sabino Pessoa, combatentes da Revolta Praieira, criticavam a postura conservadora e defendiam o programa do partido liberal.⁵⁹ Limpo de Abreu era filho do visconde de Abaeté⁶⁰, membro do partido conservador. Pode ser considerado “exemplo claro do fenômeno de troca de gerações políticas que se verificava” no cenário nacional.⁶¹ O *Opinião Liberal* foi o instrumento impresso escolhido pelo Clube Radical para disseminar suas ideias e propostas políticas. Em 1869, Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu deixam a tipografia do jornal e fundam o *Correio Nacional*, que também serviu aos interesses do Clube Radical do Rio de Janeiro, funcionando como local de reunião desta organização.

⁵⁷ CONRAD, 1978, p. 104.

⁵⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 211.

⁵⁹ CARVALHO, 2007, p. 26.

⁶⁰ Antônio Paulino Limpo de Abreu. (1798-1883)

⁶¹ Filhos de grandes produtores agrícolas membros do partido conservador, após estudo nas instituições de ensino superior contrariavam a postura política do pai e se filiam ao partido liberal. CARVALHO, 2007, p. 26.

A revista *Semana Ilustrada* não é considerada por muitos historiadores como uma folha de opinião.⁶² Contudo, em seu escopo participaram importantes figuras políticas da época, entre eles se destacam: Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Pedro Luís, Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, visconde de Inhaúma, barão de Tefé – Antônio Luís von Hoonholtz – e Alfredo d’Escraprolle Taunay. Foi fundada em 1860 na Corte, “seu formato era pequeno, com oito páginas, quatro de texto e quatro com ilustrações. Publicava poesias, crônicas e contos [...]”.⁶³ Contudo, se não representava uma revista de contestação ao governo, com certeza, destacava-se porque o espaço de sua tipografia foi utilizado para interessantes discussões sobre esse tema.

O jornal *Radical Paulistano* foi a voz libertária que ressoou no cenário paulistano. Criado pelos sócios do Clube Radical Paulista em 1869, unia os ensejos políticos dos jovens estudantes da Faculdade de Direito e dos antigos opositores da escravatura. Entre os primeiros, Rui Barbosa se destacou como colaborador desse periódico. Luiz Gama aparecia como defensor dos interesses abolicionistas do segundo grupo. O *Radical Paulistano* constituía um equivalente do jornal carioca *A Reforma*, entretanto se apresentava mais radical, defendia as propostas reformistas do partido liberal. Em seu primeiro exemplar, o periódico deixava clara a urgência da efetivação das medidas emancipacionistas. Acreditava que:

[...] somente uma política radical, verdadeiramente definida, que tenha em sua bandeira as urgentes reformas pelas quais o país não pode mais esperar conseguirá nos salvar, abortando o grande cataclisma que para nós caminha a passos precipitados.⁶⁴

Em Recife, capital da província de Pernambuco, surgiu, em 1870, o jornal *A Província*, ligado aos interesses do partido liberal, no qual os estudantes e os recém-formados da Faculdade de Direito expunham suas concepções políticas. Sob liderança de José Mariano Carneiro Cunha, liberal conceituado na região, *A Província* divulgava as propostas reformistas, entre elas, a emancipação do ventre escravo. O periódico pernambucano mantinha as ambivalências do emancipacionismo, pois, em suas páginas, ao lado de matérias condenatórias da

⁶² Nelson Werneck Sodré afirma que a revista *Semana Ilustrada* não fazia crítica ao governo e somente participava de campanhas sociais no Rio de Janeiro. (SODRÉ, 1999, p. 205). Nos trabalhos de José Murilo de Carvalho, Robert Conrad e Ângela Alonso analisados para este capítulo não há menção a este instrumento como representante da imprensa de opinião da época.

⁶³ SODRÉ, 1999, p. 205.

⁶⁴ CARVALHO, Antônio Contijo de (Org.). *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1951. p.34.

escravidão no Brasil, veiculava anúncios de fuga de escravos. Esta era uma contradição presente nos periódicos da época, não apenas em Recife, mas também em outras localidades do império.⁶⁵ O tablóide *A Província* foi utilizado como porta voz do Clube Popular, organizado também pelos membros do partido liberal e estudantes de Direito. Em 1871, o periódico participou da luta pela aprovação do projeto de lei que concedia a liberdade aos filhos das escravas nascidos a partir daquela data. Quatro anos mais tarde, denunciava o descumprimento do repasse da verba do fundo de emancipação de escravos, e ainda, alertava para a venda de cativos listados pelo fundo para outras regiões. Expressava seu descontentamento com o governo conservador, o qual denominava incompetente. Para seus redatores, tal fato não decorria apenas da falta de vontade política que acometia os seus opositores, mas, principalmente, da ausência de habilidade administrativa.

Em Pernambuco, importa destacar as iniciativas individuais contra a escravidão empreendidas por Tobias Barreto. *O Americano*, *Um sinal dos tempos*, *A Comarca de Escada*, *O Desabuso*, *O Povo de Escada*, *A Igualdade*, *Contra hipocrisia* são alguns dos periódicos fundados e redigidos por ele durante a década de 70 do século XIX. Tais instrumentos de embate político não podem ser apontados como resultado de esforços coletivos, mas sim de seus esforços pessoais.⁶⁶

Após a promulgação da Lei do Ventre Livre verificou-se uma diminuição dos artigos e dos jornais emancipacionistas, talvez por se acreditar que tal questão já estivesse resolvida no Brasil e, assim, levantaram-se outras bandeiras como o republicanismo, a luta contra o poder moderador e a reivindicação de maior incentivo à imigração estrangeira. No entanto, a imprensa de opinião se manteve presente, especialmente em pequenos jornais financiados pelos estudantes das instituições de ensino superior. Os alunos das faculdades de Direito se formavam e muitos não engajavam na carreira política ou ocupavam cargos públicos, dessa forma procuravam na imprensa um meio de divulgar seus pensamentos e propostas políticas, e também fundavam clubes e associações, assim, deu-se início à polarização de idéias que marcaria a próxima década. Os jornais passaram a ser fruto de iniciativas particulares, independentes dos partidos políticos.⁶⁷

⁶⁵ CASTILHO, 2008, p. 21.

⁶⁶ CASTILHO, 2008, p.21.

⁶⁷ ALONSO, 2002, p. 278.

Na Corte, ainda nesse período, inauguraram a *Gazeta de Notícias* (1874) e a *Gazeta da Tarde* (1878), ambos periódicos se tornariam libelo da imprensa abolicionista nos anos 80. Na província de São Paulo, destacaram-se a *Gazeta de Campinas* (1873) e *A Província de São Paulo* (1875), financiados por grupos contestadores. No reduto acadêmico, surgiram na faculdade de Direito de São Paulo dez pequenos jornais, alguns não passaram da primeira edição. Na faculdade de Direito de Recife o mesmo panorama pode ser encontrado.

Essa nova imprensa foi um dos fóruns de exposição e debate dos diagnósticos do Brasil que a geração de 1870 vinha edificando, bem como de propedêutica de seus projetos reformistas. Era um dos pilares do pequeno espaço público do Brasil oitocentista. O outro eram as associações.⁶⁸

1.4 O INTERESSE ESCRAVISTA EM JOGO. (1880-1888)

Nos anos posteriores à aprovação da Lei do Ventre Livre, verificou-se certo desinteresse dos parlamentares acerca da temática emancipacionista. Os debates relativos à reforma das relações escravistas ficaram limitados às determinações de distribuição e fiscalização das verbas do fundo de emancipação para as províncias. Por dez anos, os liberais permaneceram aliados do poder, retornando em 1878 com a constituição do gabinete Sinimbu, este publicamente escravocrata. O processo de extinção da escravidão, durante este período, esteve ligado apenas às manumissões particulares e públicas de escravos através do fundo. Neste momento, ainda não era possível medir os resultados da Lei de 1871, pois esta previa que os ingênuos deveriam permanecer sobre tutela do senhor por 8 anos e somente a partir desta idade, após indenização de 600\$, passariam à responsabilidade do Estado. Entretanto, havia ainda outra probabilidade, o proprietário poderia manter o ingênuo em suas terras e explorar-lhe a mão de obra até que completasse 21 anos. Embora os parlamentares tenham se preocupado com a possibilidade de onerar os cofres públicos devido às despesas resultantes da indenização aos senhores e a manutenção dos ingênuos, acabaram por se surpreender, até 1885 apenas 188 crianças haviam sido entregues ao governo, pois a maioria dos senhores optou por manter os trabalhadores sob domínio.⁶⁹

⁶⁸ ALONSO, 2002, p. 281.

⁶⁹ CARVALHO, 2008, p. 318.

A estagnação dos debates reformistas no parlamento pode estar intimamente ligada à apreensão quanto às consequências da Lei do Ventre Livre. Os representantes políticos do país consideravam o problema da escravidão resolvido. Não houve qualquer pressão política externa para a promoção da abolição definitiva, tal como antecedeu nos debates das leis de 1850 e 1871. O Imperador, propulsor das medidas emancipacionistas, não se pronunciou a respeito da questão nas Falas do Trono proferidas entre o período de 1873 a 1881. Ou seja, não havia no cenário político nacional qualquer alusão à reforma na instituição escravista.⁷⁰ Paralelamente na imprensa tal panorama era reproduzido.

O assunto ficou adormecido até 1879, quando um representante liberal da província da Bahia acendeu novamente as discussões abolicionistas com seu discurso na Câmara dos Deputados. Jerônimo Sodré atacou o imobilismo do governo frente às questões de reformas nas relações escravistas, repudiou a Lei Rio Branco e suas medidas favoráveis aos proprietários de escravos e, por fim, defendeu a extinção absoluta da escravidão. O deputado liberal Joaquim Nabuco, filho de Nabuco de Araújo, conselheiro de Estado durante o período de formulação do projeto da Lei do Ventre Livre, apoiou a fala do colega. No entanto, foi minoria diante dos ataques dos deputados da bancada escravista. A contrariedade expressada pelos legisladores ilustrou o contexto político vivenciado nacionalmente e mantido nos anos posteriores no interior das instâncias políticas formais. O discurso de Sodré motivou Nabuco a formular propostas emancipacionistas e a apresentá-las à Câmara, sem sucesso. A indiferença frente ao problema exposto impulsionou Nabuco, Sodré e outros parlamentares a encontrarem formas alternativas de manifestação a favor da abolição da escravatura. A imprensa e as associações foram amplamente utilizadas para veicular a propaganda abolicionista à população em geral. Através destes meios de comunicação, os idealizadores do movimento convocavam todos os cidadãos a participarem da contenda em nome da civilização e do progresso da nação. Se os parlamentares não contavam com a pressão externa e nem com as cobranças reformistas do Imperador, passaram a conviver com um novo elemento de força social, o emergente movimento abolicionista. Quando Dom Pedro II solicitou novas propostas reformistas visando solucionar o problema da escravidão ao ministério Dantas em 1884, a campanha iniciada em 1880 já havia se espalhado

⁷⁰ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p.56.

nacionalmente e ganhado prestígio popular. Quase todas as províncias possuíam associações abolicionistas e órgãos impressos de divulgação da propaganda. Algumas dessas associações já haviam conferido centenas de alforrias por meio dos fundos de emancipação próprios ou gratuitamente negociadas diretamente com os respectivos senhores, como foi o caso das províncias do Ceará e do Amazonas. As manifestações, entretanto não se limitavam à concessão da liberdade mediante a compra de carta de alforria, mas também, utilizavam outras artimanhas de protesto e pressão contra senhores e comerciantes. O desenvolvimento do movimento abolicionista e sua constante radicalização favoreceram a retomada das discussões parlamentares a respeito de reformas na escravidão. O temor de uma revolução escrava voltara a permear o imaginário político dos parlamentares.

Mesmo com a inauguração nacional do movimento abolicionista, fortalecido pelo discurso de Sodré na Câmara dos Deputados, a postura escravista permaneceu imutável no interior do parlamento. José Antônio Saraiva, chefe do gabinete liberal em 1880, questionado sobre a possibilidade de haver reformas relacionadas à substituição da mão de obra durante seu mandato, assinalou não cogitar tal resoluções. Em 1882, sucedendo-o no ministério, sobreveio Martinho Campos, apresentando-se também indisponível para discutir medidas de caráter abolicionista. Contudo, seu governo não perdurou muito tempo, após seis meses foi substituído pelo visconde de Paranaguá. Em seu discurso de posse, Paranaguá prometeu dar continuidade à política de substituição do trabalho escravo pelo livre sem prejuízo à propriedade privada. Foi aplaudido e apoiado, entretanto nos dez meses de duração de seu gabinete “não teve tempo para dar o pouco que prometera”.⁷¹

Concomitantemente, o movimento reagia ao imobilismo do parlamento e à postura escravista muitas vezes defendida pelos representantes políticos nas assembleias. Nas províncias do norte e nordeste o abolicionismo se radicalizara. Foram registrados levantes de escravos em fazendas, assim como a concessão avultosa e ininterrupta de cartas de alforrias. Os líderes da campanha do Rio de Janeiro viajaram para áreas onde o movimento se desenvolvera intensamente e mantiveram os jornais atualizados com a situação da escravidão nestas localidades. As notícias incitavam novas agitações populares nas ruas e em salas de conferências promovidas pelas associações na Corte. Em 1883 foi fundada a Confederação

⁷¹ MORAES, 1986, p. 57.

Abolicionista, organização cujo propósito era unificar as práticas libertárias das sociedades existentes nas províncias, a fim de criar redes de solidariedades entre elas.

O Imperador, diante do panorama político apresentado, renovou sua postura emancipacionista e na Fala do Trono de 1883, pediu ao ministério, recentemente formado, que não se esquecesse de realizar medidas efetivas para promover a extinção gradual da escravidão. Lafayette Rodrigues Pereira, no mesmo ano, presidiu o ministério substituindo Paranaguá. Pretendendo colocar em prática o desejo abolicionista de Dom Pedro, anunciou reformas no sentido de auxiliar e facilitar a ação da lei de 28 de setembro de 1871. O projeto previa aumento das verbas destinadas ao fundo de emancipação de escravos e proibição do tráfico interprovincial. O programa de governo de Lafayette representou um sopro de esperança aos idealizadores do movimento abolicionista. Todavia, no decorrer das atividades ministeriais ficou comprovada a falta de empenho à efetivação das reformas propostas, desapontando não somente esse grupo, como também o Imperador.

Lafayette pediu demissão e Dom Pedro iniciou uma nova busca a fim de encontrar um representante interessado em realizar as reformas necessárias nas relações escravistas. Foram convidados para desenvolver tal missão os senadores José Antônio Saraiva, Sinimbu e Afonso Celso, porém todos se negaram a promover medidas abolicionistas. Assim, ficou determinada, ao presidente do gabinete demissionário, a convocação do senador Manoel Pinto de Souza Dantas para assumir o cargo. A libertação dos escravos acima de 60 anos, assim como o aumento nas verbas do fundo e a proibição do tráfico interprovincial de escravos foram abordados na apresentação de seu programa à Câmara dos Deputados. Os líderes do movimento abolicionista ficaram entusiasmados com a possibilidade da aprovação de uma lei antiescravista. Contudo, no ministério, na Câmara e na imprensa, os membros escravistas se alarmaram diante da ideia de libertação dos escravos e se posicionaram peremptoriamente contrários. O discurso da oposição era fundamentado na hipótese de desordem pública causada pela vadiagem resultante da transferência de libertos para as cidades e pelo ataque ao direito de propriedade dos senhores. Grupos escravistas uniram-se em diversas províncias a fim de protegerem a manutenção da mão de obra escrava.

O Projeto Dantas, como ficou conhecido o conjunto de reformas na escravidão, na verdade, amedrontava os proprietários de escravos, pois ameaçava a perda de muitos escravos jovens, que haviam sido registrados com idades maiores para burlar a lei de 1831. Prática comum nas matrículas efetuadas entre os anos da aprovação da primeira lei de combate ao tráfico de escravos e 1850, quando finalmente foi proibido.

O fato de muitos proprietários de escravos terem registrados africanos fraudulentamente [...], foi provado pelo Recenseamento de 1872. [...] Onde os africanos se concentravam pesadamente, havia um número desproporcionalmente grande de escravos cujas idades foram declaradas como 51 anos e mais – grupo que, na verdade, seria elegível, em 1884, para a liberdade ao abrigo das provisões do Projeto Dantas [...].⁷²

Em defesa de sua administração, Dantas habilitou colegas de partido e de luta antiescravista a escreverem artigos nos jornais congratulando suas ações parlamentares.

Leram-se então, belos artigos de combate, devido às penas de Rui Barbosa, Gusmão Lobo, Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas e Barros Pimentel, que mal se acobertavam com pseudônimos ingleses (Grey, Wilberforce, Garrison, Lincoln, Clarkson). Daí veio o serem esses articulistas ironicamente apelidados por Martinho Campos – *os ingleses do senhor Dantas*.⁷³

Mesmo encontrando graves ressalvas da facção escravista no parlamento, o projeto de lei que previa a concessão de liberdade aos escravos maiores de 60 anos, o aumento das verbas do fundo de emancipação e a proibição do comércio interprovincial, foi levado à votação. As duas primeiras propostas não encontraram o apoio do Conselho logo nos primeiros arranjos apresentados, já a última não o abalou. Na Câmara, mesmos os representantes liberais não concordavam com o projeto, apenas os deputados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul aderiram à reforma de Dantas. O presidente do gabinete, ciente da contrariedade majoritária à sua proposta, solicitou ao Imperador a dissolução do parlamento. Observando a falta de consenso para aprovação da lei, este acata o pedido de Dantas, entretanto a nova constituição da Câmara não favoreceu a sanção do projeto. O resultado da eleição para a mesa diretora comprovou a impossibilidade do andamento da lei, uma vez que Moreira de Barros, conhecido escravocrata, fora eleito presidente. Nesta situação, Dom Pedro II não pode recorrer novamente à dissolução da Câmara, pois suscitaria muitas críticas à sua postura. A solução encontrada foi afastar Dantas e

⁷² CONRAD, 1978, p. 261.

⁷³ MORAES, 1986, p.67.

nomear alguém considerado mais capaz de convencer os parlamentares. Dessa forma, Saraiva, considerado um liberal menos comprometido, retornou ao gabinete em uma séria tentativa de tornar a reforma moderada da escravatura finalmente realidade. O grande desafio era fazê-la mais aceitável aos conservadores e liberais dissidentes.

Na apresentação do projeto de lei reformulado à Câmara, Saraiva demonstrou seriedade frente à proposta de agradar os conservadores e os proprietários de escravos. As modificações do Projeto Dantas foram consideradas pelos abolicionistas uma distorção do original com o propósito de beneficiar os senhores em detrimento dos cativos. Entre outras cláusulas, obrigava os escravos maiores de 60 anos a compensarem sua liberdade ao senhor por mais três anos de prestação de serviços sem remuneração. Ainda, encarecia substancialmente o preço das indenizações previstas pelo antigo projeto. A proposta de Saraiva considerava crime sujeito à multa e detenção o ato de ajudar e/ou abrigar escravos fugitivos. Proibia a saída dos escravos de seus municípios de origem ou residência. Caso fossem encontrados em outras localidades, deviam ser considerados vagabundos e detidos pela polícia. Os libertos, por sua vez, precisariam encontrar um trabalho, ou então, poderiam ser presos por quinze dias e enviados posteriormente para uma colônia agrícola administrada sob disciplina militar.⁷⁴

Rui Barbosa e José do Patrocínio, importantes líderes do movimento abolicionista nacional, saíram às ruas condenando publicamente o projeto de lei apresentado por Saraiva. Principalmente as cláusulas que tornavam criminoso o ato de acobertar um escravo fugitivo e fragilizavam a condição do liberto. Contudo, a Câmara dos Deputados foi majoritariamente favorável. O Projeto Saraiva criou um alinhamento inteiramente novo conquistando o apoio da maioria dos membros da oposição. O partido liberal dividiu-se em facções, uma delas abolicionista e contrária às medidas governamentais. Exatamente pelo fato de ter necessitado da minoria conservadora para sancionar a lei dos sexagenários o gabinete liberal se enfraqueceu e retirou-se do governo.

Incapaz de encontrar um líder liberal que pudesse voltar a unir o fragmentado Partido Liberal, Dom Pedro preferiu desfechar outro 'golpe imperial', pedindo ao conservador preeminente, o Barão de Cotegipe, que formasse um governo de minoria. Para desespero dos liberais radicais, foi

⁷⁴ CONRAD, 1978, p. 272.

sob a liderança deste velho fazendeiro-político pró-escravatura – que tinha o apoio de muitos liberais moderados - que o projeto foi rapidamente aprovado, sem emendas, pelo senado, a tempo de o Imperador poder sancioná-lo no décimo quarto aniversário da Lei Rio Branco.⁷⁵

Joaquim Nabuco, abolicionista e membro da Câmara dos Deputados, encontrava-se entre os maiores críticos do Projeto Saraiva. Acreditava que o país estava pronto para construir uma legislação mais avançada, visando uma rápida mudança social. Após a promulgação da lei Saraiva e Cotegipe em 1885, o movimento abolicionista recuou por um breve período. A espera pela votação da proposta libertária no parlamento tornou-o mais silencioso. Em províncias onde a escravidão era considerada praticamente extinta, como o Ceará, o Amazonas e o Rio Grande do Sul, a profícua propaganda arrefeceu. Os preços estabelecidos pelo governo para compra da alforria dos escravos onerou as associações, pois a encareceram frente ao valor pago pelos abolicionistas nas campanhas anteriores. Nos jornais, os artigos abolicionistas diminuíram a frequência de suas publicações. Nabuco denominou o período de *eclipse do abolicionismo*. A opinião abolicionista estava, de acordo com o deputado, “sendo resfriada por uma forte corrente glacial”.⁷⁶ Contudo, esta fase foi brevemente substituída por um momento de renovação do movimento abolicionista nacional, mais enfática em suas críticas contra o governo imperial e mais radical nas medidas contra escravidão.

A proibição do açoite como castigo para os escravos em estabelecimentos públicos, em 1886, impulsionou a retomada da campanha abolicionista nos jornais e nas ruas por meio de conferências públicas – *meetings*. A medida dividiu opiniões no parlamento. De um lado os cafeicultores paulistas defendiam a sustentação de tal prática, como forma de manutenção da ordem e da autoridade do senhor sob seu escravo. Contudo, a maioria entendeu que a medida não provocaria alterações nas relações escravistas. Com a aprovação desta lei, o cenário político transformou-se profundamente. Alguns cafeicultores paulistas ingressaram no partido republicano e iniciaram um movimento de substituição de mão de obra e de repúdio ao governo imperial. Configurando assim, um panorama de pressão abolicionista que resultou na definitiva extinção da escravidão em 1888 e, um ano mais tarde, no golpe de Estado Republicano.

⁷⁵ CONRAD, 1978, p. 273.

⁷⁶ NABUCO, Joaquim. *O eclipse do abolicionismo*. Rio de Janeiro, 1886. p. 31. In: CONRAD, 1978, p. 281.

1.5 OS INGLESES DO SENHOR DANTAS: O ABOLICIONISMO NA IMPRENSA. (1880/1888)

O cenário político configurado nos últimos anos de existência da escravidão no Brasil produziu ambiente fértil para o surgimento do movimento abolicionista nas províncias e na Corte. O parlamento e o Imperador acomodaram-se confortavelmente frente à questão escravista após a aprovação da lei Rio Branco. Na pauta de discussão da Assembleia Geral não havia propostas de reformas na escravidão. Os representantes políticos imperiais estavam tranquilos, acreditavam terem solucionado o problema da mão de obra nacional. Em alguns poucos anos, supunham, a escravidão se encontraria totalmente extinta e sua substituição nas lavouras providenciada. Preocupavam-se somente com a conta das indenizações e do acolhimento dos ingênuos pelo Estado previstos na Lei do Ventre Livre. As pressões da comunidade internacional para a promoção da abolição cessaram, embora alguns fazendeiros escravocratas apostassem na possibilidade de eclosão de rebeliões escravas resultantes da prática da lei, uma sensação de paz reinou nas senzalas e nas ruas da cidade. Os jornais silenciaram-se. Pouquíssimos foram os artigos emancipacionistas ou abolicionistas publicados nos anos finais da década de 70. As associações pouco a pouco se extinguíram por completo.

O discurso de Jerônimo Sodré na Câmara dos Deputados em defesa de uma reforma mais profunda e contundente da escravidão e o repúdio à suas ideias, demonstrado pela maioria dos parlamentares, impulsionou o ressurgimento da imprensa de opinião antiescravista. O então deputado Joaquim Nabuco, importante idealizador do abolicionismo, após a fala de Sodré, apresentou alguns projetos de lei propondo reformas nas relações escravistas. Contudo, suas propostas não passaram à votação. Os demais deputados liberais, senadores e conselheiros de Estado não estavam dispostos a reformular a legislação escravista, muito menos extingui-la por completo. O Imperador também não demonstrava preocupação com a questão emancipacionista. Ao contrário do panorama apresentado nos anos anteriores à promulgação da Lei do Ventre Livre, as instâncias políticas formais se mantiveram contrárias a quaisquer possibilidades de transformações abolicionistas. Mudando de postura apenas em 1883, quando Dom Pedro retoma a temática reformista na Fala do Trono, exigindo uma solução moderada para acelerar o fim da escravidão. Neste momento, o movimento abolicionista já havia criado formas

alternativas de mobilização fora do parlamento desde 1880, e demonstrava o alcance nacional conquistado.

Em todas as províncias grupos de contestadores antiescravistas fundaram associações abolicionistas e inauguraram jornais de opinião para divulgar os eventos públicos realizados. Suas atividades ganharam força e aceitação popular, pressionando o governo central a tomar iniciativas reformistas. Contrastando com o movimento emancipacionista da década anterior, poucos deputados provinciais defenderam ideias antiescravistas. Nesta segunda fase de luta, estes representaram a minoria do grupo contrário à manutenção da escravidão. Junto aos políticos aliados do governo ou imobilizados pela política continuísta dos liberais, também se destacaram figuras populares: mulatos livres e libertos e membros da elite cultural dominaram a campanha nos últimos anos da escravidão. A falta de recursos financeiros acompanhou os idealizadores do movimento até o seu fim em 1888. A imprensa criada pelos abolicionistas inovou por utilizar o repertório científico europeu em seus artigos, gerando “um universo mais complexo tanto de informações quanto de opiniões, um novo clima político-cultural”.⁷⁷

Três frentes de combate à escravidão se estabeleceram na Corte em 1880, todas possuindo ligações entre si. O jornal *A Gazeta da Tarde*, fundado por Ferreira de Menezes, a mais antiga instituída até então, havia servido aos interesses emancipacionistas em meados da década de 70. Proeminentes defensores do abolicionismo utilizaram tal instrumento para divulgar seus artigos. Entre eles destacaram-se André Rebouças e José do Patrocínio. Enquanto esteve sob a direção de Menezes, *A Gazeta da Tarde* auxiliou o movimento abolicionista reproduzindo discursos e noticiando acontecimentos realizados nas conferências promovidas pela Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Criada por Joaquim Nabuco, esta pioneira associação abolicionista tinha como objetivo não apenas conferir alforria a escravos, como também, e principalmente, divulgar a propaganda antiescravista. Unidos e contando com a participação da Associação Central Emancipadora, liderada por Patrocínio e Nicoláo Moreira, formavam uma poderosa organização contra escravidão.

O jornal *A Gazeta da Tarde* era um admirável e popular veículo de comunicação. Descomprometido com qualquer grupo político, empregava recém-formados

⁷⁷ ALONSO, 2002, p. 279.

bacharéis em Direito e em Engenharia. Dessa forma, criou um pequeno, mas efetivo mercado de trabalho para egressos nas faculdades imperiais, acolhendo mesmo aqueles que não moravam na Corte.⁷⁸ Representou um modelo a outros periódicos que surgiram na década de 80. A composição social das tipografias favoreceu o aumento progressivo do caráter radical apresentado pelo movimento abolicionista. Seus redatores não pertenciam a nenhum dos principais partidos políticos, nem ocupavam cargos públicos, ou seja, não defendiam uma posição confortável na hierarquia social. Joaquim Nabuco, em 1881, inaugurou o jornal *O abolicionista*, órgão de divulgação das ações públicas promovidas pela Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Este instrumento não obteve o alcance popular do periódico *A Gazeta da Tarde*, e devido aos escassos fundos disponíveis foram poucos os números impressos e também os exemplares colocados em circulação.

Os líderes do movimento abolicionista desenvolvido na Corte não pertenciam aos grupos mais abastados da sociedade imperial. Diferente da configuração apresentada no movimento emancipacionista, onde os deputados provinciais, os conselheiros de Estados e os senadores defenderam a ideia emancipacionista do Imperador, neste momento, estes se posicionaram contrários a qualquer medida abolicionista. Estiveram ao comando das associações, dos *meetings*, e das tipografias figuras que se identificavam intimamente com os estratos populares da sociedade. Ferreira Menezes, José do Patrocínio, André Rebouças e Luiz Gama, ilustres representantes da campanha contra a escravidão no Brasil, eram mulatos e não pertenciam a ricas famílias cafeicultoras. Luiz Gama havia sido vendido como escravo por seu pai, mas como tinha consciência de sua liberdade – era filho de mãe forra – fugiu do cativeiro e lutou pelo reconhecimento de sua condição. André Rebouças era engenheiro, professor de botânica, cálculo e geometria na Escola Politécnica. Escrevia muitos artigos sobre os problemas sociais e econômicos do Brasil. Contudo, não lhe agradava falar em público, comunicava-se melhor através da imprensa. José do Patrocínio, voz pioneira do abolicionismo, formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina. Filho de um padre dono de escravos e de uma preta vendedora de frutas, sem dinheiro para exercer sua profissão, foi lecionar para os filhos de um rico capitão e acabou por se casar com uma de suas filhas.⁷⁹

⁷⁸ ALONSO, 2002, p. 279.

⁷⁹ CONRAD, 1978, p. 186.

Joaquim Nabuco, embora descendente de uma tradicional família de políticos e importantes fazendeiros pernambucanos proprietários de escravos, demonstrava a mesma garra revolucionária de seus associados. Bacharel em Direito, dirigiu seus esforços à legislatura na Câmara dos Deputados nos anos que foi eleito. Nas instituições de ensino superior brasileiras, influenciados pelo incipiente abolicionismo, assim como Nabuco, alguns alunos fizeram sua profissão de fé inaugurando jornais acadêmicos e pequenas associações. Neste ambiente, eram promovidas conferências políticas que entusiasmavam moços de diversas províncias. Rui Barbosa pode ser considerado um exemplo, estudante ativo, em 1869 tornou-se um dos mais dinâmicos líderes do movimento na imprensa.

Até 1882, o movimento abolicionista, exceto o desenvolvido no Ceará, não demonstrou grandes conquistas. Suas atividades mantiveram-se fundamentadas nas estratégias de libertação emancipacionistas realizadas na década de 70. Neste ano, os líderes abolicionistas ficaram fora da composição da Assembleia Geral. As sociedades fundadas em 1880 por Nabuco e Patrocínio haviam deixado de funcionar. O primeiro, inconformado com a derrota nas urnas decidiu ir a Londres. Por sua vez, Patrocínio permaneceu no Brasil publicando artigos no jornal *A Gazeta da Tarde*, junto com os colegas de luta, André Rebouças e Ferreira Menezes. Alguns periódicos como o *Rio News* sugeriam que os abolicionistas estavam atuando na clandestinidade e os responsabilizava pela onda de fugas e pela grande revolta de escravos ocorrida em São Paulo. Tais acontecimentos provocaram comentários irados dos fazendeiros paulistas.

Enquanto isso, na província do Ceará o movimento se radicalizara. As notícias do sucesso da campanha realizada chegavam constantemente às páginas dos jornais da Corte e consecutivamente aos das diversas províncias, vizinhas ou não. Em 1883, foi fundada no Rio de Janeiro a Confederação Abolicionista, com a finalidade de unificar todas as associações abolicionistas do país. Houve assim uma normatização das estratégias libertárias utilizadas e a criação de redes de solidariedade entre os movimentos provinciais. José do Patrocínio regressara do Ceará após meses auxiliando os contestadores e aprendendo as técnicas revolucionárias abolicionistas. Entusiasmado, utilizava seu jornal *A Gazeta da Tarde* para divulgar suas propostas e ideias. Além de táticas legais de libertação de escravos, os membros da Confederação também promoviam o intercâmbio ilegal de

escravos foragidos das fazendas de café do sudeste para o Ceará a fim de torná-los livres a preços mais módicos. Surgiu, então, um movimento abolicionista nacional e radical comprometido com a difusão da propaganda contra a escravidão. O objetivo do grupo contestador era, principalmente, promover a abolição da escravidão através da persuasão dos proprietários de escravos. Por meio de conferências públicas, os abolicionistas promoviam discursos eloquentes e procuravam convencer, no calor das palavras, os senhores a libertarem seus escravos. O recurso da fuga em massa servia aos casos em que os senhores permanecessem irredutíveis quanto à oferta dos abolicionistas. A propaganda conquistou sucesso maior nas cidades do que nas fazendas, talvez pelo restrito alcance dos contestadores às senzalas, contudo muitos fazendeiros perderam todos os seus cativos em decorrência das manobras de fugas executadas pelos membros dos clubes.

Ainda em 1883, Joaquim Nabuco escreveu e publicou sua peça individual de propaganda contra a escravidão. O livro, *O abolicionismo*, foi editado e impresso ainda durante sua estada em Londres. Em suas páginas, dissertava sobre os fundamentos do movimento e as propostas políticas para realizar a abolição da escravatura. Com a morte de Ferreira de Menezes, Patrocínio adquiriu a tipografia do jornal *A Gazeta da Tarde* e tornou-se seu diretor. Ao lado de André Rebouças, consagrou este veículo de comunicação como arauto da campanha abolicionista nacional. No ano seguinte, o movimento atingiu seu auge de popularidade despertando reações contrárias dos membros do parlamento. Com o senador Dantas presidindo o gabinete do Estado e defendendo reformas legislativas na constituição escravista, os principais líderes abolicionistas, por meio do jornal *A Gazeta da Tarde*, saíram em sua defesa, apoiando seu projeto. Nabuco, José do Patrocínio, Rui Barbosa, André Rebouças, entre outros, ao assinarem os artigos favoráveis a Dantas usavam pseudônimos ingleses e ficaram, ironicamente, imortalizados como *os ingleses do senhor Dantas*, pelo senador Martinho de Campos.

Após a aprovação da lei Saraiva-Cotegipe, em 1885, as ações abolicionistas acalmaram-se. Retornando em 1886 com fôlego para promover uma campanha forte nas ruas das cidades e jogar com todas as possibilidades a fim de suprimir de uma vez por todas a escravidão do solo brasileiro. *A Gazeta da Tarde* se manteve à

frente dos debates antiescravistas nacionais. Seus representantes viajavam pelas províncias promovendo a propaganda e conferindo milhares de alforrias. Acompanhando a onda de manifestações abolicionista surgiu no Rio de Janeiro o jornal *Vinte e Cinco de Março* “de propriedade de Carlos de Lacerda, um inimigo radical da escravatura, [...] insinuou em seu primeiro número que os abolicionistas de Campos usariam métodos violentos [...], para servirem à sua causa”.⁸⁰ Os jornais, neste período, eram utilizados como veículos de divulgação dos eventos públicos realizados pelas associações abolicionistas. Os artigos redigidos abordavam as temáticas da substituição da escravidão, da necessidade de projetos visando à criação de possibilidades de instrução para a massa de libertos que se formava nas cidades e também criticavam o governo imperial e o imobilismo frente às reformas na escravidão e de incentivo à imigração estrangeira. O movimento abolicionista foi eficiente na criação de uma unidade nacional de propaganda contra a escravidão. Seja por meio do jornal *A Gazeta da Tarde*, enviado a praticamente todas as capitais provinciais, ou através das conferências públicas realizadas nas ruas ou nos teatros da Corte, os eventos produzidos pela Confederação Abolicionistas inspiraram outras regiões a também realizarem uma campanha popular em prol da abolição.

As províncias, de um modo geral, seguiam o exemplo consolidado no Rio de Janeiro por Nabuco, Rebouças, Patrocínio e Ferreira Menezes. As associações e os jornais mantinham intensa relação de comunicação. Assim como *A Gazeta da Tarde* noticiava as ações públicas realizadas pela Confederação Abolicionista e também conferia legitimação do movimento entre os diversos grupos sociais urbanos, outros periódicos foram criados com o mesmo propósito.

No Ceará, seguindo o padrão da Corte, em 1880, inaugurou-se o jornal *Libertador*, instrumento de divulgação da Sociedade Cearense Libertadora com sede em Fortaleza. Estas duas organizações, unidas, promoveram uma verdadeira revolução libertária na província. O líder do movimento abolicionista, José do Amaral esteve à frente das publicações deste jornal e também das conferências e motins públicos praticados durante todo o período de revolta antiescravista. Ambos os veículos de propagação das ideias abolicionistas estabeleceram ligações com o movimento no Rio de Janeiro, representado principalmente pela figura de José do Patrocínio. O jornal *A Gazeta da Tarde* reproduzia artigos e notícias publicados nas páginas do

⁸⁰ CONRAD, 1978, p. 239.

Libertador. Este, por sua vez, promovia ação igual. Por meio das trocas de informações, as campanhas nas duas províncias renovavam suas práticas inspiradas nos sucessos uma da outra. A Sociedade Cearense pertencia a Confederação Abolicionista e contava com amplo apoio dos abolicionistas da Corte. José do Amaral e os demais representantes do movimento abolicionista desenvolvido em Fortaleza eram jovens e estavam ligados diretamente à dinâmica comercial da capital da província.

Em São Paulo, dois líderes do movimento abolicionista, em duas fases políticas distintas concentraram os esforços de libertação ao redor de suas figuras. O primeiro foi Luiz Gama, pioneiro na propagação das ideias abolicionistas nesta província. Já na década de 70, defendia a supressão da escravidão por considerá-la uma instituição ilegal. Luiz Gama morreu em 1882, dedicou sua vida a conceder a liberdade aos escravizados e a lutar pela definitiva abolição. O segundo, tão radical ou mais, foi Antônio Bento. Filho de um farmacêutico, homem de algumas posses, estudou Direito empregando-se após à sua formatura como promotor e juiz municipal, porém, não se dedicou à magistratura. Abolicionista, aproveitou-se do cargo de provedor da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios para transformar este espaço em instrumento de libertação de escravos. Após o falecimento de Luiz Gama tomou para si a responsabilidade de mobilizar a sociedade contra a escravidão. Dessa forma, junto com alguns companheiros políticos e membros da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, inaugurou o periódico *Redenção*. Este jornal inovou a maneira de se produzir um impresso de opinião. “Era um periódico como nunca foi lido em São Paulo, misto de panfleto e pasquim, no qual não havia reticências, nem reservas. Os fatos e os homens eram ali expostos como em um pelourinho, e a nu”.⁸¹ A tipografia do jornal *Redenção* reunia diariamente membros da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, em sua maioria operários negros e outros abolicionistas. “Era um verdadeiro clube revolucionário”.⁸² Liberais, conservadores e republicanos se encontravam para discutir as diretrizes da campanha e também ousadas ações promovidas pelo grupo. Sempre que chegava alguma notícia de maus tratos a escravos em alguma das fazendas da região logo os membros organizavam um plano para negociarem as alforrias com o senhor ou promoverem uma fuga em massa das senzalas.

⁸¹ MORAES, 1986, p.215.

⁸² MORAES, 1986, p.219.

Nos últimos anos da escravidão no Brasil, diversos grupos abolicionistas se formaram nas províncias visando promover uma propaganda antiescravista aos moldes da desenvolvida na Corte. Foram organizadas associações e publicados jornais de opinião procurando sensibilizar a população contra a manutenção da escravidão. As ações públicas reuniam abolicionistas de todos os partidos. Ao contrário do movimento emancipacionista, a campanha não representava o projeto político de nenhum partido, ou mesmo do Imperador. O impulso originava-se do desejo de um grupo formado por segmentos diversos da sociedade. Bacharéis, funcionários públicos, operários, jangadeiros, comerciantes, cocheiros, professores, estudantes entre outros, unidos modificaram a concepção política da sociedade e pressionaram o governo imperial que sem saída, rendeu-se em 1888.

2. A ONDA EMANCIPACIONISTA EM VITÓRIA. (1869-1879)

2.1 AS CIDADES IMPERIAIS: ESPAÇO DE DIFUSÃO DAS IDEIAS DE LIBERDADE.

As cidades imperiais, especialmente as capitais das províncias, serviram de cenário ao desenvolvimento da campanha contra a escravidão. O ambiente urbano e seus espaços de sociabilidades⁸³ facilitaram a difusão das ideias de liberdade à população. A variada composição social em circulação nas ruas e nos logradouros públicos permitiu o envolvimento de grande parcela da sociedade com o movimento antiescravista. A imprensa de opinião e as associações libertadoras de escravos configuravam os principais veículos da propaganda reformista. As instituições de ensino superior brasileiras também podem ser apontadas como importantes núcleos de discussão política. Nelas, alguns dos proeminentes líderes dos movimentos emancipacionista e abolicionista se formaram. As Assembleias Legislativas Provinciais e os tribunais de justiça serviram de púlpito aos idealizadores da campanha reformista. As ações de liberdade tornaram-se, no decorrer dos anos finais do Oitocentos, uma prática disseminada entre os escravos. Aqueles que julgassem o próprio cativeiro, ou o de seus filhos, ilegal partiam rumo às cidades à procura de um advogado disposto a defender sua causa. Muitos bacharéis em Direito ocupavam-se de tal atividade, Luiz Gama, por exemplo, líder abolicionista de São Paulo, dedicou sua vida a interceder juridicamente em favor dos escravos.

A mobilização favorável à aprovação de medidas legais de reforma nas relações escravistas nasceu no interior do parlamento em 1868 a pedido do Imperador. O partido liberal, neste momento maioria na Câmara, apropriou-se do propósito emancipacionista. Com a dissolução do gabinete, no mesmo ano, seus representantes levantaram a bandeira reformista e procuraram outros veículos de

⁸³ O conceito de Sociabilidade surge na sociologia com a contribuição de teóricos como: Simmel, Weber, Gurvich, que abordam a temática por um viés fenomenológico e etnológico, em que as sociabilidades são o centro da análise não o reflexo da estrutura social as quais estão inseridas. Nessa perspectiva a análise concentra-se na identificação dos atores e seus objetivos, nas relações que estabelecem entre si e na morfologia das ações que se desenvolvem na construção dos espaços de sociabilidade. LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1894*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.p.12.

pressão política fora das instâncias formais. A imprensa, então, passou a ser utilizada como um eficiente instrumento de divulgação das ideias liberais, e consolidou-se como principal meio de comunicação do movimento antiescravista.

A circulação dos impressos não ficava restrita às áreas urbanas, onde todos os grupos sociais compartilhavam suas notícias. Suas opiniões e informações infiltravam também na zona rural e, embora se concentrassem na casa grande, por vezes, vazavam para a senzala.⁸⁴ As tipografias das cidades funcionavam como sala de reuniões aos idealizadores reformistas. Neste espaço concorriam os membros da elite intelectual, redatores, poetas, professores, funcionários públicos e bacharéis. As reformas eleitorais e escravistas defendidas pelo partido liberal frequentemente eram debatidas e as opiniões expressas transformadas em artigos editoriais.

Nas vias das cidades as ideias se espalhavam não somente por meio dos jornais, mas também, pelos *meetings*, encontros públicos organizados pelas associações libertadoras de escravos. Nessas reuniões os discursos políticos antiescravistas alcançavam os transeuntes sem as dificuldades impostas pela linguagem escrita e comercializada dos periódicos. Durante o processo de desenvolvimento e radicalização do movimento contra a escravidão nos núcleos urbanos, as sociedades libertadoras tornaram-se mais próximas dos cativos e libertos. Principalmente na década de 80, quando estes procuravam auxílio legal ou ilegal dos abolicionistas. Em São Paulo, um grupo liderado por Antônio Bento, formado por advogados, políticos, cocheiros, entre outros membros da elite ou dos segmentos populares da sociedade, promoviam fugas em massa das fazendas do interior. Bastava uma breve notícia sobre maus tratos de escravos para que o bando se organizasse. Cuidavam de infiltrar um dos seus companheiros na senzala a fim de persuadir os escravos à fuga, preparavam o transporte e também, o acoitamento desses até que encontrassem uma estada segura. A Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro também praticava tais ações nos arredores da província. À frente da organização das fugas e acoitamento estavam os redatores do jornal *Gazeta da Tarde*. Os escravos evadidos normalmente eram levados para quilombos próximos às cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em Santos, o quilombo do Jabaquara e, na Corte, o quilombo do Leblon eram os principais destinos dos foragidos.⁸⁵

⁸⁴ MACHADO, 1994, p. 143.

⁸⁵ SILVA, 2003, p. 19.

A interação social promovida pelas associações libertadoras de escravos podiam se apresentar mais profundas quando suas práticas apareciam ligadas às irmandades religiosas. Algumas delas promoviam o convívio entre pessoas de diferentes estratos sociais. A hierarquia presente na sociedade imperial reproduzia-se no interior dessas organizações. As irmandades funcionavam como pequenas instituições formadas por grupos distintos da sociedade. Seus membros compartilhavam de uma mesma identidade⁸⁶ e fechavam-se em torno desse espaço de culto religioso. Contudo, existiam irmandades que apresentavam uma composição social eclética. Dentre elas podem-se destacar as irmandades de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, onde concorriam homens pobres e negros, escravos ou libertos. No contexto social escravista, as irmandades representavam para os cativos “uma das pequenas vias sociais de acesso à experiência de liberdade, ao reconhecimento social e à possibilidade de formas de autogestão [...]”.⁸⁷ A confraria religiosa de Nossa Senhora dos Remédios, em São Paulo, configurou-se em espaço de debate abolicionista na década de 80 para Antônio Bento e seu grupo. No interior dessa irmandade surgiu o jornal *Redenção*, produzido pela parcela intelectual da organização e os caifazes, homens de ação do movimento paulista, aqueles que se envolviam diretamente com os escravos nas fazendas.⁸⁸

As lojas maçônicas situadas nos núcleos urbanos também se constituíram em importantes espaços de discussões e ações antiescravistas. Sem apresentarem o radicalismo das associações libertadoras surgidas nos últimos anos da escravidão brasileira, auxiliavam escravos a conquistarem suas alforrias. A Loja América, estabelecimento comercial localizado em São Paulo, mantinha um fundo dedicado à emancipação de escravos e também financiava ações de liberdades. A loja direcionava os advogados pertencentes à maçonaria para defenderem os escravos requerentes e pagavam os encargos judiciais.⁸⁹ A ação de liberdade, após a lei de 1871, tornou-se uma prática recorrente entre os escravos, muitos procuravam o

⁸⁶ “Vistas [as irmandades] como meios de integração dos negros na sociedade local e humanização dos escravos que ali podiam se reunir e divertir, sem entretanto contestar o sistema escravista; como espaço físico e político que dava a seus membros um sentimento de identidade e orgulho [...]”. SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 189.

⁸⁷ SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade no Rio de Janeiro, século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 166.

⁸⁸ MACHADO, 1994, p.153.

⁸⁹ AZEVEDO, 1999, p. 97.

auxílio de associações libertadoras ou irmandades religiosas para abrirem processo contra seus senhores. Os advogados abolicionistas ocuparam-se em defender a causa dos escravos. A transferência de cativos vindos das fazendas ou de outras localidades do interior das províncias para as respectivas capitais resultou no inchamento populacional dessas cidades.⁹⁰

As cidades imperiais constituíram-se em espaços de convívio entre diferentes grupos sociais. Em suas ruas, as associações libertadoras de escravos manifestavam o descontentamento com a manutenção da escravidão e com a inércia do governo imperial frente à necessidade de reformar essa instituição. As notícias dos jornais dirigiam o tom das discussões nos espaços públicos de sociabilidades. Alguns escravos vindos do interior das províncias chegavam às cidades à procura de auxílio na promoção de sua ação de liberdade. As lojas maçônicas e as irmandades religiosas representavam locais de debate antiescravista e de concessão de liberdades a cativos. A diversidade social presente no cenário urbano favoreceu a disseminação das ideias de liberdade e radicalização da campanha contra a escravidão. As manifestações populares realizadas pelos idealizadores dos movimentos emancipacionista e abolicionista mostraram-se elemento fundamental de pressão política. A mobilização dos segmentos sociais conquistada representou um impulso essencial na efetivação das leis emancipacionistas de 1871 e 1885, e da Lei Áurea, em 1888.

2.2 VITÓRIA: UM RETRATO DA SOCIEDADE DO OITOCENTOS.

A cidade de Vitória, capital da província do Espírito Santo, apresentou, durante a segunda metade do Oitocentos, dinâmica social muito semelhante à vivenciada nos principais núcleos urbanos do Império. Embora não desempenhasse atividades agroexportadoras de grande revelo à economia nacional, formou-se em seus domínios, espelhada nas relações sociais travadas na Corte, uma sociedade afinada com o seu tempo.

Nas cidades imperiais a realidade rural se confundia com a urbana, seus limites eram imprecisos, e seus habitantes e trabalhadores deslocavam-se de um para o

⁹⁰ MACHADO, 1994, p. 147.

outro “[...] num contínuo vaivém de cavalos, mulas e pedestres. As cidades são pomares, hortas, campos urbanizados”.⁹¹ Vitória representava bem esta ambiguidade. A capital, sede administrativa e centro econômico da província, local onde eram travadas as transações comerciais interprovinciais e tomadas decisões políticas, apresentava em seu entorno pequenas propriedades agrícolas. Nessas roças, os agricultores cultivavam cana de açúcar, algodão, mandioca, milho, arroz e feijão. Em seu centro urbano concentrava-se a maior parte das vendas, grandes e pequenas casas de comércio, e ainda, algumas manufaturas, como as de beneficiamento de cana de açúcar e de algodão. Esses estabelecimentos vendiam o excedente da produção agrícola vindo das roças da redondeza. Pode-se dizer que Vitória funcionava como entreposto comercial às vilas circunvizinhas, enviando e recebendo, através de seu porto, produção alimentícia, movimentando assim, o comércio local e regional. Praticava, ainda, comércio com outras províncias como a da Bahia e a do Rio de Janeiro, exportando os produtos alimentícios cultivados em suas terras, e importando – não só destes lugares – “[...] farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, escravos, entre outros, com pagamento feito em dinheiro ou por escambo”.⁹²

Na segunda metade do século XIX, a capital, assim como outras áreas ao sul da província, investiu fortemente no plantio de café, obtendo sucesso. Nesta empreitada, Cachoeiro do Itapemirim destacou-se como a localidade onde a lavoura cafeeira mais se desenvolveu em todo o Espírito Santo. Vitória, ainda que não tenha conquistado tamanha produtividade, participou de forma bem sucedida da expansão da lavoura em seu entorno e comungou da lucratividade proporcionada por essa empresa. As colônias estrangeiras, assentadas nas proximidades da capital, apresentaram, também, bons resultados financeiros com o cultivo do café. O comércio desse produto, tanto extraído das áreas agrícolas da capital, quanto das colônias, era escoado para o Rio de Janeiro pelo Porto de Vitória, a fim de ser exportado para países da Europa.⁹³ Tal panorama intensificou a quantidade de

⁹¹ MATOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.p.13.

⁹² CARVALHO, Enaile F.. *Fortunas capixabas: as redes de relações sociais e políticas em Vitória. 1790 a 1820*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. p. 08.

⁹³ ALMADA, Vilma Paraíso. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.71.

transações econômicas no núcleo urbano da capital e aumentou o número de pessoas vindas de outras regiões em suas ruas.

Devido ao desenvolvimento da lavoura cafeeira em Vitória houve uma transferência considerável da mão de obra escrava locada nos decadentes canaviais para as novas e mais produtivas áreas agrícolas. Contudo, em Cacheiro do Itapemirim, o fenômeno inverso pôde ser constatado. Nesta região, a cultura canvieira permaneceu lucrativa, enquanto o plantio de café se expandiu significativamente, fazendo-se necessária a aquisição de mais escravos para realizar o trabalho. Dessa forma, os cativos ociosos existentes nas diversas regiões da província e fora dela foram absorvidos pela lavoura cafeeira da região sul. Em Vitória, muitos senhores venderam seus escravos para trabalharem nessas áreas agrícolas.⁹⁴

A parcela significativa da riqueza regional concentrava-se nas mãos de poucos proprietários agrícolas, que diversificavam seus negócios adquirindo também bens imóveis no centro urbano da capital, e praticavam atividades de mercancia portuária. Os pequenos agricultores comercializavam seus excedentes nas vendas locais e reforçavam a renda familiar explorando o trabalho escravo. De acordo com Patrícia Merlo,⁹⁵ havia um interesse geral da população em adquirir cativos, não apenas pelo trabalho e pelo lucro gerado, mas também pelo *status* social conferido aos indivíduos senhores de escravos. Esses empregavam seus trabalhadores em diversos serviços próprios do ambiente urbano no qual estavam inseridos. As mulheres, normalmente, eram empregadas em afazeres domésticos, ou alugadas para exercerem atividades como quituteira, ama de leite, costureira, entre outras. Os cativos homens, em sua maioria, eram empregados nas lavouras, ou caso possuíssem algum tipo de especialização poderiam ser empregados a ganho na cidade, desempenhando função como ferreiro, sapateiro, padeiro, marceneiro, entre outras. Em Vitória, a quantidade de cativos homens e mulheres apresentava-se equilibrada, o que propiciava a construção de uniões familiares e gerava uma reposição natural da escravaria pertencente aos senhores locais. Sendo assim, formou-se na capital da província uma considerável parcela de escravos crioulos, característica marcante das relações escravistas capixabas.

⁹⁴ ALMADA, 1984, p. 70.

⁹⁵ MERLO, Patrícia. *À sombra da escravidão: negócios e família escrava, Vitória, ES, 1800-1830*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. p. 79.

A sociedade de Vitória, segundo Adriana Campos,⁹⁶ analisando estatísticas da época, compunha-se majoritariamente – de algo em torno de 60% - por afro-descendentes, ou pessoas de cor. Os índices apresentados pelo censo de 1872 realizado pelo Império ilustram a formação social da capital do Espírito Santo. Neste período, a sociedade de Vitória possuía 3360 homens livres e 1001 cativos, totalizando 4.361 pessoas. Os pardos livres, habitantes desta localidade, contabilizavam 578 homens e os cativos apenas 153, significa dizer que 80% da população de cor parda eram livres.⁹⁷

Os imigrantes, além dos homens livres e cativos moradores da capital, também faziam parte da composição social da cidade. A partir da década de 70 do século XIX, o processo de imigração e colonização de terras intensificou-se em comparação aos anos anteriores.⁹⁸ No período compreendido entre os anos de 1847 a 1881 chegaram à província um total de 13.828 imigrantes estrangeiros, entre eles 11.576 italianos. Uma parcela considerável dos colonos dirigiu-se a áreas próximas à capital, como é o caso da Vila de Viana, onde foram assentados colonos portugueses originários da região dos Açores, e de Cachoeiro de Santa Leopoldina, composta de suíços e alemães. Produziam em suas terras café e outros gêneros alimentícios e negociavam o excedente nas vendas da capital. Viviam de maneira precária no interior da província, sem nenhuma infraestrutura, eram obrigados a desmatar a floresta para construir suas casas e cultivarem a terra. Alguns estrangeiros permaneceram na capital e procuraram se inserir na sociedade como trabalhadores livres, empregando-se no serviço portuário e até adquirindo um estabelecimento comercial. Dessa forma, estabeleciam relações diversas com os demais moradores da cidade. Geraldo Antonio Soares⁹⁹ analisou a relação travada entre os estrangeiros, os trabalhadores livres e os escravos no cenário urbano da capital e percebeu uma interessante integração entre eles. Nos casos pesquisados, o autor observou, mesmo em situações conflituosas, a existência de relações de solidariedade entre os grupos. As situações descritas não apresentaram características xenófobas, mas demonstraram o caráter corriqueiro e cotidiano da

⁹⁶ CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. p. 168.

⁹⁷ SOARES, Geraldo Antonio. *Escravos denunciando seu senhor à polícia: Vitória, 1872*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n. 52.p. 175.

⁹⁸ ALMADA, 1984, p.82.

⁹⁹ SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n. 16, 2004. p. 79.

convivência social na cidade. Nos espaços públicos, notadamente, nos mercados, onde estabeleciam relações diversas, o conflito e a amizade ilustravam o dia a dia típico dos núcleos urbanos.

A intensa circulação de pessoas de diferentes grupos sociais nas ruas da cidade consolidou um padrão de comportamento social. Os acordos e as tensões travadas entre agentes diversos obedeciam a uma lógica moral mediada por códigos de valores legitimados pela comunidade. Tais princípios funcionavam como normas de boa convivência e disciplinavam as ações em comunidade de maneira efetiva. De acordo com Fabíola Bastos,¹⁰⁰ por meio da análise de processos criminais, as situações de pequenos conflitos, podiam ser resolvidas recorrendo-se a mecanismos muito particulares de pressão social. Os casos de denúncias de injúrias e ameaças de delações públicas, por exemplo, normalmente publicadas nos jornais, possuíam caráter de repressão moral aplicada pelos próprios sujeitos àqueles que julgassem donos de comportamento inapropriado. As formas de coerção previstas neste código de conduta moral funcionavam eficientemente para controlar contendas interpessoais, ficando a cargo da polícia casos de desordem pública e vadiagem.¹⁰¹

A convivência social na cidade criou uma maneira comum de convivência, contribuiu para enraizar valores morais cotidianos, normatizando comportamentos em comunidade, transcendendo ao grupo social de cada indivíduo. A disseminação do código de condutas contribuiu para construção de uma identidade, consolidando o desejo de pertencimento a escravos, imigrantes estrangeiros e homens livres pobres. Contudo, a elite local olhava com certa discriminação o comportamento das classes menos favorecidas. Adriana Campos, partindo do ponto de vista do padre Antunes de Siqueira, influente representante religioso, figura social e política de prestígio na época, descreve as recorrentes situações de “desordem e embriaguez” ocorridas em momentos de comemoração públicos, onde concorriam os diversos estratos da sociedade.¹⁰² A colocação de Siqueira quanto à conduta da população caracterizava mais uma preocupação com a conduta moral desses sujeitos em sociedade, do que propriamente representava uma acusação aos delitos,

¹⁰⁰ BASTOS, Fabíola. *Quando a conversa não basta: criminalizando costumes em Vitória. (1850/1861)*. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p.03.

¹⁰¹ BASTOS, 2006, p.03.

¹⁰² CAMPOS, 2003, p. 168.

considerando-os criminosos e prejudiciais à população como um todo.¹⁰³ No entanto, admitia como solução do problema da desordem a intensificação da fiscalização e imposição da autoridade policial e dos senhores locais a fim de conter os excessos praticados por escravos e livres. Dessa forma, as ruas e espaços públicos da cidade, marcados pelo intenso encontro de diferentes grupos sociais, serviram de palco à divulgação das ideias antiescravista. A campanha alcançou popularidade entre os habitantes da cidade, principalmente, devido à ampla utilização de suas vias públicas pelos idealizadores do movimento para realização de comícios e *meetings*.

As ruas da cidade, contudo, não eram apenas povoadas pelos segmentos populares. A elite também transitava pelos espaços públicos urbanos convivendo com os demais grupos sociais. Sem dúvida, na província do Espírito Santo, foram os homens mais abastados e educados da sociedade que impulsionaram a campanha libertária. Por meio dos jornais e das associações, promoveram entre os menos favorecidos as ideias de contenção da escravidão. Grande parte dos idealizadores do movimento cumpriu mandato de deputado provincial, ou ocupou algum posto político municipal. Concentrando assim, em torno de uma minoria de sujeitos, o poder político, econômico e cultural da província. Muitos deles eram proprietários de escravos, fato que não chega a ser uma contradição na época, e aproveitavam o ensejo emancipacionista para libertarem alguns de seus cativos. Além da Assembleia Legislativa Provincial e da Câmara Municipal, o debate reformista contrário à manutenção da escravidão permeou outros espaços de sociabilidades formais da elite local. Destacam-se neste contexto as irmandades religiosas e a loja maçônica União e Progresso, ambos locais de encontro dos membros da elite.

A loja maçônica representou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão em Vitória. Entre seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos redatores dos principais jornais antiescravistas da capital o *Jornal da Victoria* e o *A Província do Espírito Santo*, respectivamente. Este último em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da maçonaria e contando com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros

¹⁰³ CAMPOS, 2003, p. 171.

representantes engajados na campanha contra a escravidão. Afonso Cláudio, figura de destaque do movimento abolicionista, embora não fosse maçom, lecionava no Liceu da loja maçônica União e Progresso como professor de História.¹⁰⁴

Entre as irmandades religiosas existentes na capital da província e em seu entorno, duas organizações se destacaram dentro dos acontecimentos emancipacionistas realizados nos anos finais do Oitocentos, são elas: a Irmandade de São Benedito do convento de São Francisco e a Irmandade de São Benedito da Igreja do Rosário. A participação nestas irmandades não ficava limitada aos representantes da elite, estendiam-se aos homens livres pobres e escravos. A finalidade dessas entidades era promover o auxílio e a solidariedade entre seus irmãos mais necessitados. No entanto, a hierarquia presente em seu interior preservava as distinções sociais existentes na cidade. Somente aos mais abastados e politicamente influentes eram destinados os cargos administrativos das irmandades. Amâncio Pereira¹⁰⁵ demonstrou a diversidade da composição social no interior da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco e a manutenção da disparidade social durante a fundação da Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro. Aos sócios, ilustres membros da elite, destinavam-se os cargos de presidente, de secretário, de tesoureiro, empregados em conferir a liberdade aos irmãos escravos da entidade. As reuniões da mesa diretora, frequentemente publicadas nos jornais, configuravam um espaço de debate não apenas religioso e humanitário, mas também político, promovido pelos próprios representantes do parlamento provincial. Nas festas dedicadas à devoção de São Benedito concorria às ruas toda a sorte de pessoas, nessas ocasiões, os irmãos pertencentes à elite não perdiam a oportunidade de proferirem discursos políticos. Durante o período de existência da Emancipadora Primeiro de Janeiro a concessão de alforrias aos escravos sócios da Irmandade e as conferências públicas versadas contra a instituição escravista marcaram os festejos religiosos.

Festa de S. Benedicto do Convento Franciscano: [...] No dia 26, pelas 10 horas da manhã haverá a festa do HEROE DE PALERMO, orando ao Evangelho o Rvdm° Sr. P°M° Fr. Manoel Rodrigues Be rmude de Oliveira. Antes de propiciar a festa o digno oficiante Exm° R vdm° Sr. P°M° João do Amor Divino Costa, Provincial dos religiosos franciscanos, fará a entrega das cartas de liberdade passadas pela Associação Emancipadora –Primeiro de Janeiro – às libertandas que foram proferidas, e pelas 3 horas da tarde d’esse mesmo dia sairão em procissão a VENERADA IMAGEM DO

¹⁰⁴ PEREIRA, 1914, p. 35.

¹⁰⁵ PEREIRA, 1914, p.128.

GLORIOSO PADROEIRO, que percorrendo as ruas do costume receberá as orações e homenagens [...].¹⁰⁶

Os diversos grupos da sociedade encontravam-se no interior das irmandades religiosas locais de convívio e integração. Os membros da elite mantinham sua distinção social ocupando cargos de relevo e importância na organização da instituição religiosa. Os irmãos escravos se compraziam com a possibilidade de conquistarem a liberdade através dos fundos da irmandade e com o sentimento de pertencimento conferido pela participação na organização ao lado dos homens “respeitáveis” da sociedade vitorriense.

2.2 A IMPRENSA DE OPINIÃO EM VITÓRIA. (1869/ 1880)

O movimento emancipacionista desenvolvido em Vitória, capital da província do Espírito Santo, apresentou características semelhantes ao realizado na Corte e nas cidades de São Paulo e do Recife. No final da década de 60, fortaleceu-se impulsionado pela queda do partido liberal e ascensão do conservador no parlamento nacional. Utilizou a imprensa como meio de divulgação das propostas reformistas liberais. E na Assembleia Legislativa, deu continuidade às atitudes emancipacionistas por meio de projetos de lei que previam medidas locais de contenção da escravidão, tal como no projeto nacional de Nabuco de Araújo.

Nos anos de agitação política antecedentes à Lei do Ventre Livre, surgiram em Vitória dois jornais de concepção liberal, *O cidadão* e *A voz do povo*. Contudo, eram impressos de pouca relevância para o movimento, uma vez que sua tiragem e publicação de exemplares foram inexpressivas. De fato, apenas um periódico se sobressaiu como disseminador do pensamento político reformista, o *Jornal da Victoria*. Inaugurado em 1864, sua tipografia pertencia a José Feliciano Moniz Freire. Sempre subserviente ao partido liberal, em 1869 radicalizou seu discurso em prol da emancipação e das reformas propostas pelo Centro Liberal do Rio de Janeiro. Não se demonstrava republicano e nem abolicionista, apenas apontava a escravidão como um entrave à construção de uma nação civilizada. Compartilhava a ideia da ineficiência do partido conservador e também da ilegitimidade do poder moderador. Lançou duras críticas ao Imperador, chamando-o de absolutista, quando na Fala do

¹⁰⁶ *O Espírito Santense*, 2 de maio de 1874.

Trono, em 1869, o projeto de emancipação do ventre não foi mencionado.¹⁰⁷ Tal reação estava relacionada à circunstância política vivida na Corte. Embora o telégrafo só tenha sido instalado em Vitória em 1874, a comunicação interprovincial era realizada por meio da chegada de impressos do Rio de Janeiro e de outras localidades imperiais trazido pelos navios que atracavam no Porto, promovendo, assim, a troca de informações entre regiões. As instituições de ensino superior podem ser apontadas também como difusoras eficientes do pensamento liberal, notadamente, as faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, pois concentravam alunos membros da elite política e econômica de todas as províncias brasileiras.

Os redatores do *Jornal da Victoria* eram membros da elite política da capital capixaba. Pertenciam às famílias de prestígio na cidade. Filhos de produtores agrícolas ou oficiais do exército nacional estudaram nas faculdades do Império e retornaram à província. Entre os nomes de maior relevo social podem ser apontados aqueles que em 1868/1869 cumpriram mandatos de deputados provinciais na Assembleia Legislativa. José Feliciano Moniz Freire, proprietário do jornal, formou-se em Engenharia. Os senhores Clímaco Barbosa e José Correa de Jesus eram bacharéis em Direito. Já Ernesto Mendo Andrade e Oliveira era médico requisitado na capital, juntos, fundaram a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo, a primeira associação emancipacionista da província, em 1869. É possível que os anos de estudo tenham proporcionado contato com o pensamento liberal e também com a conjuntura emancipacionista desenvolvida na década de 60.

O *Jornal da Victoria* encerrou suas atividades nos últimos dias de 1869. Em toda sua existência, circulou às quartas e aos sábados, levando à população notícias nacionais e locais, criticadas e comentadas por seus redatores e colaboradores. Publicava os atos oficiais do governo e os debates da Assembleia Provincial, em seu editorial trazia escrito o ponto de vista liberal dos acontecimentos políticos.

Na década de 70, três veículos impressos ligados às pretensões do partido liberal foram criados em Vitória e colocados em circulação. O primeiro é o jornal *A União*,

¹⁰⁷ “[...] a escravidão moderna não tem essa origem, filha da pirataria e do roubo, os areais da África e os porões dos navios negreiros, que refiram esses dramas fúnebres e essas dolorosas agonias da escravidão moderna.

Não seremos nós que havemos de levantar esse veio [sic] de misérias, pennas [sic] mais hábeis e vozes mais eloqüentes tem desenhado esse quadro de luto.

A idéia não morre, atirada na tela da discussão, circunstancias [sic] momentâneas ou o espingadear [sic] do absolutismo poderão riscar-a [sic], mas sepultar-a [sic] não há força nos poderes públicos para conseguirem este desideratum.” (*Jornal da Victoria*, 19 de outubro de 1869.)

fundado em 1873, pelo advogado Francisco Urbano de Vasconcelos. O segundo, *Opinião Liberal* de 1876 e o *Actualidade* inaugurado em 1878, redigido por José Correa de Jesus.

O *Jornal da Victoria* lutou...lutou...quanto pôde, com máxima energia, é verdade, mas sem nunca descer ao terreno dos comícios e dos insultos, durante a vertiginosa reacção [sic.] de 68. Profligou os abusos, condennou [sic.] as violências, arcou contra excessos da autoridade, mas nunca jogou outras armas que não fossem as da razão e as do raciocínio.¹⁰⁸

Sob auspício do partido conservador desde 1849 circulava na capital do Espírito Santo o jornal *Correio da Victoria*. Durante a década de 60 sustentou o discurso antiliberal, contudo sem se posicionar diante das questões emancipacionistas e antiescravistas. Mesmo nos anos de 1868 e 1869, não é possível vislumbrar em suas páginas opiniões relativas a tais proposições. A atitude tomada pelos conservadores do *Correio da Victoria* pode ser considerada recíproca a que era mantida no parlamento nacional. O gabinete conservador havia deixado de lado o projeto reformista idealizado pelos conselheiros liberais e se calado quanto ao possível desenrolar dessas propostas pelo parlamento. Dessa forma, pode-se perceber a coerência entre as ações políticas conservadoras na província capixaba e na Corte. No ano de 1870, quando as discussões sobre o projeto da lei do Ventre Livre são retomadas no parlamento, o *Correio da Victoria* lançou seu ponto de vista sobre as reformas nas relações escravistas. Nesse momento, sua tiragem era de 1.600 exemplares e circulava três vezes por semana. Preocupava-se em rebater as acusações de incompetência proferidas por seus opositores. Dizia-se “contra liberais que querem a supressão da escravidão”.¹⁰⁹ Defendia a demora no processo de legalização do projeto emancipacionista no parlamento argumentando que os conservadores queriam também o fim da escravidão: “Contudo por vias que garantam os direitos dos proprietários rurais como a indenização e o incentivo a uma migração mais regular”.¹¹⁰

O *Correio da Victoria* dedicou poucas páginas ao debate emancipacionista, mesmo nos anos de agitação reformista nacional. Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, realizada pelos conservadores, o discurso antiescravista apareceu nas notas

¹⁰⁸ Editorial do jornal *A União*, 25 de março de 1873. In: PEREIRA, Heráclito Amâncio. *A Imprensa no Espírito Santo*. Revista da Cultura, UFES, ano I, nºII, janeiro/junho, 1979, Vitória, Editora da UFES, 1978. p. 62.

¹⁰⁹ *Correio da Victoria*, 11 de julho de 1870.

¹¹⁰ *Correio da Victoria*, 11 de julho de 1870.

de exaltação das concessões particulares de alforria. Sem radicalismo, este jornal obedeceu à concepção política do partido que defendia. Sua tipografia foi fechada em 1872.

Assim como em todo país, as discussões em torno da emancipação e da abolição da escravidão nos jornais de Vitória diminuíram sobremaneira após a Lei do Ventre Livre, em 1871.

Durante toda a década de 70, surgiram impressos de pouca expressão, tanto de concepção liberal, quanto conservadora, mas não duraram muito tempo, alguns não passaram do primeiro número. O jornal *O Espírito Santense*, inaugurado em 1870, direcionou os debates políticos na capital, foi o único periódico que sobreviveu por um longo período, mantendo-se em circulação durante quase vinte anos. Defendia as ideias do partido conservador. Seu primeiro redator e proprietário foi José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Ainda em seus primórdios, assinou contrato com o governo para publicar atos oficiais e debates da Assembleia Legislativa, substituindo, dessa forma, o *Correio da Victoria*. *O Espírito Santense* passou por diversas fases ao longo de sua existência. Radicalizou seu discurso conservador com o Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas e o Dr. Miguel Thomaz Pessoa, a partir de 1872. Já em 1874, após ser vendido a Basílio Carvalho Daemon, suavizou a postura anterior e apresentou melhoramentos estéticos e estruturais.¹¹¹

A postura emancipacionista esteve clara em suas páginas. Embora apresentasse alguns artigos antiescravistas, não deixou de receber pelas notas de fugas de escravos publicadas no jornal. Não proferiu propaganda emancipacionista ou abolicionista, contudo parabenizava as ações individuais ou coletivas, mas particulares, de manumissão de escravos. Tais características não apareciam somente nos jornais de Vitória, como já foi visto, era uma prática recorrente nos periódicos de outras províncias e que depõem sobre o pensamento emancipacionista da época. *O Espírito Santense* concentrou os debates políticos em sua folha. Durante toda a década de 70 não surgiram impressos que lhe fizessem frente. As temáticas reformistas nacionais em voga no parlamento eram tratadas e comentadas pelos redatores. Também questões de ordem local, como obras públicas, instrução e imigração. No início da década de 80, os liberais reacenderam o debate político na província. Depois de algumas frustradas tentativas em manter

¹¹¹ PEREIRA, 1914, p. 38.

um periódico a intenção vigorou com a consolidação do jornal *A Província do Espírito Santo*, inaugurado em 1882. No mesmo ano, implantadas pelos colaboradores do jornal, chegaram a Vitória as ideias abolicionistas.

2.3 O EMANCIPACIONISMO NA IMPRENSA CAPIXABA. (1869/1880)

Nos vinte anos de discussões políticas relativas às reformas nas relações escravistas, a imprensa se destacou como um dos principais mecanismos de pressão política nacional. Devido, principalmente, ao alcance popular dos jornais. Em suas páginas, os empreendimentos emancipacionistas e abolicionistas ganharam publicidade. Nas províncias, os clubes e as associações libertadoras tiveram seus encontros, regimentos e ações públicas divulgadas e comentadas por seus redatores.

O pensamento emancipacionista foi predominante no período compreendido entre os anos de 1869 a 1882. As medidas governistas confirmaram esta tendência. Até então, embora houvessem alguns gritos isolados, a abolição definitiva da escravidão não era cogitada nem pelos parlamentares liberais, nem pelos conservadores. A proposta reformista apresentada por Nabuco de Araújo previa ações para limitar o avanço da escravidão brasileira. Seu projeto de libertação do ventre escravo parecia cabível à conjuntura econômica nacional, não prejudicaria a lavoura cafeeira e proporcionaria tempo para fomentar uma nova fonte de mão de obra. A criação do fundo de emancipação para manumissão de escravos integrava este plano político reformista.

Os debates políticos emancipacionistas travados na arena parlamentar foram reproduzidos pelos partidos nos jornais. O partido liberal, afastado do poder central, direcionou os discursos favoráveis à reforma e contrários à postura de seus opositores. Os conservadores, por sua vez, continuaram se defendendo das críticas e argumentando sobre suas atitudes perante o projeto reformista. Apenas em 1870, quando o Imperador exigiu a retomada das discussões emancipacionistas, após o fim da Guerra do Paraguai, estes começaram a expor seus argumentos antiescravistas. Cautelosos, desejavam tomar iniciativas que não ferissem o princípio de propriedade e não causassem danos econômicos ao país.

O desenrolar dos acontecimentos políticos emancipacionistas das décadas de 60 e 70 são abordados nos jornais de Vitória. O discurso proferido obedecia ao direcionamento do partido ao qual estavam atrelados. Cada conjectura era fundamentada nas bases ideológicas defendidas. O que pode ser percebido nas páginas dos impressos de maior relevância para a sociedade da capital.¹¹²

Durante todo o ano de 1869, o jornal *Correio da Victoria*, órgão do partido conservador, não divulgou nenhum artigo a respeito dos debates emancipacionistas e reformistas em voga no cenário político nacional. Tal silêncio é coerente com a postura assumida no parlamento. De outubro a dezembro são publicadas duas notas exaltando feitos particulares de manumissão de escravos. O primeiro divulgado no dia 13 de novembro, intitulado “É digno de imitar-se!”, e o último no dia 20 de novembro, “Philantropia [sic]”. Ambos abordavam a libertação condicional de escravos por duas famílias da região. Pode-se considerar o pensamento apresentado no argumento do jornal como correspondente às questões antiescravistas, contendo pouca pretensão emancipacionista. Somente no ano posterior esses assuntos foram noticiados com mais frequência.

Por sua vez, o liberal *Jornal da Victoria* dedicou o último ano de sua existência a propagação das ações locais do incipiente movimento emancipacionista. Seus idealizadores eram ao mesmo tempo redatores do jornal e atuavam como deputados na Assembleia Legislativa Provincial. Todas as conquistas emancipacionistas do grupo eram divulgadas. Influenciados pela conjuntura nacional, fundaram a primeira associação libertadora da província, a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo. Como deputados, propuseram a criação do fundo provincial de manumissão para escravos jovens. A lei previa a destinação de 12.000\$000 rs. para a compra da alforria de escravos entre 12 e 35 anos de idade. Esta medida já havia sido aprovada em algumas províncias e estava sendo debatida em outras. Fato é que pertencia ao repertório reformista disseminado pelo Centro Liberal do Rio de Janeiro e era uma das cláusulas do projeto de Nabuco de Araújo entregue ao parlamento imperial.

¹¹² Tal relevância pode ser medida pelo período de existência desses jornais na cidade de Vitória; pela quantidade de exemplares impressos e também pelo serviço prestado de divulgação dos atos oficiais do governo e dos debates da Assembleia Legislativa Provincial.

O *Jornal da Victoria* possuía contrato com a Assembleia Provincial para reproduzir os debates legislativos. Durante as reuniões de definição da lei de legalização do fundo provincial de emancipação o deputado Clímaco Barbosa proferiu uma fala em defesa do projeto. Suas palavras foram publicadas pelo impresso.

Pedi a palavra, sr. presidente [sic], para apresentar a consideração da casa um projeto, cujo mérito acredito que não pode ser contestado por nenhum de nossos colegas, nem por qualquer individuo [sic], que nutra em seu coração sentimentos de amor da pátria e sentimento do dever, e mesmo do sacrifício, que nos devemos impor para que conduzamos o Brasil a um futuro social tão feliz quanto aspiram para si todas as nações do globo.¹¹³

Argumentava sobre a necessidade de se criar um projeto de emancipação de escravos assim como estava na pauta nacional de reformas liberais. Fundamentava seu discurso com as ideias antiescravistas, as quais nenhum deputado se posicionaria contrário, mesmo conservador. Jogava com o ato de sacrificar-se para alcançar um bem maior, um estado político como já havia se consolidado nas outras nações independentes, sem escravidão. Conservadores e liberais concordavam que a abolição poderia trazer inúmeros transtornos econômicos e sociais, mas não podiam ficar alheios às mudanças globais. Era preciso modernizar o país, mas dentro da ordem, sem sobressaltos ou radicalismos. Por isso, a emancipação gradual dos escravos parecia a melhor solução. Dessa forma, o Sr. Clímaco Barbosa finalizou sua fala afirmando estar convencido da adesão unânime do projeto na Assembleia. Na semana seguinte o jornal informava: o projeto havia se tornado lei.

Alforria de escravos: É finalmente aprovada [sic] em 1ª discussão o projeto nº7 deste anno [sic], autorizando [sic] a presidência a despende a quantia de 12.000\$000 rs. com a alforria de escravos do sexo feminino de 10 a 16 annos [sic] de idade.¹¹⁴

No mesmo mês, outubro, que se discutiu a criação do fundo para manumissão de escravas na Assembleia Provincial, no âmbito particular, a primeira associação libertadora de escravos estava sendo organizada. O *Jornal da Victoria* noticiou todo processo de instalação dessa instituição na cidade de Vitória. Junto às informações, os colaboradores esboçavam suas opiniões construídas sob o exemplo absorvido de outras sociedades emancipadoras. Sua inauguração se deu no dia 17 de outubro. Duas chamadas de convocação para a reunião de instalação foram divulgadas. A primeira, em 13 de outubro informava o local e o horário da sessão. “A reunião será à rua da Mangueira, na casa onde funcionou [sic] a secretaria de polícia, às 4

¹¹³ *Jornal da Victoria*, 23 de outubro de 1869.

¹¹⁴ *Jornal da Victoria*, 2 de novembro de 1869.

horas”¹¹⁵ publicou o jornal. Já no dia 15, corroborava sua existência e solicitava seus convidados a se apresentarem.

Sociedade de emancipação de escravos: Chamamos a atenção dos leitores para o anuncio [sic] que sob o título desta noticia [sic] hoje publicamos. O sr. dr. Deolindo José Vieira Maciel, iniciador de tão humanitária idéia nesta província, espera a concurrencia [sic] de todos os signatários dessa associação, para que possa ter lugar sua instalação com todas as bases para sua consolidação. O fim della [sic] é magnânimo e nenhum filho da terra do Cruzeiro se deverá escusar de auxiliá-la [sic].

No dia 19, o editorial do *Jornal da Victoria* foi dedicado a explorar a temática das associações emancipadoras. Comentava a inauguração da Sociedade Abolicionista do Espírito Santo, a ausência dos convidados conservadores na reunião de abertura, e a importância de atitudes emancipacionistas individuais uma vez que o parlamento deixou de lado o debate a respeito das reformas escravistas. A abstenção dos conservadores ao intento “humanitário” dos liberais reforçou as críticas ao partido governista. E deu margem à retificação da sugestão de inabilidade política já levantada pelo Centro Liberal. Necessitando assim, de ações particulares para desenvolver o plano de libertação dos escravos, uma vez que a administração pública não se mostrava eficiente o bastante para fazê-lo.

Quando o governo atual riscou do seu programa a solução deste grande problema social – a extinção do elemento servil – é digno de louvor toda a iniciativa individual, que apareça fazendo surgir do limbo esta idéia santa e evangélica para ter uma realidade na nova sociedade [...].

Associações humanitárias erguem-se em todos os pontos do império para realizarem a idéia desprezada pelo governo da aurora do systema [sic] representativo. O que lastimamos é que nossos adversários políticos, que receberam e afagaram a idéia do dr. Deolindo não comparecessem para, trahendo-nos [sic] o concurso das suas idéias, podermos unidos trilhar um caminho espinhoso, ao mesmo tempo glorioso [...].

Além da publicação das ações locais do movimento emancipacionista, os jornalistas do *Jornal da Victoria* também utilizaram algumas transcrições a fim de ilustrar o desenvolvimento das ideias libertárias em outros lugares do país. De outubro a dezembro de 1869, aparecem ao todo quatro artigos de jornais brasileiros. Um do *Radical Sul Mineiro*, em 16 de outubro. Outro do *Radical de Campinas*, jornal ligado ao Clube Radical de Campinas liderado por Campos Salles.¹¹⁶ Do *Idea Liberal* surgiu a notícia da fundação de uma associação libertadora na Bahia, “facto [sic] digno de honra e revelador do patriotismo e humanidade de seus autores [...]”.¹¹⁷ E é

¹¹⁵ *Jornal da Victoria*, 13 de outubro de 1869.

¹¹⁶ *Jornal da Victoria*, 21 de outubro de 1869.

¹¹⁷ *Jornal da Victoria*, 19 de novembro de 1869.

da transcrição de um jornal de Pernambuco o argumento mais incisivo a favor da libertação gradativa dos escravos. Fundamentado no exemplo norte-americano, esse artigo apresenta as bases do pensamento liberal emancipacionista.

Em pouco tempo, porém, conheceram os grandes homens americanos a imprudência que cometeram em fazer a emancipação de chofre tanto que pela imperiosa lei da necessidade, foram obrigados a bem da segurança pública, a tratar os libertos como se fossem animais ferozes porque a transição repentina de escravos a libertos os havia desvairado e em vez de se prestarem a serviços retribuídos como homens livres que já eram, pelo contrário se entregaram a toda a casta de crime e vícios porque não se prestando aos trabalhos, faltaram-lhes os meios de vida e então a embriaguez, o roubo e assassinato foram conseqüências necessárias.¹¹⁸

Dessa forma, alertavam para a necessidade de cautela quanto à libertação dos escravos. Mostravam-se contrários à abolição. Acreditavam em medidas graduais de emancipação para evitar alterações no panorama social. Como os escravos não eram instruídos e não conheciam a liberdade, era impossível que a utilizassem com sabedoria. Ademais, a falta de civilidade fazia deles desocupados, vagabundos, embriagados e criminosos em potencial. Sendo assim, a substituição do trabalho escravo para o livre deveria ser lenta, a fim de não se transformar em problema em vez de solução.

O *Jornal da Victoria* encerrou seu expediente em 29 de dezembro de 1869 e não publicou nenhum outro exemplar. Apenas em 1882 apareceria na cidade de Vitória outro jornal pertencente aos membros do partido liberal. Outros pequenos impressos circularam nessa década, contudo era inexpressiva sua tiragem e não chegavam a circular periodicamente, mas esporadicamente. Os jornais conservadores *Correio da Victoria* e *O Espírito Santense* deram o tom das discussões políticas tanto nacionais, quanto provinciais neste momento. Os acontecimentos emancipacionistas, tais como alforrias particulares, fundação de associações libertadoras e a lei do Ventre Livre, foram interpretadas à população capixaba sob a ótica conservadora. Durante o ano de 1869 o representante do partido governista se manteve distante das discussões sobre a escravidão e seu rumo. Somente em 1870, começou a se posicionar diante de tal temática.

Assim se vai em todas as províncias operando lenta e naturalmente o descrescimento [sic] dos escravos no paiz [sic] e tempo virá em que o governo poderá, concorrendo de sua parte por o último remate a [sic]

¹¹⁸ *Jornal da Victoria*, 22 de outubro de 1869.

realização desse desideratum [sic], que não é já o deste ou daquele partido político, sim o de todos os brasileiros [...].¹¹⁹

Logo nos primeiros meses do ano, inaugurou-se o debate político relativo à supressão da escravidão no jornal. Na concepção política defendida pelos redatores do *Correio da Victoria*, as decisões relativas às reformas escravistas necessitavam de minuciosa análise. De forma alguma, os parlamentares deveriam ceder às pressões da opinião pública. Era preciso planejar todas as consequências antes de aprovar a lei emancipacionista. Ponderar os possíveis impactos para a economia cafeeira e para a ordem social. O temor de uma rebelião de escravos se manteve presente nas mentes e discursos conservadores.

No dia 14 de maio último na câmara dos senhores deputados foi o governo interpellado [sic] a cerca da magna [sic] questão do elemento servil. O digno presidente do conselho Sr. Visconde de Itaborahy, tomou a si a tarefa de responder e pronunciou-se de tal modo que não devemos esperar que em assumpto [sic] tão melindroso seja a propriedade particular sacrificada ao zelo indiscreto dos adversários, que buscam precipitar a adoção de medidas que só lenta e gradualmente poder ser empregadas[...].¹²⁰

Nas palavras do visconde de Itaborahy, transcritas pelo *Correio da Victoria*, estão expressas as ideias conservadoras a respeito da abolição e da preocupação em manter o controle sobre os escravos. Seu discurso representava a necessidade do partido em responder aos anseios liberais, e em legitimar a morosidade da aplicação do projeto de emancipação do ventre em trâmite no parlamento.

[...] a abolição da escravidão importa entre nós uma profunda transformação na vida social, entende não só com direito preexistente à constituição do Estado [...], mas ainda com interesses essenciais de ordem pública [...]

[...] Para conseguir essa abolição cumpre proceder muito cautelosa e lentamente, de modo que nem seoffendão [sic] aqueles direitos, nem se ponhão [sic] em sobressalto os proprietários rurais e os interesses numerosíssimos [sic] e legítimos que estão ligados com os desta importantíssima classe da nação [...]

Não quero dizer que o governo não deseje, não esteja prompto [sic] a quadjuvar [sic] todas as medidas que tenderem a facilitar ou a expressar a solução deste difficil [sic] problema [...].¹²¹

A transcrição de artigos publicados em outros periódicos brasileiros eram constantes nas páginas do *Correio da Victoria*. Entre os temas mais recorrentes estava a opinião conservadora sobre questões relacionadas à abolição e à emancipação. Em 1870, dez transcrições de artigos sobre a reforma na escravidão foram divulgadas. O *Diário do Rio de Janeiro* noticiava no dia 18 de maio a instalação de uma

¹¹⁹ *Correio da Victoria*, 23 de fevereiro de 1870.

¹²⁰ *Correio da Victoria*, 11 de junho de 1870.

¹²¹ *Correio da Victoria*, 11 de junho de 1870.

associação emancipacionista na Corte.¹²² Por sua vez, o *Conservador de Campinas* defendia o projeto emancipacionista do governo imperial, argumentando que “fora da libertação do ventre outro caminho não há para sem abalo extinguir em tempo breve a escravidão”.¹²³ O *Jornal da Bahia* colaborou com quatro de suas matérias. A primeira publicada em junho comentava a carta enviada por Conde d’EU à *Revue des Deux Mondes* lamentando a manutenção da escravidão no Paraguai e solicitando a intervenção do governo francês na luta pela abolição nesse país.¹²⁴ Dias depois, reafirmava a concepção emancipacionista em três escritos. Todos eles defendiam “o jeito conservador”¹²⁵ de se realizar as reformas na escravidão, “com calma e gravidade requeridas por um assumpto [sic] que se enlaça por todos os modos aos nossos destinos”,¹²⁶ diziam seus redatores. “Proceder de outro modo não seria simplesmente inépcia, mas uma temeridade capaz de produzir as maiores catástrofes”.¹²⁷ Os periódicos *Opinião Conservadora* e *Correio Paulistano* informavam sobre alforrias concedidas em suas províncias através da iniciativa particular de fazendeiros e comerciantes. Foram duas notas publicadas de cada jornal.

Também foi transcrito pelo jornal o discurso do Barão de São Lourenço¹²⁸ e uma carta de Alencar Araripe, capixaba residente na Corte. As duas transcrições comentavam o andamento das resoluções reformistas no parlamento e defendiam a proposta do ventre livre. As ações individuais de suavização da escravidão, tal como a manumissão de cativos por seus senhores e a fundação de associações libertadoras nas províncias brasileiras, foram temas também abordados no *Correio da Victoria* em 1870. Além das quatro notas de alforrias particulares, mais duas foram divulgadas no mesmo ano. Outras quatro informavam a respeito da criação de organizações emancipacionistas na Bahia, na Corte e em São Paulo.

A configuração do *O Espírito Santense* assemelhava-se ao *Correio da Victoria*. Contudo, era um pouco mais incisivo em sua postura conservadora. Criticava acidamente o partido liberal em seus editoriais. E em 1870, manteve-se afastado das discussões políticas emancipacionistas nacionais e provinciais. Dizia não

¹²² *Correio da Victoria*, 18 de maio de 1870.

¹²³ *Correio da Victoria*, 11 de junho de 1870.

¹²⁴ *Correio da Victoria*, 08 de junho de 1870.

¹²⁵ *Correio da Victoria*, 25 de junho de 1870.

¹²⁶ *Correio da Victoria*, 06 de julho de 1870.

¹²⁷ *Correio da Victoria*, 13 de julho de 1870.

¹²⁸ Francisco Gonçalves Martins. (1807-1872)

representar partido algum, “apenas outros interesses que na sociedade são mais fecundos e proveitosos”.¹²⁹ Porém, em suas páginas havia referência ao pensamento conservador. A abstenção de comprometimento com a pauta emancipacionista, já demonstrava tal inclinação. A partir de 1874, quando passou a ser de propriedade do Sr. Basílio Carvalho Daemon, o discurso conservador se suavizou. Embora pertencente ao partido conservador, mantinha estreita ligação pessoal com membros da oposição, principalmente, por sua participação como sócio da Irmandade de São Benedito.

No ano da aprovação da lei do Ventre Livre, *O Espírito Santense* apresentou algumas modificações com relação ao debate emancipacionista. Nesse momento, a resolução do projeto de lei antiescravista no parlamento encontrava-se em processo de adequação e de votação. Era inquestionável a validade e a urgência da aplicação dessas medidas. A postura conservadora se sobressaiu nos artigos do jornal. Foram publicados cinco anúncios de fuga de escravos, contra três notas de concessão de alforria particular, sendo uma abordando a ação da Congregação Beneditina de libertar seus 1.600 escravos.¹³⁰ A preocupação com a substituição da mão de obra foi latente. Dois artigos sob o tema da imigração estrangeira apareceram no jornal. O primeiro circulou em 11 de maio, tratava-se da discussão promovida pelo presidente de província com os fazendeiros da região para encontrarem um meio de fomentar a vinda de imigrantes para o Espírito Santo.

Immigração [sic] estrangeira – [...] No dia 7 deste mês houve uma reunião em palácio para tratar deste assunto, e de outros, constão-se [sic] ter sido resolvido que o presidente se entendesse com os fazendeiros da província para chegar à solução do modo prático de haver immigrants [sic], que vão substituir pouco a pouco os braços escravos.

O último, já alguns meses depois da promulgação da lei do Ventre Livre, em dezembro, versava sobre a necessidade de se recrutar braços livres para substituir o trabalho do escravo.¹³¹ Uma transcrição do jornal *Pindamonhagabense* contrária às reformas nas relações escravistas chamou a atenção em 15 de junho.

Todo aquele que meditar sobre as circunstâncias atuais do nosso paiz [sic], reconhecerá que experimentamos as vicissitudes de uma crise econômica cuja causa primordial reside no esmorecimento da lavoura, devido a diminuição do trabalho escravo, único elemento impulsivo de que a mesma dispõe. [...]

¹²⁹ *O Espírito Santense*, 29 de julho de 1871.

¹³⁰ *O Espírito Santense*, 04 de novembro de 1871

¹³¹ *O Espírito Santense*, 29 de dezembro de 1871.

Não se pense que somos infensos ao grande movimento filantrópico que se opera em prol da classe servil; atribuímos à semelhante instituição os males que nos afligem por cujo motivo almejamos a extirpação; mas nem por isso deixamos de manifestar as dolorosas impressões que sentimos, desejando que conosco pessoas competentes outro tanto o façam para que procure-se atenuar os sofrimentos de nossa sociedade.[...]

A escravidão tem sido até aqui o elemento vital da lavoura, e, por conseguinte, do nosso paiz [sic], mas contraria os princípios de direito, da moral e da religião.

A compactuação do jornal *O Espírito Santense* ao discurso apresentado pelo *Pindamonhagabense* ilustrava o posicionamento político capixaba diante às medidas governistas de emancipação do escravo. “A maioria dos oponentes do projeto de lei reconhecia que a escravidão era condenada pela religião e a opinião geral da humanidade”.¹³² É interessante notar que, embora não se pronunciasse contrário à extirpação da escravidão, e se mostrasse cauteloso quanto a tomadas de medidas radicais, não se posicionava diante da reforma em debate no parlamento. Talvez, tal atitude configurasse em estratégia para mascarar a opinião avessa à lei do Ventre Livre. No momento de definição da lei no parlamento, diversos jornais provinciais saíram em defesa da Lei Rio Branco, “especialmente os de Espírito Santo e os do interior do Rio de Janeiro, se conservaram silenciosos quando o silêncio sobre a questão da escravatura era equivalente à oposição”.¹³³ Dois artigos anteriores à aprovação do projeto de lei no parlamento nacional foram divulgados pelo *Espírito Santense*. Um no dia 12 e outro no dia 20 de julho de 1871.

Elemento servil: registramos em seguida o projeto sobre este assunto apresentado à camara [sic] dos deputados, os quais foram os senhores conselheiros Pereira Franco, Araujo Lima, Pinto Campos, João Mendes e Angelo Amaral, não tem até as últimas datas visto a luz parecer algum.

Algumas representações de camaras [sic] municipais e de lavradores das províncias do Rio, São Paulo e Minas, tinhão [sic] aparecido contra o projecto [sic]. Não temos juízo formado sobre a proposta, mas cremos que algum pânico acometeu os autores das representações ou que republicanos exagerados fazem estrepito para chegar ao fim de turvar as águas. Em ambas camaras [sic] temos profundas ilustrações, que hão de procurar levar ao melhor estado de perfeição o projeto, e sem abalo a [sic] sociedade. [...].¹³⁴

Elemento servil: A comissão eleita para dar um parecer sobre o projeto de emancipação de escravos, apresentado pelo governo já ofereceu esse parecer à camara [sic] dos deputados.

¹³² CONRAD, 1978, p. 119.

¹³³ CONRAD, 1978, p. 117.

¹³⁴ *O Espírito Santense*, 12 de julho de 1871.

O parecer elaborado com estudo profundo, conclue [sic] pela aceitação do projeto do governo, com pequenas modificações.¹³⁵

O primeiro artigo demonstra a indecisão por parte dos deputados capixabas, já no outro artigo, há um tom de aceitação. Contudo, o voto do Espírito Santo, assim como o do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, foi contrário à aprovação da Lei do Ventre Livre. As explicações mais plausíveis para tal decisão seriam, em primeiro lugar, o fato das regiões serem dependentes do trabalho escravo realizado nas lavouras cafeeiras, ainda, a crença dos fazendeiros que perdas econômicas irreparáveis assolariam seus negócios e, o temor de uma rebelião, pois estas regiões concentravam grande quantidade de cativos em suas terras.

A campanha realizada pela imprensa em favor da lei, que levou a mensagem do governo a todas as partes do país, identificou o objetivo da emancipação com o patriotismo [...] minado, sem dúvida, a autoridade dos proprietários de escravos e o compromisso nacional para com o sistema escravocrata.¹³⁶

Embora nos anos subsequentes a lei tenha enfraquecido o debate abolicionista, impulsionou outras propostas de reforma social. A imigração estrangeira pode ser apontada como uma das beneficiadas. Outro reflexo foi sua colaboração para minar os fundamentos de defesa da escravidão. A partir de então a instituição foi relacionada a conceitos negativos como atraso, injustiça, arcaísmo, colonialismo. Dessa forma, preparou o terreno para o surgimento das ideias abolicionistas na década de 1880.

O Espírito Santense reproduziu a Lei Rio Branco no dia 22 de outubro, tornando-a pública. E no dia 26, divulgou sua visão sobre a medida.

A lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 não poderá embora a sabedoria e a prudência com que foi elaborada, deixar de influir na economia do serviço de lavoura, o que terá de ser feito pelo braço do homem livre, que pouco a pouco irá substituindo nesse mister o trabalho escravo, até que se realize [sic] a completa emancipação do elemento servil.

Confirmada a tendência nacional de abrandamento das falas emancipacionistas na imprensa, *O Espírito Santense* diminuiu ainda mais a abordagem antiescravista. Entre os anos 1872 e 1873 foi publicada uma nota de libertação particular de escravos contra quatro anúncios de fuga. Sobre imigração estrangeira também apenas uma menção foi feita nos dois anos. Relativos ao fundo de emancipação de escravos destacaram-se os dois artigos contrários à efetivação da medida prevista

¹³⁵ *O Espírito Santense*, 20 de julho de 1871

¹³⁶ CONRAD, 1978, p. 130.

na Lei do Ventre Livre, ambos de 1872, transcritos dos debates da Assembleia Legislativa Provincial e argumentando quanto à impossibilidade do escravo viver em liberdade. Segundo o deputado Sr. A. Pires, “a liberdade [...] não pode subsistir senão por meio da instrução. A segurança pública e a estabilidade da ordem social dependem da difusão das luzes e das virtudes, frutos de uma boa educação”.¹³⁷

Depois de debatidas algumas questões que se suscitarão [sic] acerca da interpretação de vários artigos da lei das alforrias, entrarão [sic] para uma urna doze nomes de libertandas, sendo nove as sorteadas.

Não podemos deixar de lamentar o desazo com que se houve a assembléia provincial do anno [sic] transado [sic], confeccionando uma lei inconveniente sob muitos pontos de vista.

A manumissão de escravas, além de ser em pequeno número [...] vem favorecer a immoralidade [sic].

O sol da liberdade, em vez de ser para elas o astro do trabalho e da morigeração vem pelo contrário aquecer-lhes extraordinariamente o ardente sangue lylico [sic], que lhes corre nas veias, e dest'arte vão aumentando os prostíbulos, onde a moralidade é calcada aos pés pela mais desenfreada lascívia.¹³⁸

Uma nova associação libertadora de escravos foi fundada em 1874. Suas reuniões, regimentos e eventos públicos foram divulgados pelo jornal *O Espírito Santense*. A Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro fez ressurgir o debate emancipacionista em Vitória. Assim como nos anos anteriores, não foi acentuado o número de libertações concedidas por particulares publicadas pelo jornal - três notas - e também se mantiveram em baixa quantidade os anúncios de fuga de escravos, oito no total. Contudo, foram ao todo trinta menções à organização libertadora de escravos. Entre informações sobre datas e horários das reuniões, chamadas para eventos públicos, tais como baile, sarau, entrega de cartas de alforria e notícias sobre a realização destes. O proprietário e redator do jornal *O Espírito Santense*, Basílio de Carvalho Daemon, era membro orador da sociedade e além de escrever, favoravelmente às suas ações, reproduzia os discursos proferidos nos encontros públicos pelos sócios. No ano seguinte, caíram para dezessete as alusões relativas às realizações da Associação Primeiro de Janeiro. Em 1876, foram apenas quatro. Nos primeiros dias de 1877, chegava ao fim a Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro dando lugar à Associação de Beneficência.

Associação de Beneficência: Hontem [sic], pelas 5 horas da tarde, reunidos muitos irmãos da Venerável Irmandade de São Benedito do Convento Franciscano, e sócios da Sociedade Emancipadora 1º de Janeiro refundirão

¹³⁷ *O Espírito Santense*, 18 de outubro de 1872.

¹³⁸ *O Espírito Santense*, 3 de agosto de 1872.

esta, instituindo uma sociedade beneficente, com o fim de serem auxiliados os irmãos pobres, fundando uma pequena enfermaria onde doentes possam [sic] ser convenientemente tratados, ou fornecendo-se-lhes [sic] médico, botica etc, quando não possam [sic] ser tratados na pequena enfermaria [...].¹³⁹

As associações políticas foram mais um instrumento utilizado pelos contestadores emancipacionistas para desenvolver o movimento. O primeiro e mais importante foi o uso da imprensa. Nas sociedades reuniam-se indivíduos de diversos grupos sociais. Podiam ser fechadas, de acesso restrito, ou abertas, onde toda população podia participar. Assim, de acordo com as mudanças na demanda dos debates políticos, algumas desapareciam para dar lugar a outras.

As associações e os jornais geraram um espaço público que extrapolava as dimensões da sociedade política da elite imperial. Foram o *locus* independente do Estado e das instituições saquarema no qual a manifestação coletiva das interpretações do Brasil e da pauta de demandas e reformas brandidas pela geração 1870 pôde vir à luz.¹⁴⁰

Com a redução quase total das discussões acerca da emancipação do elemento servil na imprensa nacional e pelo próprio parlamento imperial, a inauguração de uma associação fez-se coerente. Dessa forma, o movimento emancipacionista ganhou um novo impulso na capital da província. No primeiro aniversário da Associação Primeiro de Janeiro, o redator do jornal *O Espírito Santense* deixou transparecer a necessidade de retomar os protestos reformistas em seu artigo. “[...] É nos grato noticiar esse facto [sic], porquanto é elle [sic] um protesto eloqüente contra a indiferença que tudo mata em nosso paiz [sic]”.¹⁴¹

A Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro possuía íntima ligação com a Irmandade São Benedito do Convento de São Francisco. Somente aqueles indivíduos que fossem associados à irmandade poderiam participar de suas atividades. À elite eram reservados os exercícios de coordenação e administração da instituição. As doações podiam partir de todos os membros e possuíam uma graduação obedecendo à quantia destinada. Alguns dos idealizadores da Sociedade Abolicionista do Espírito Santo participaram também da organização dessa associação. Eram eles o Sr. Dr. José Correa de Jesus, o fazendeiro Alpheo Monjardim de Almeida e o Sr. Dr. José Ribeiro Coelho. Fato este que aponta a Irmandade São Benedito como instituição de postura política reformista, empenhando-se na luta contra a escravidão na província. Espaço em que já na

¹³⁹ *O Espírito Santense*, 2 de janeiro de 1877.

¹⁴⁰ ALONSO, 2002, p. 283.

¹⁴¹ *O Espírito Santense*, 31 de dezembro de 1874.

década de 60, realizavam-se discussões emancipacionistas promovidas por seus associados. O estatuto da sociedade libertadora em questão confirma o panorama analisado:

Capítulo 1º

Da associação e seus fins

art 1º: Associação Emancipadora – Primeiro de Janeiro – compor-se-há [sic] de todas as pessoas livres ou libertas que forem membros da Venerável Episcopal Irmandade de São Benedicto [sic], erecta [sic] no convento de S. Francisco d'esta cidade.

art 2º: O fim da Associação é aquisição [sic] dos meios para reabilitação [sic] ou remissão dos irmãos ou irmã – ou dos filhos d'estes escravos por meio de alforria.

Capítulo 2º

Dos sócios suas jóias e mensalidades

art 3º: Para ser sócio é necessário:

§ 1º: ser irmão da Venerável Episcopal Irmandade de São Benedicto [sic], o que provará o sócio proponente com a certidão do secretario da referenda Irmandade: salvo caso de ser o proposto reconhecido como tal pelo Conselho Director [sic] da Associação.

[...]

§ 3º: ser livre ou liberto.

[...]

Art. 5º: Os sócios são divididos nas seguintes classes:

§ 1º- Activos [sic]: os que estão em effetividade [sic] na Associação.

§ 2º- Beneméritos: os que fizerem donativo superior em valor à quantia de dusentos [sic] mil réis.

§ 3º- Honorários: aquelles [sic] que, não pertencendo à Associação, todavia à esta prestarem os seus serviços relevantes ou doarem a Associação com a quantia superior a quatrocentos mil réis.

[...]

Capítulo 9º

Do promotor das alforrias

art 21: ao promotor das alforrias compete:

§1- receber todos os requerimentos dos pretendentes às alforrias, examinar se estão na devida forma, segundo estes estatutos.

§ 2- no praso [sic] marcado enviar todos os requerimentos com as observações que entender ao fiscal, para que este os reveja e apresente ao conselho Director [sic].

§ 3 – desempenhar por parte da Associação funcções [sic] de curador dos menores alforriados por Ella [sic], indagando do tratamento e educação que recebem, a fim de solicitar, do juízo competente as providencias legaes [sic].

§ 4 – exigir do primeiro secretario [sic] a relação annual [sic] dos irmãos ou menores alforriados, afim [sic] de em livro próprio, rubricado pelo fiscal, abrir a respectiva matrícula com as precisas declarações para serem conhecidos

saber-se o destino, que tiverão [sic], notando posteriormente as ocorrências [sic], que se forem dando em relação aos menores alforriados.¹⁴²

Os interessados em promover a liberdade para seus escravos deveriam enviar propostas à Associação. Os senhores e os escravos solicitantes precisariam possuir, de alguma maneira, ligação com a irmandade. Serem eles sócios da instituição ou terem prestado-lhe serviços quaisquer. No processo de seleção levava-se em conta o comportamento do cativo e se este realmente, quando menor de idade, tinha chance de gozar sua liberdade. Por isso, filhos de libertos eram preferidos, pois assim se correria menor risco de mesmo após alforriados continuarem sob a tutela dos senhores. A associação mantinha um registro dos forros, no qual podia acompanhar sua trajetória pessoal e seu desenvolvimento produtivo nos anos seguintes. Aos escravos adultos também eram assentadas certas condições para o recebimento de suas alforrias. Entre elas, não terem cometido nenhum crime, provarem serem escravos dóceis, obedientes e trabalhadores, e terem prestado serviços à irmandade como prova de possuírem uma atividade rentável. Sendo assim, o caráter de merecimento para se conquistar a liberdade estava explícito. Este não era um direito ao alcance de qualquer cativo.

[...]

art 36: Serão preferidos irmãos e irmãs:

§ 1 - os que tiverem bom comportamento e não se entregarem ao vício da embriaguez.

§ 2 - os que provarem ser [sic] escravos dóceis e obedientes a seus senhores com documento passado pelos próprios senhores ou por pessoa conceituada e conhecida pelo Conselho Director [sic].

§ 3 - os que tiverem prestado serviços relevantes à Irmandade.

§ 4 - os que não tiverem sofrido [sic] condenação [sic] por crime infamante [sic].

§ 5 - os que provarem que são trabalhadores cuja prova pode ser feita pelo meio § 3.

art 37 – Serão preferidos os menores:

§ 1: filho legítimo de pais libertos ou naturais de mãe também liberta.

§ 2: na mesma classe os de mais idade contanto que não exceda de doze anos e nem também menores de sete anos de idade.

[...].¹⁴³

A concessão das cartas de alforria pela Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro se deu por dois anos consecutivos, 1874 e 1875, durante as festas de

¹⁴² O *Espírito Santense*, 19 de fevereiro de 1874.

¹⁴³ O *Espírito Santense*, 19 de fevereiro de 1874.

comemorações do dia de São Benedito realizadas pela Irmandade. Nessas ocasiões realizava-se uma programação pública, voltada para concorrência de toda a população. Missa e procissão marcavam os festejos. O prospecto do evento era publicado no periódico *O Espírito Santense* com antecedência. Os acontecimentos mais relevantes dos dois dias de comemoração apareciam em suas páginas tempos depois. Os discursos versados na noite da entrega das cartas de alforria foram divulgados e comentados por seu redator.

Liberdade: Como havíamos noticiado teve lugar no dia 17 do corrente, na ocasião do Te-Deum [sic] que se celebrou em ação do Heroe [sic] de Palermo no Convento Franciscano, a liberdade das duas menores Argentina e Maria, como toda a imponência que os actos [sic] de caridade por si mesmos demonstrão [sic].

Depois de reunida a Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro, na sala de suas reuniões sahio [sic] incorporada levando à sua frente as duas menores libertandas [sic], antecedendo-lhe a maravilhosa banda de música da Irmandade S. Benedicto [sic]. Chegados ao convento, no consistório em Assembléia Geral, presidida pelo Sr. Tenente Coronel José Ribeiro Coelho e onde se acharão [sic] muitíssimas pessoas forão [sic] lidas as cartas de liberdade, tendo após sido dada a palavra ao orador da sociedade Dr. José Correia de Jesus que em um longo e brilhante discurso demonstrou ainda uma vez os conhecimentos e dotes oratórios que lhes são inatos.[...].¹⁴⁴

O discurso do Sr José Ribeiro Coelho foi reproduzido pelo jornal no mesmo dia, assim como em outras ocasiões em que as falas dos oradores apareciam publicadas na íntegra. Foram quatro os discursos divulgados pelo *O Espírito Santense* em 1874. Na falta de artigos sobre o tema emancipacionista ou transcrições de outros periódicos as falas impressas no jornal representaram importantes formas de disseminação do pensamento em um momento onde o movimento parecia derrotado. O primeiro discurso, divulgado no dia 10 de março, foi verbalizado na festa de comemoração da inauguração da Associação Primeiro de Janeiro. No festejo de celebração do dia de São Benedito, em 17 de maio, quando foram entregues as primeiras cartas de alforria pela Associação, outro discurso foi proferido e publicado pelo *O Espírito Santense* no dia 28 do mesmo mês. O secretário Sr. Cleto Nunes teve seu discurso divulgado no jornal no dia 8 de outubro. Em 31 de outubro, “no intuito de promover a elevada e nobre tarefa que tomou a seu cargo resolveu realizar n’esta cidade [...] um sarau literário musical destinado a angariar para os cofres da referida Associação quaisquer donativos [...]”.¹⁴⁵ Os discursos realizados durante o sarau foram divulgados no exemplar do dia 3 de

¹⁴⁴ *O Espírito Santense*, 20 de maio de 1875

¹⁴⁵ *O Espírito Santense*, 20 de outubro de 1874.

novembro. Neste mesmo dia apresentou-se impressa a poesia feita pelo Dr. G. Autran, sob o título sugestivo de “O escravo”, lida na ocasião.

Em 1875, dois discursos foram publicados, um em comemoração ao primeiro aniversário da associação libertadora, e outro, na solenidade de entrega das cartas de alforria no dia da festa de São Benedito. O último discurso realizado pelos membros da Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro e publicado pelo jornal, foi o pronunciado na comemoração de aniversário dos dois anos de existência da sociedade. Nos meses seguintes as notícias no jornal sobre reuniões e eventos foram decrescendo.

No primeiro dia de 1878, *O Espírito Santense* comunicou a dissolução da associação libertadora e sua substituição pela sociedade beneficente da irmandade. Embora o redator do jornal fosse membro da irmandade e também da associação emancipadora, não ficaram esclarecidos os motivos que culminaram no fechamento desta. Contudo, o movimento emancipacionista, nesse momento, vivia sua fase de transição. O ano seguinte já seria marcado por uma onda de abolicionismo popular em todo país.¹⁴⁶ O parlamento, então, se mobilizaria para conter radicalismos, criando uma polarização do movimento abolicionista. Ao contrário do observado nas décadas de 60 e 70, haveria uma adesão dos populares e membros da elite afastados do poder, ou seja, um movimento financiado pela iniciativa particular. Em oposição à possibilidade de abolição definitiva, os parlamentares tentariam conter o avanço destas ideias.

As atividades da associação emancipacionista da Irmandade de São Benedito dominaram as páginas do jornal. Nos anos de sua existência foram ínfimas as menções a outras manifestações antiescravistas e emancipacionistas. Entre os anos de 1875 e 1879, apenas seis anúncios de liberdade concedida por iniciativa particular foram publicados. Em 1878, alguns acontecimentos isolados chamaram a atenção. A contenda política travada entre conservadores e liberais se fortaleceu com a tomada da Assembleia Provincial pelos membros do partido liberal. Todo o ano é marcado pelas críticas conservadoras. Os editoriais são inundados pela temática partidária. Enquanto as solicitações de reformas políticas vão pouco a pouco sendo esquecidas.

¹⁴⁶ CONRAD, 1978, p. 168.

Em 20 de julho surgiu uma nota sobre a fundação da sociedade literária presidida pelo advogado Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa, conhecido por suas defesas nas ações de liberdade e por seus artigos contra a prostituição de escravas. A sociedade possuía como finalidade de produzir peças locais e levá-las ao público geral. Suas atividades encontravam-se ligadas à irmandade de São Benedito do Rosário. A nota publicada em 28 de dezembro convidava para a encenação de uma peça e revelava o objetivo da arrecadação dos bilhetes.

S.D.P. THALIA (espetáculo em benefício de uma liberdade)

Domingo, 29 do fluente terá lugar no teatro [sic] desta Sociedade um lindo espetáculo.

Antes da representação do drama será recitada uma bela poesia [sic] do distinto [sic] e ilustre poeta brasileiro Dr. Godofredo Autran intitulada:

“O escravo”

Funda o que representar-se-há [sic] o importante drama em 1º prólogo e 3 actos [sic], que tão aplaudido [sic] foi em sua primeira representação, intitulado:

A CONDEMNADA [sic]

Em seguida representar-se-há [sic] uma scena [sic] análoga ao acto [sic] escripto [sic] pelo inteligente e ilustrado Prof. Aristides B. de B. Freire, intitulada:

“O Escravo” [...].

A peça denunciava as mazelas sofridas pelos escravos, mal tratados pelos seus senhores, marginalizados pela sociedade. Aristides Freire e Pessanha Póvoa pertenciam ao grupo fundador do jornal *Folha da Victoria* e também da Associação Libertadora Domingos Martins, ambos criados na fase abolicionista do movimento em Vitória. Após essa aparição nas páginas do jornal *O Espírito Santense* o debate antiescravista na imprensa se encerra, renascendo nos primeiros anos da década seguinte, dando início ao movimento abolicionista.

2.4 A TRANSIÇÃO.

Durante o período compreendido entres os anos de 1879 a 1882 não foram encontrados vestígios do profícuo debate realizado anteriormente pela imprensa capixaba. Tal panorama pôde também ser observado nas principais províncias cafeeicultoras do país – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - dada a dependência de mão de obra escrava. Permaneceram apenas alguns poucos representantes emancipacionistas a escreverem notas de alforria particulares. A

queda brusca das manifestações emancipacionistas na imprensa pode ser resultado, em primeiro lugar, do declínio da população escrava nessas províncias, extremamente vinculadas à escravidão.¹⁴⁷ E também, da transformação dos discursos antiescravistas, apresentando, após 1879, maior ênfase na abolição completa e irrestrita.

Com a proibição do tráfico de escravos e a lei do Ventre Livre, os cafeicultores do sudeste passaram a buscar mão de obra nas províncias do norte, uma vez que essas se encontravam decadentes economicamente devido à queda nas exportações do açúcar. E porque já utilizavam largamente o trabalho livre em suas lavouras, não sendo o escravo ali considerado elemento essencial para o cultivo agrícola. Assim, travou-se um rentável comércio interprovincial, que aprofundou, em longo prazo, as discrepâncias numéricas e práticas com relação às questões escravistas entre o norte e o sul do país. Enquanto as províncias nortistas ficavam praticamente sem escravos, a zona cafeeira mantinha-se atrelada ao escravismo. A disparidade apresentada tornou-se fator importante na construção de uma visão abolicionista no norte e nordeste e na manutenção da perspectiva escravagista no sudeste. O discurso realizado por Jerônimo Sodré na Câmara dos Deputados acendeu a chama do movimento abolicionista nacional, impulsionando a disseminação das ideias de extinção definitiva da escravidão na imprensa e na tribuna e, concomitantemente, provocou reações contrárias de seus colegas legisladores paulistas.

Sodré denunciou a Lei Rio Branco como sendo uma reforma vergonhosa e mutilada. A sociedade brasileira, declarou ele, encontrava-se sobre um vulcão. Os liberais brasileiros eram obrigados a ir além do trabalho dos conservadores, a declarar a nação que todos os brasileiros eram cidadãos, que todos eram livres. Depois da explosão não parlamentar de comentários e comoção, Sodré concluiu seu discurso histórico com um apelo para a extinção total e rápida da escravatura.¹⁴⁸

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, neto de José Bonifácio de Andrada e Silva, deputado por São Paulo, logo se posicionou contra a exposição, dizendo preferir ter a unidade nacional rompida a presenciar a bancarrota das fortunas e a destituição da propriedade escrava. Joaquim Nabuco, por sua vez, eleito por Pernambuco, demonstrou forte inclinação às ideias do colega nortista. Juntos, meses mais tarde, defenderam uma reforma geral na constituição a fim de promulgarem a abolição total

¹⁴⁷ Entre os anos de 1874 a 1884 o número de cativos na Corte decresceu 31,8 %, em Minas Gerais 3,3%, Rio de Janeiro 14,3 %, São Paulo 4,4% e Espírito Santo 9,3%. CONRAD, 1978, p. 352.

¹⁴⁸ CONRAD, 1978, p. 167.

da escravidão no Brasil. Foram tachados de excessivamente radicais e a proposta não foi levada adiante. Nabuco ainda tentou emplacar outros projetos de ampliação dos fundos de emancipação e de proibição do comércio interprovincial de escravos, contudo não obteve sucesso. Pode-se observar uma cisão de interesses no interior dos partidos políticos imperiais. A contenda emancipacionista da década de 60 e 70 marcada pela oposição partidária e a liderança do Imperador foi assim deixada de lado e deu lugar a um novo movimento de ideias legitimamente abolicionistas, não mais confrontada entre conservadores e liberais, mas entre abolicionistas e escravagistas.

Sem o respaldo da maioria dos deputados da Câmara, Joaquim Nabuco organizou em 1880, junto com um grupo de amigos, uma associação abolicionista, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Fundada em 7 de setembro de 1880, 58º aniversário da Independência Brasileira, possuía como objetivo suprimir a escravidão através da propaganda. “O Manifesto da sociedade, escrito por Nabuco, foi publicado em panfletos e jornais, em inglês, francês e português.”¹⁴⁹ Também em 1880, inaugurou-se, no Rio de Janeiro, *O abolicionista*, órgão da dita sociedade, onde difundia a propaganda abolicionista e atacava seus opositores senhores de escravos. A finalidade da mobilização popular dos abolicionistas distinguia-se sobremaneira da praticada pelos idealizadores emancipacionistas. As primeiras manifestações antiescravistas realizadas pelos jornais e pelas associações não possuíam a determinação de acabar com a escravidão, apenas de amenizar seus efeitos e limitar seu avanço. A concessão de alforria a escravos locais era o objetivo das associações libertadoras, contudo não almejavam manumitir todos os escravos do país. Logo, pode-se considerar findo o movimento emancipacionista iniciado em 1869, e inaugurado o abolicionista, marcado pelas atividades políticas de Joaquim Nabuco na Câmara, através da imprensa e em ação direta de propaganda por meio da Sociedade Brasileira Contra Escravidão. A nova forma de protesto contra escravidão visava conscientizar a população, principalmente senhores e seus escravos, dos princípios de igualdade e liberdade. Demonstrando por meio de propaganda o quanto a escravidão era prejudicial para o desenvolvimento civilizatório do país. Reivindicava a manumissão total dos cativos, obra que acreditava, seria conquistada com a participação de todos os grupos sociais. Nas

¹⁴⁹ CONRAD, 1978, p. 172.

ações públicas os abolicionistas tentavam convencer os donos a libertarem os escravos sem condição e sem remuneração, quando não conseguiam, ofertavam uma pequena quantia pelo cativo. Atraíam para as ruas um grande número de pessoas e por meio de discursos eloquentes envolviam todos os presentes, que no calor do momento acabavam cedendo aos seus planos. Em todas as províncias, o mecanismo utilizado para conquistar grande número de liberdades foi o mesmo, ao menos em áreas urbanas. Nas zonas rurais sem o apoio dos fazendeiros a solução encontrada, muitas vezes, era a realização de fugas em massa.

A conjuntura social escravista resultante do tráfico interprovincial de mão de obra favoreceu a proliferação das ideias abolicionistas e o agravamento das medidas de libertação dos cativos nas províncias do norte. Após a exposição de Sodré na Câmara dos Deputados, em regiões como o Ceará e o Amazonas uma forte propaganda teve início e em cinco anos declaravam a inexistência de escravos em seus territórios. A participação popular no movimento abolicionista desenvolvido no norte foi notável, assim como a reação da polícia. Associações conseguiam comprar alforria por um preço irrisório e os transportadores se negavam a conduzir os escravos para venda.

Nas regiões cafeeicultoras do sudeste a repercussão da retomada dos discursos antiescravistas foi contrária a sentida no norte do país. A imprensa emancipacionista e a tribuna silenciaram-se a respeito de práticas libertárias, chegando até se posicionarem favoráveis à manutenção da escravidão. Houve uma separação de ensejos entre as áreas rurais e urbanas. Enquanto na cidade surgiam núcleos radicais de propaganda abolicionista, utilizando a imprensa e ações públicas, na zona rural crescia o repúdio a tal atividade. No decorrer da década de 80 aprofundaram-se as discordâncias entre estes dois pólos de opinião, sendo a violência empregada por ambos os lados para alcançarem seus intentos. Os senhores reprimiam as ações públicas planejadas pelos abolicionistas, e estes, por sua vez, recorrendo a práticas ilícitas, realizavam fugas em massas das fazendas, acobertando os escravos foragidos.

O Espírito Santo manteve-se equilibrado entre os dois exemplos apresentados. Nos últimos anos da década de 70, o debate emancipacionista na imprensa e na tribuna arrefeceu. A partir de 1878, quando a Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro encerrou suas atividades libertárias, as manifestações públicas de concessão de

alforria ficaram concentradas na distribuição do fundo de manumissão de escravos pela Assembleia Legislativa Provincial. Apenas em 1882, com a inauguração do jornal *A Província do Espírito Santo*, seguindo o desenvolvimento do movimento abolicionista na Corte e em São Paulo, as discussões sobre a extinção da escravidão reacenderam na capital. Uma tímida propaganda começou a ser vinculada na imprensa e posteriormente através de *meetings* realizados pela Associação Libertadora Domingos Martins, fundada pelos jornalistas do *A Província do Espírito Santo* em 1883. Embora fosse uma província cafeeicultora e sua lavoura dependesse do trabalho escravo, a propaganda realizada na capital não encontrou resistência violenta dos fazendeiros do sul. Não foram registrados embates entre as partes durante a década de 80, talvez porque ambas não compartilhassem de opiniões radicais, nem abolicionistas, nem escravistas.

O movimento emancipacionista representou um considerável avanço nas transformações das relações escravistas brasileiras. Embora os abolicionistas históricos tenham lhe atribuído um papel menor na contenda contra a escravidão, por causa das limitações de suas medidas paliativas, é inegável a mudança que suas realizações proporcionaram a cultura política da população imperial. Mesmo havendo um retrocesso nas discussões abolicionistas partindo da Coroa e das instâncias políticas, as alterações nas mentalidades já se encontravam em um profundo processo de radicalização. O movimento abolicionista agravou ainda mais o cenário por meio da propaganda na imprensa e nas manifestações públicas de repúdio à escravidão.

3. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM VITÓRIA. (1880-1888)

A campanha abolicionista realizada em Vitória, capital da província do Espírito Santo, foi veiculada, a partir de 1882, por meio do periódico *A Província do Espírito Santo*. O grupo de redatores e colaboradores desta folha impressa movimentou a cidade com seus artigos e transcrições de notícias publicadas nos principais órgãos abolicionistas do império. Seguidores do movimento antiescravista desenvolvido na Corte, por José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, os jornalistas abolicionistas locais transcenderam as páginas do jornal e levaram à população também nas ruas, a propaganda em prol da extinção completa da escravidão.

Dois dos principais idealizadores do movimento abolicionista em Vitória, Moniz Freire e Afonso Cláudio, diplomaram-se advogados pela Faculdade de Direito de Recife. O primeiro, filho do Dr. José Feliciano Moniz Freire, engenheiro e importante representante dos interesses emancipacionistas na capital, foi quem inaugurou e redigiu o jornal *A Província do Espírito Santo*. Assim como seu pai, afiliou-se ao partido liberal e defendeu suas idéias publicamente. José de Mello Carvalho Moniz Freire exerceu cargo de vereador de Vitória e de deputado provincial do Espírito Santo. Seguiu os passos antiescravistas de seu pai, veiculando artigos abolicionistas e articulando a propaganda nas ruas, por meio de *meetings*, realizados pela Associação Libertadora Domingos Martins. Ainda universitário, participou da redação de um pequeno jornal liberal e literário na cidade do Recife, a folha *A Gazeta Universitária*. Concluindo os estudos na cidade de São Paulo em 1881, retornou à capital da província do Espírito Santo e abriu um escritório de advocacia, contudo dedicou-se, principalmente, à administração pública. A tipografia do jornal *A Província do Espírito Santo*, pertencia não apenas a ele, mas também a seu sócio Cleto Nunes Pereira, parceiro de crenças políticas e ideológicas, que por sua vez, não havia cursado o ensino superior.

Afonso Cláudio de Freitas, filho de um respeitável produtor de cana de açúcar e proprietário de escravos da região, consagrou-se como o mais importante divulgador da campanha abolicionista no Espírito Santo. Formou-se em Direito pouco tempo depois de seu contemporâneo Moniz Freire, em 1883. Quando ainda moços, alunos do Atheneu Provincial, Moniz Freire e Afonso Cláudio publicaram em 1875, junto

com outros colegas, o impresso *A Aurora*, de caráter literário, consolidando-o como a primeira folha a circular na capital fruto da iniciativa de estudantes locais. Um ano depois, ambos colaboraram como redatores do folhetim *A Liberdade*, empreendimento do amigo Cândido Costa. Afonso Cláudio, mesmo nos anos que passou fora da capital, contribuiu com a imprensa de opinião em Vitória. Escrevia artigos editoriais em datas comemorativas, como nos dias 21 de abril e 14 de julho, descrevendo com primor tais eventos históricos nas páginas impressas. Ao retornar para Vitória, decidiu não residir na fazenda de seu pai, mas permanecer no centro urbanizado da capital. Novamente em associação com o amigo Moniz Freire, dividiu um escritório de advocacia e fundou a Associação Libertadora Domingos Martins, da qual foi membro orador durante toda sua existência. Defendeu algumas ações de liberdade de escravos lutando contra o cativo considerado ilegal. Afonso Cláudio dedicou-se intensamente à luta abolicionista na capital, promovendo conferências públicas e viajando para cidades do interior da província propagando as ideias antiescravistas e republicanas.

Os agitadores da campanha contrária à manutenção do regime escravista em Vitória pertenciam, primordialmente, aos grupos sociais mais abastados da sociedade espírito-santense. Além de Moniz Freire, Afonso Cláudio e Cleto Nunes, outros nomes da elite apareceram vinculados aos eventos abolicionistas da capital. O médico Antônio Aguirre participou das manifestações realizadas pela Associação Libertadora Domingos Martins, bem como os advogados Tito da Silva Machado e José Joaquim Pessanha Póvoa. Nenhum nome relacionado a figuras oriundas dos grupos menos favorecidos da sociedade, como livres pobres, mulatos ou libertos, aparece nas listas de membros da Associação Libertadora Domingos Martins, ou assinando artigos de cunho abolicionista no jornal *A Província do Espírito Santo*. Diferente das campanhas realizadas na Corte, representada por José do Patrocínio, em São Paulo, por Luiz Gama e no Ceará, pelos jangadeiros Francisco José do Nascimento e José Napoleão, em Vitória, elementos dos estratos populares da sociedade participaram das manifestações apenas como expectadores. A composição social dos líderes abolicionistas na capital, talvez explique o caráter moderado das ações públicas realizadas pela associação libertadora fundada por eles e também de suas posições políticas expressas nas páginas do jornal *A Província do Espírito Santo*. Fugas em massa e acoitamento de escravos fora da lei

representavam atitudes antiescravistas radicais utilizadas em alguns pontos do império, que, no entanto, não são atribuídas aos principais líderes abolicionistas de Vitória pela literatura contemporânea.

Em uma quarta-feira, dia 15 de março de 1882, o jornal *A Província do Espírito Santo*, lançou à circulação pública o seu primeiro exemplar, deixando clara a inclinação liberal do periódico.

As idéias liberais terão neste jornal uma consagração de clientes convencidos, a bandeira de suas reformas e o fundo filosófico [sic] que presta à sua doutrina a política moderna que assenta sobre a sciencia [sic] social, constituem a nós – programma [sic] [...] cuja guarda collocamos [sic] desde já nossos mais decididos esforços [...] à imprensa seremos sempre leais, sérios, circunspectos, intransigentes, mas imparciais, partidários, mas nunca exclusivistas.

A Província começou sua publicação com uma tiragem tri-semanal de 1000 exemplares ao dia. No ano seguinte, passou a ser impresso todos os dias, exceto às segundas-feiras, com uma tiragem de 1100 exemplares. A progressão se manteve nos anos seguintes. A cada ano, 100 novos exemplares eram impressos e distribuídos. Especialmente nos anos de 1886 e 1887 o número de exemplares impressos aumentou apenas em 50 números. Dessa forma, em 1888, publicavam-se, diariamente, 1500 exemplares do jornal, que eram distribuídos na capital, nas regiões circunvizinhas e também enviados a outras províncias. De acordo com o censo de 1872, Vitória possuía pouco mais de 4 mil habitantes, levando em consideração a tiragem inicial do jornal *A Província do Espírito Santo* de 1000 exemplares, conclui-se que havia em circulação na capital um número impresso para, aproximadamente, 4 pessoas. A quantidade proporcional é bastante significativa para época, principalmente, se comparada a outros periódicos contemporâneos, cuja tiragem não ultrapassava a 500 exemplares, como é o caso do órgão conservador *Espírito Santense*.

Sendo assim, é possível perceber o expressivo alcance popular conquistado pelo jornal *A Província do Espírito Santo*, que, provavelmente, estava presente na maioria dos espaços públicos urbanos e, principalmente, direcionava os temas da maioria das conversas da cidade.

3.1 QUESTÕES POLÍTICAS.

O regresso liberal à Câmara dos Deputados, em 1878, trouxe consigo a possibilidade da retomada das discussões antiescravistas no parlamento. A bandeira reformista, carregada desde os anos finais da década de 60 do Oitocentos, confirmava a inclinação emancipacionista de alguns partidários liberais. Os conservadores haviam promulgado a Lei do Ventre Livre em 1871 e acreditavam terem criado uma medida definitiva sobre o assunto. A maioria dos políticos, conservadores, liberais, dissidentes e republicanos, concordava sobre a infabilidade da lei e considerava a escravidão condenada à extinção, logo, a concepção política predominante no parlamento nacional, até então, fundamentava-se no continuísmo e imobilismo frente a reformas relativas à escravidão.

O panorama traçado modificou-se em 1879, após o discurso antiescravista de Jerônimo Sodré, liberal, deputado eleito pela província da Bahia. Em sua fala, atacava a estagnação do parlamento frente ao problema da escravidão, e também a pouca eficiência da Lei Rio Branco. Defendia a tomada de posturas mais agressivas a fim de promover a extinção da escravidão no país. Joaquim Nabuco, então deputado liberal, expressou seu apoio às ideias do colega, e no ano seguinte apresentou alguns projetos de lei antiescravistas ao parlamento. Tais propostas previam a proibição do tráfico interprovincial de escravos e aumento do fundo de emancipação visando beneficiar um maior número de cativos. Seus projetos não passaram à votação, confirmando a postura desinteressada dos demais deputados liberais e conservadores da bancada diante das reformas antiescravistas apresentadas.

Na questão da emancipação, na convicção de que é preciso caminhar além da lei de 28 de setembro, eu me separaria, não só do gabinete, não só do partido liberal, não só da opinião pública e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos. [...]

Digo-o com toda a franqueza: não está no poder do nobre presidente do Conselho impedir que essa medida se realize; não está no poder de nenhum gabinete [...] opor-se à decretação de uma medida desta ordem, quando esse mesmo soberano entender que chegou a hora de conferir a milhão e meio de escravos, que trabalham no seu país, o benefício da liberdade.¹⁵⁰

Desacreditando na possibilidade de aprovar qualquer medida abolicionista no parlamento, Joaquim Nabuco lançou mão de novos artifícios de divulgação e

¹⁵⁰ Discurso de Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados, em 30 de março de 1880. In: MORAES, 1986, p.33.

promoção das ideias antiescravistas. Em 1880, inaugurou a Sociedade Brasileira Contra Escravidão e o jornal encarregado de publicar as ações e propostas reformadoras dessa associação, *O abolicionista*. Com o objetivo de informar e convencer a população em geral da necessidade de urgentes transformações na estrutura escravista, Nabuco iniciou na Corte um movimento popular abolicionista. As conferências políticas realizadas nos teatros da cidade marcaram os anos de 1880 e 1881, e conseguiram cativar muitas pessoas pertencentes aos diversos estratos da sociedade, que concorriam em massa às salas de espetáculo.

Por outro lado, ainda na Corte, o jornal *Gazeta de Notícias* apoiava a manifestação popular abolicionista e reforçava a propaganda através da imprensa. Seu proprietário Ferreira Menezes e, seu principal redator, José do Patrocínio usavam o periódico como instrumento de pressão política. Acompanhando todo o desenrolar dos acontecimentos parlamentares, os jornalistas difundiam suas opiniões abolicionistas a toda a população da cidade do Rio de Janeiro através de seus artigos.

De feito, a questão de mais alcance, que preocupa hoje a vida nacional, é a conversão do trabalho escravo em trabalho livre.

O problema da escravidão colocou-se definitivamente em face do país e pede uma solução.

O véu espesso com que até hoje o Império tinha conseguido ocultar aos olhos do mundo a medonha monstruosidade, que se constituía pelo calote, pela quebra de compromisso os mais solenes, pela fraude da lei, pela conivência do Governo com os traficantes de mercadoria; esse véu negro sobre o qual o Império aplicou a lei de 28 de setembro, para melhor mascarar o seu crime, acaba de ser despedaçado. [...]

Dentro do país a agitação dos espíritos é tamanha, que parece ter a aspiração de medir a sua generosidade pela desgraça daqueles cuja causa esposa. [...]

A escravidão vê rarear o número dos seus defensores; ao passo que o escravo vê que vai ter como apóstolo um povo inteiro. [...]

A ordem só é durável quando é o progresso realizado. Ora, ninguém ousa negar, nem mesmo os escravagistas, que a liberdade do trabalhador agrícola é um progresso. O parlamento que se negar a incorporar na legislação esse progresso, contribuirá decididamente para a anarquia [...].¹⁵¹

Dez anos antes da campanha iniciada por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio na Corte, Luiz Gama já defendia nas páginas do jornal *O Radical Paulistano* as ideias abolicionistas. Filho de uma negra liberta fora vendido como escravo pelo próprio pai

¹⁵¹ PATROCÍNIO, José do. *Gazeta de Notícias*, 21 de fevereiro 1881. In: PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos/José do Patrocínio*; introdução: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996. p.36-38.

na Bahia. Serviu a alguns senhores, contudo consciente de sua condição de livre, não aceitava o cativo e em uma de suas fugas chegou a São Paulo. Nesta cidade Luiz Gama comprovou sua liberdade e desenvolveu o movimento abolicionista na imprensa e nas instâncias jurídicas, defendendo causas de ação de liberdade. Manteve-se incansável na luta contra o cativo até sua morte em 1882.

Durante a configuração deste cenário político de regresso liberal e de nascimento da propaganda abolicionista na Corte e em São Paulo, os jovens Moniz Freire e Afonso Cláudio frequentaram a Faculdade de Direito de Recife. Enquanto Cleto Nunes Pereira, unido a outros deputados liberais, invadia a Assembleia Legislativa Provincial e instituíam, à força, uma legislação liberal no Espírito Santo.

As instituições de ensino superior brasileiras constituíam-se espaços privilegiados de discussões políticas. Importantes pensadores e literatos brasileiros do século XIX diplomaram-se, principalmente bacharéis em Direito, nas faculdades nacionais. Entre eles, destacou-se Joaquim Nabuco. Descendente de uma família aristocrata pernambucana, filho do estadista liberal Nabuco de Araújo, desde muito jovem engajou-se politicamente. Assim como faziam muitos jovens acadêmicos, iniciou seus estudos em 1866 na Faculdade de Direito de São Paulo, destacando-se como orador, e formou-se em 1870, na Faculdade de Direito de Recife. Joaquim Nabuco influenciou sobremaneira o pensamento político dos idealizadores do movimento abolicionista de Vitória. Tal afirmação pode ser confirmada dada às transcrições permanentes de artigos assinados por ele no jornal *A Província do Espírito Santo*.

A campanha abolicionista iniciada em 1880 viveu momentos de grande agitação até 1881. Neste ano, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão foi inaugurada por Joaquim Nabuco e promoveu conferências políticas marcadas pela concorrência de significativo número de pessoas nos teatros da Corte. No mesmo período, crescia a resistência contra o tráfico interprovincial no Ceará, liderada por Francisco José do Nascimento e José Amaral. Nos primeiros dias de 1881, um grupo de jangadeiros cearenses recusou-se a embarcar escravos ao navio Pará para serem escravizados em outras regiões do império, criando uma verdadeira comoção na província. Devido ao sucesso da manifestação, a campanha abolicionista no Ceará encontrou adesão de toda a população, constituindo-se uma ameaça à ordem escravista brasileira. José do Patrocínio viajou a essa província a fim de acompanhar o desenvolvimento da campanha abolicionista e usou o evento antiescravista cearense como mote de

pressão política reformista ao governo imperial em seus artigos para *Gazeta de Notícias*, posteriormente, sob sua direção, a *Gazeta da Tarde*.

Embora, nos primeiros anos da década de oitenta do século XIX, a campanha abolicionista tenha se apresentado radicalizada se comparada ao movimento emancipacionista realizado nos anos anteriores, em 1882, ano de fundação do jornal *A Província do Espírito Santo*, o movimento sofreu dois duros golpes. O primeiro resultante da derrota de Joaquim Nabuco nas eleições da Câmara dos Deputados, a qual o levou a exilar-se na Europa. E o segundo, pela morte de Luiz Gama em 24 de agosto, evento sentido por todos idealizadores abolicionistas no Brasil. Esses acontecimentos refletiram de forma negativa na propaganda e esfriaram as manifestações antiescravistas de norte a sul do país.

A campanha contra a manutenção da escravidão no Brasil começou tímida na capital da província do Espírito Santo. O jornal *A Província do Espírito Santo* inaugurou sua tipografia e deu continuidade à prática comum durante a década de 70, promovida pelos órgãos emancipacionistas, de divulgar ações particulares de manumissão concedidas a cativos. Como as cláusulas da lei de 1871 previam o acúmulo de pecúlio pelo trabalhador escravo e o uso da quantia na aquisição de sua alforria, o jornal também, ao lado da divulgação de doação particular, começou a noticiar as compras de liberdade. Concomitantemente, o número de ações de liberdade aumentou, e passou a ter destaques nas páginas do periódico capixaba. Neste tipo de reportagem, os jornalistas não deixavam de ofertarem ao público suas opiniões e congratularem os senhores por sua extrema bondade.

O pensamento político dos redatores do jornal *A Província do Espírito Santo*, porém, aparecia claramente nos artigos editoriais, nas transcrições escolhidas para compor a impressão diária e nos longos comentários a respeito dos acontecimentos relacionados à mudança da percepção do trabalho escravo na sociedade. No ano de sua fundação, um fato interessante ocorreu na capital da província e o jornal não deixou de divulgar suas impressões e opiniões a respeito do acontecimento. Em junho de 1882, 27 escravos da fazenda Piranema, localizada ao sul da província, foram declarados livres, pois a justiça provincial constatou em suas matrículas que estes haviam prestado serviços à Santa Casa de Misericórdia de Vitória. De acordo com a lei de 1871, todos os escravos locados em repartições públicas deviam ser

considerados livres a partir da data de vigor da mesma, assim, o juiz de Feitos da Fazenda sentenciou a favor dos escravos, concedendo-lhes a liberdade.

Hoje no Paço da Camara [sic] Municipal S. Ex. o Sr. Presidente da Província terá de entregar as cartas de liberdade aos infelizes ex-captivos [sic] da Fazenda Piranema.

Por menor que seja o contingente trazido por este acontecimento, a liberdade de mais de 27 homens é inquestionavelmente um progresso para esse paiz [sic], que ainda tem infelizmente escravos.

Assumindo as proporções iminentes [sic] sobre a história futura d'este paiz [sic], o grande problema da redempção [sic] de um milhão e meio de homens, filhos de nosso solo, comnosco [sic] vivendo, ainda que desherdados [sic] da sorte, esta grande questão social, vai envolvendo muitas outras, cuja solução é constantemente reclamada [...].

Mystificado [sic], por todos os modos, os poderes públicos vão descurando e protelando dia a dia o fatal problema, que hoje, devido à generosidade pública que cada vez mais comprehende [sic] seu dever e á acção [sic] lenta do governo, vae [sic] se complicando por outra forma. [...]

Nas cidades rolarão os mendigos, mas os campos estarão desertos.

Electrisa-nos [sic] a festa da liberdade, mas fica-nos a commoção [sic] da dúvida sobre o futuro da pátria. Seja o Governo actual [sic] capaz de desempenhar-se do compromisso que tomou; e substitua o desleixo pernicioso d'esta debilitadora lentidão por um processo largo e pensado – ao mesmo tempo mais patriótico, mais humano, mais liberal e mais científico [sic].¹⁵²

A entrega das cartas de alforria transformou-se em um evento público antiescravista, em que toda a população da capital concorreu.

Festa da liberdade: Como noticiamos em nossa última edição [sic], teve lugar [sic] no paço da municipalidade d'esta Cidade, no dia 6 do corrente, a entrega das 27 cartas de liberdade dos escravos alforriados pela nação.

Ao meio dia, o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza, declarou ao numeroso concurso de povo que ali se achava reunido que, tendo o Capitão Manuel Torres de Sá deixado os seus bens ao Convento do Carmo inclusive a fazenda denominada *Piranema* com seus escravos; bens que mais tarde passaram ao senhorio da Santa Casa de Misericórdia [sic] d'esta cidade por falta de cumprimento das condições impostas pelo doador foram estes seqüestrados ultimamente a requerimento do Dr. Procurador dos Feitos e por sentença do Dr. Juiz dos Feitos foram declarados do domínio da nação os escravos existentes na referida fazenda.¹⁵³

No dia da comemoração da entrega das cartas de alforria, o redator e fundador do jornal *A Província do Espírito Santo*, assim como outras personalidades políticas de relevo na comunidade, proferiu um discurso ao público presente onde “expressiu o

¹⁵² *A Província do Espírito Santo*, 06 de agosto de 1882.

¹⁵³ *A Província do Espírito Santo*, 09 de agosto de 1882.

júbilo que sentia em sua alma por ver que sua província concorria com a libertação dos 27 escravos de Piranema”.¹⁵⁴

Os artigos relacionados com o processo de libertação dos trabalhadores ilegalmente mantidos em cativeiro na Fazenda Piranema representaram o primeiro passo de divulgação do movimento abolicionista, ainda incipiente, na capital do Espírito Santo. A partir de então, os redatores começaram a se arriscar constantemente na produção de críticas ao sistema escravista e sua manutenção, cobrando do governo imperial medidas reformistas de substituição do trabalho escravo pelo livre. No decorrer do ano de 1882, dois editoriais são dedicados à questão da imigração estrangeira, um no dia 01 de setembro e o outro no dia 03 do mesmo mês. Nestes artigos, os jornalistas do impresso *A Província do Espírito Santo* analisavam o projeto de lei apresentado pelo deputado Joaquim de Oliveira Machado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. A proposta previa medidas de incentivo à substituição do trabalho escravo pelo livre, sendo ele europeu, ou nacional, beneficiando o cafeicultor por meio de deduções fiscais. De acordo com o redator da matéria, tratava-se de um projeto incompleto, mas que serviria de estímulo aos agricultores de todo o país e deveria ser aprovado como lei nacional.

Nos anos seguintes, a ideia de substituição do trabalho escravo pelo livre permaneceu frequente nas páginas do periódico da capital. Em fevereiro de 1883, o editorial do dia 09 dedicava as atenções à proposta de empreendimento da imigração espontânea chinesa para o Brasil, a fim de substituir a mão de obra dos descendentes africanos. A preocupação com o esmorecimento da escravidão e o prejuízo da lavoura tornou-se constante. Embora defendessem a abolição definitiva da escravidão, os redatores do jornal *A Província do Espírito Santo* não deixavam de procurar uma forma alternativa para suprimir a possível carência de mão de obra resultante da extinção do trabalho escravo.

O escravo morre e já não resuscita [sic]. O ingenuo [sic] tem um termo na lei para entrar no gozo de todas as categorias [sic] civis do paiz [sic]. Assim, e si [sic] bem que mais tarde, si [sic], em muitos dos estabelecimentos rurais que temos, não for sendo introduzido o trabalho livre pela parceria, ver-se-ão forçados a ir diminuindo o trabalho, e nesse caminhar chegarão ao ponto terminal aniquilamento [sic].¹⁵⁵

¹⁵⁴ *A Província do Espírito Santo*, 09 de agosto de 1882.

¹⁵⁵ *A Província do Espírito Santo*, 25 de fevereiro de 1883.

Em dezembro deste mesmo ano, tem-se a notícia da fundação da Sociedade Central de Imigração em Vitória, que possuía como finalidade o acolhimento e auxílio básico ao imigrante estrangeiro recém-chegado à província. Com este empreendimento os senhores da capital visavam o crescimento do número de estrangeiros desembarcados na cidade à procura de terras férteis para iniciarem uma nova vida. A colonização de parceria, na concepção dos jornalistas, representava uma solução possível ao problema da mão de obra no Brasil.

Com a intensificação do movimento abolicionista nacional em 1884, houve um considerável aumento nas notas a respeito da necessidade de atrair mão de obra estrangeira para as terras capixabas. Em seus artigos de opinião, os redatores expressavam-se favoráveis à implantação de medidas governamentais de incentivo à substituição do trabalho escravo pelo livre – nacional, ou não - como formas de suprir o declínio sentido no número de cativos trabalhando na lavoura cafeeira. Só neste ano, foram 14 reportagens sobre o assunto, mais de uma por mês. Os anos seguintes mantiveram, relativamente, a mesma margem de publicações sobre o assunto. Somente em 1886 os números aumentaram consideravelmente devido às negociações para criação de uma hospedaria na capital e de recebimento de verbas para promoção de melhoramentos na infraestrutura das estradas ligando os núcleos coloniais do interior da província com a capital. Os artigos referentes à imigração contabilizaram 09, no ano de 1885; 32, em 1886; e 17 em 1887.

De acordo com a fala proferida por José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde*, em 1885, pode-se perceber uma coerência do pensamento e da ação dos redatores do jornal *A Província do Espírito Santo* frente à solução da substituição do trabalho escravo pelo livre na lavoura de café, com as propostas apresentadas pelos demais abolicionistas nacionais:

Os abolicionistas falavam ao espírito e ao coração dos senhores, apelando para a solidariedade na manutenção da honra nacional; os escravagistas [sic] falavam ao escravo, esporeando-lhes o desespero com a alucinação da esperança.

Os abolicionistas advogaram sempre os meios de aumentar o valor da riqueza rural, pela divisão do solo, a imigração, a criação de mercados no interior, a concentração comercial nas regiões agrícolas. Com estas medidas eles concorriam para melhorar as tarifas, pelo aumento da renda das estradas de ferro, e por conseqüência dar maior valor à produção, quer pela abundância de trabalhadores, quer pela economia realizada na diferença dos fretes [...].

Felizmente o paralelo, que vamos fazer, há de deixar bem claro que tudo quanto pedimos redundará em benefício para lavoura e tudo quanto nossos

adversários – comissários e políticos, estrangeiros e oligarcas – aconselham é uma série de males para os fatores da riqueza pública [...].¹⁵⁶

As manifestações públicas antiescravistas no Ceará continuaram concorridas após o incidente da revolta dos jangadeiros no porto de Fortaleza. O fechamento do porto ao transporte de escravos destinados ao comércio interprovincial se manteve. Desde então cresceu significativamente o número de associações abolicionistas nas cidades da província. Em oito meses, de janeiro a agosto de 1881, seis novas sociedades foram inauguradas. O movimento no cais do porto intensificou-se e a cada novo vapor atracado os manifestantes gritavam o lema: “No porto do Ceará, não embarcam mais escravos!”. Os revoltados impediam a todo custo a entrada dos escravos nos barcos. Em dois meses, o comércio interprovincial de cativos já não mais se realizava nos portos cearenses. A campanha abolicionista conquistou a adesão de milhares de habitantes da província, que frequentavam as conferências públicas promovidas pelas associações libertadoras. O preço do escravo declinou sobremaneira no Ceará, beneficiando a compra de alforrias pelos idealizadores abolicionistas, como também, os especuladores comerciantes de escravos. Em 30 de agosto de 1881, a força policial cearense, determinada a assegurar o embarque de escravos no vapor Espírito Santo, entrou em confronto com milhares de manifestantes que se encontravam na praia. Aproximadamente seis mil pessoas se aglomeravam no local. Após o conflito, o governo puniu os líderes do movimento demitindo-os de seus postos de trabalho. Como reflexo das penalidades sofridas, a Sociedade Cearense Libertadora e o jornal *O Libertador* suspenderam suas atividades abolicionistas, reaparecendo somente em novembro de 1882.

José do Patrocínio viajou, neste mesmo ano, para o Ceará, curioso sobre o andamento da campanha. Chegando à praia foi recebido com festejos, e logo tomou conhecimento das estratégias utilizadas para extinguir a escravidão definitivamente da província. “A estada de Patrocínio no Ceará, [...] coincidiu com a fase inicial de um programa sistemático de libertação através de concentração em áreas geográficas: em ruas, bairros, cidades, vilas, municípios, capitais provinciais e, finalmente, províncias”.¹⁵⁷ Essa tática consistia na promoção de *meetings* em determinadas regiões das cidades. Nessas manifestações, por meio de discursos, os líderes do movimento tentavam persuadir os senhores a libertarem gratuitamente,

¹⁵⁶ PATROCÍNIO, José. *Gazeta da Tarde*, 21 de fevereiro de 1885. In: PATROCÍNIO, 1996, p. 80.

¹⁵⁷ DUQUE-ESTRADA, Osório. *A abolição* - esboço histórico. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1918. p. 112

ou a preços módicos, seus escravos. Com o bloqueio imposto pelos revoltosos ao porto de Fortaleza, proibindo o embarque de escravos para comércio, os preços dos cativos baixaram consideravelmente. A campanha foi um sucesso, como podemos perceber no artigo escrito para a coluna Notas do Dia, do jornal *A Província do Espírito Santo*, de 1º de fevereiro de 1883:

A Terra dos Livres: Tal é o título de um enthusiatico [sic] artigo da *Gazeta da Tarde*, de 24 do passado e que commenta [sic] o curioso phenomeno [sic] que se passa na província do Ceará com relação à liberdade dos escravos.

É de electrizar [sic] esse exemplo, e causa uma sympathia [sic] de produzir arrepios aquelle [sic] enthusiasmo [sic] incandescente que de um momento para o outro apoderou-se do povo cearense, hoje empenhado com toda a energia para riscar do solo de sua terra a entidade – escravo, que ali como entre nós ainda é uma dura realidade.

Dá uma amostra do frenético zelo que essa idéa [sic] despertou ali o telegramma [sic] a que se reporta a *Gazeta da Tarde* em seu alludido [sic] artigo; que foi-lhe [sic] transmitido pela redacção [sic] do *Libertador*.

‘600 cartas de liberdade.

No dia 2 de fevereiro próximo futuro devem ficar redimidos os seguintes municípios: Pacatuba, Pentecostes, S. Francisco, seguindo-se a capital, Maranguape, Aquiraz.

É crime possuir-se [sic] um escravo no Ceará.’

Parece incrível isso mas ahi [sic] fica consagrado. E enquanto [sic] o norte queimava os escravos que possuía [...], o sul que o aglomerou há de sentir os tristes effeitos [sic] do *fatal problema* que o persegue [...].

Ainda em 1883, mais três artigos foram publicados pelo jornal *A Província do Espírito Santo* a respeito da libertação completa dos escravos promovida no Ceará. No dia 1º de março, uma transcrição do jornal cearense *Constituição* noticiava os festejos ocorridos em comemoração à inauguração de uma sociedade abolicionista em Fortaleza. Descrevia a concorrência de José do Patrocínio e de outros políticos importantes no evento, que concederia 62 cartas de alforrias financiadas pela associação, e esperava mais algumas doações espontâneas pelos senhores presentes. A cobertura jornalística da campanha abolicionista realizada na província cearense continuou a ser divulgada nas páginas da folha *A Província do Espírito Santo*. No mês de abril, o periódico capixaba voltou a noticiar sobre o movimento, dessa vez, especificamente, a respeito das adesões nacionais à luta contra a escravidão no Ceará.

Emancipação de escravos: O arcebispo da Bahia dirigiu uma carta ao Centro Abolicionista do Ceará, agradecendo o título de sócio e prometendo [sic] faser [sic] tudo o quanto puder em favor da abolição da escravatura.

- Por sua vez S. M. o Imperador enviou o donativo de 1:000 \$rs. para ajudar na emancipação d’ um dos municípios do Ceará.

- A contar de janeiro deste anno [sic] até os fins de fevereiro já tinham-se [sic] concedido ali mais de 1000 cartas de liberdade!¹⁵⁸

O último artigo no qual aparece uma menção ao movimento abolicionista cearense foi publicado no dia 27 de agosto, e se tratava de uma correspondência do Rio de Janeiro, enviada pela Sociedade Abolicionista Espírito Santense. Tal associação, formada na Corte por estudantes capixabas ali residentes, publicava, periodicamente, suas opiniões abolicionistas no jornal *A Província do Espírito Santo* e incitava os vitorienses a lutarem pelo fim da escravidão na província. No número indicado, essa instituição, em nota enviada e publicada, exaltava os intentos realizados no Ceará a fim de abolir a escravidão na província.

A campanha abolicionista no Ceará manteve-se firme e radical, promovendo uma onda de libertações de cidade em cidade, de vila em vila, até concluírem seu objetivo de extinguir totalmente a escravidão dessa província. Fato confirmado aos órgãos publicitários no dia 25 de março de 1884. Durante o período de cinco meses desse ano, concentrados nos meses de março, abril e maio, o jornal *A Província do Espírito Santo* noticiou seis notas a respeito da conquista abolicionista do Ceará. As festas de redenção apareceram descritas detalhadamente em suas páginas. As comemorações deram margem, no dia 06 de abril, a uma comparação entre o movimento realizado no Ceará e o desenvolvido no Espírito Santo. Deixava clara a diferença na concepção política da população, uma vez que na província do norte seus habitantes abaixaram os preços dos cativos facilitando as libertações providenciadas pelo fundo de emancipação e pelas alforrias particulares. Enquanto em terras capixabas os senhores mantinham o preço dos cativos alto, onerando os cofres do governo e das associações libertadoras existentes, não ajudando para concretização dos objetivos abolicionistas.

Durante os anos de 1883 e 1884, o movimento abolicionista promovido pela província do Ceará motivou grandes avanços reformistas em todo país. Muitas províncias seguiram seu exemplo e radicalizaram suas campanhas em prol da definitiva abolição da escravidão. Entre elas é possível destacar as localidades do Amazonas e do Rio Grande do Sul, onde o movimento se fortaleceu ao ponto de extinguir as relações escravistas em seus territórios. Em 10 de julho de 1884, o Amazonas declarava extinta a escravidão na província, e no mesmo ano, no dia 7 de

¹⁵⁸ *A Província do Espírito Santo*, 04 de abril de 1883.

setembro, a capital gaúcha proclamava a libertação dos 3.000 escravos existentes na cidade.

Desde o dia 10 de julho que o maior rio do mundo deixou de regar as sementeiras do trabalho escravo [...]

Já hoje o Brasil conta com duas províncias redimidas do erro dos nossos antepassados; mais difficil [sic] será a nós outros tomar em breve tempo um lugar ao seu lado, porém todo o nosso esforço convergirá para que não muito longe esteja o dia em este grande paiz [sic] seja uma communhão [sic] livre, unida pelos mesmos sentimentos, e que prospere e cresça concedendo o título de cidadão a todos quanto comnosco [sic] nasceram sob este céu e trassem [sic] como nós o nome de brasileiros.¹⁵⁹

O movimento abolicionista desenvolvido no Rio Grande do Sul diferia em aspectos importantes dos demais promovidos no país, tais como os realizados no Ceará e no Amazonas. Os senhores desta localidade não concediam a liberdade incondicional aos escravos, mas propunham uma aliança contratual, onde esses continuavam trabalhando nas terras de seu proprietário, mas em regime de parceria, por um período pré-estabelecido. Contudo, faz-se importante salientar que tal estratégia não era a única utilizada para conferir a emancipação aos cativos rio-grandenses.

Alforrias com cláusulas de serviços – A vista do movimento emancipador que, no Rio Grande do Sul, se tem manifestado em boa parte debaixo da forma de alforrias com cláusulas de serviços, a presidência da província julgou dever indicar, pela seguinte circular, dirigida aos juizes de orphãos [sic] quaes [sic] os meios coercivos pelos quaes [sic] podem os manumittidos [sic] ser compellidos [sic] à prestação d'aquelles [sic] serviços.¹⁶⁰

Neste período o movimento abolicionista realizado em Vitória também se fortaleceu e intensificou suas ações em prol do fim da escravidão. Em 1883, duas associações libertadoras iniciaram atividades antiescravistas na capital, sendo elas a Sociedade Abolicionista Espírito-Santense e a Associação Libertadora Domingos Martins. A primeira, com sede na Corte, divulgava a propaganda abolicionista por meio de correspondência enviada à tipografia do jornal *A Província do Espírito Santo*. Fundada nos primeiros dias de julho, no segundo semestre de 1883, teve publicadas suas cartas, totalizando oito artigos no jornal, concentrando cinco deles nos dias 1º, 02, 04, 05 e 06 de setembro. Os excertos abordavam questões pertinentes à abolição da escravidão; criticavam o imobilismo do governo frente às reformas concernentes à substituição do trabalho escravo pelo livre e chamavam a atenção dos senhores de escravos à necessidade de eles próprios iniciarem um movimento de pressão política.

¹⁵⁹ *A Província do Espírito Santo*, 31 de julho de 1884.

¹⁶⁰ *A Província do Espírito Santo*, 06 de setembro de 1884.

Inicie-se em todo o paiz [sic] e principalmente em toda a província – o movimento abolicionista; appelle-se [sic] para todas as empresas particulares e públicas, para todas as instituições sociaes, [sic] de intrucção, [sic] religiosas, agriculas, [sic] industriaes; [sic] appelle-se [sic] para o commercio, [sic] para o jornalismo, para os políticos de todos os matises, [sic] para os operários de todas as officinas; [sic] crie-se [sic] núcleos, funde se sociedades abolicionistas, tomem a iniciativa d'essa idéa [sic] as nossas – patrícias – formem todos um só partido e aguerrido instrua-se o povo, illuminem-se [sic] às consciências, impulsione-se finalmente por todos os meios bons, a tríplice actividade [sic] do paiz [sic] inteiro e especialmente da nossa infortunada província que é para darmos, então, o ultimo golpe decisivo n'essa hydra [sic] que nos devora e mata-nos com a saciedade secular de sua própria liberdade.

Espírito – santenses, despertae [sic] do vosso marasmo e da vossa indolência.

É tempo de trabalhades realmente [...].¹⁶¹

As correspondências enviadas à redação do jornal *A Província do Espírito Santo* pelos membros da Sociedade Abolicionista Espírito-Santense continuaram sendo publicadas no decorrer do ano de 1884. Nos meses de março e abril foram veiculados seis artigos. No auge do sucesso do movimento abolicionista nacional, os idealizadores antiescravistas capixabas residentes na Corte parabenizavam as conquistas do Ceará, e os progressos conseguidos nas províncias do Amazonas e Rio Grande do Sul. Preocupavam-se ainda mais com a inércia do governo frente ao problema da escravidão e convocavam todos os habitantes da província a se levantarem em prol da completa abolição dos escravos.

A mudez do governo responde o povo com um esforço ingente libertando uma multidão enorme de escravos, incitando a generosidade de muitos senhores, que restituem ao escravizado [sic] direitos até então postergados.

Ali é o Ceará que se limpa da mancha negra e glorioso ostenta-se como província livre, sem mais um escravo; acolá é o Rio Grande o Sul se agitando e tendendo a acompanhar o Ceará, mais perto Santa Catharina imita-o; mas longe as províncias do norte convulsionam-se em febre abolicionista; aqui é o município neutro que se atira à onda vinda do norte e quer banhar nas mesmas águas de liberdade, que já lavaram os cearenses.

Mas o povo destroe [sic] só. E o governo paralisado!!! [...]

Convem,[sic] entretanto, votar lei que permittindo [sic] o crescimento do número de alforrias, tratem da substituição do trabalho de modo que não experimente o paiz [sic] a escassez de braços [...].¹⁶²

A campanha abolicionista na Corte se renovou com o retorno de José do Patrocínio à Corte após uma estada de oito meses na província do Ceará. Em 1883, Patrocínio, ao lado de outros importantes líderes abolicionistas, fundou a Confederação Abolicionista, sociedade que congregava grande parte das associações libertadoras

¹⁶¹ *A Província do Espírito Santo*, 06 de setembro de 1883.

¹⁶² *A Província do Espírito Santo*, 1º de maio de 1884. A carta transcrita nas páginas desse número do período vinha endereçada os fazendeiros da região.

do país. Colocando em prática a estratégia utilizada no Ceará, a Confederação iniciou uma varredura da escravidão em algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro. No mesmo ano, Joaquim Nabuco, ainda em Londres, lançou o livro “O Abolicionismo”, obra máxima do movimento que influenciou toda a geração antiescravista. Em diversas províncias a campanha se radicalizara. Na província do Espírito Santo, os artigos antiescravistas e os *meetings* se fortaleceram com o retorno de Afonso Cláudio Freitas à capital, após um período de estudos no Recife.

Diante do panorama de radicalização do movimento abolicionista no país, o governo imperial fora impelido a manifestar sua posição frente aos pedidos de reforma nas relações escravistas. De uma forma ou de outra, percebia-se o avanço das conquistas abolicionistas em todo o território. O andamento das campanhas no Ceará, Amazonas, Rio Grande do Sul, e até mesmo na Corte, deixou preocupados conselheiros e deputados. A evasão de ex-cativos das lavouras para as cidades trouxe à tona questões de segurança pública. Os políticos em exercício consideravam a vadiagem como resultado óbvio da libertação em massa dos escravos. E não só eles, os abolicionistas também se preocupavam com a vadiagem, hipoteticamente, causada pelo aumento da quantidade de alforrias. A solução esperada por ambas as partes consistia na aprovação de uma lei que regulamentasse algumas reformas nas relações escravistas. No lado dos situacionistas, aguardavam-se medidas de contenção do movimento e preservação da lavoura cafeeira. Os abolicionistas, por sua vez, acreditavam na sanção de uma lei que promovesse, em curto prazo, a substituição do trabalho escravo pelo livre.

Rompendo o silêncio de mais de dez anos, o Imperador, na Fala do Trono, pronunciada em 03 de maio de 1883, deixou exposta sua intenção emancipacionista:

Fazendo justiça a vossos sentimentos, espero eu não vos esqueceréis da gradual extinção do elemento servil, adotando medidas que determinem sua localização, assim como outras que auxiliem a iniciativa individual, de acordo com o pensamento da lei de 28 de setembro de 1871.¹⁶³

As organizações do gabinete presidido por Paranaguá e Lafayette, consecutivamente, não obtiveram os avanços desejados pelo Imperador no âmbito das reformas nas relações escravistas. No ano seguinte, 1884, foi convocado para assumir o gabinete o senador baiano Manoel Pinto de Souza Dantas. Novamente,

¹⁶³ MORAES, 1986, p. 57.

neste ano, Dom Pedro expressou sua determinação em levar adiante as mudanças na instituição escravista:

Pende de vossa deliberação uma proposta do governo, em que se vos pede a decretação de medidas que disem [sic] respeito ao elemento servil. É este um grave assumpto [sic], cuja final solução se obterá pela execução do systema [sic] da lei de 28 de setembro de 1871, e o governo está certo de que, desenvolvendo-o, adoptareis [sic] os alvitreos que os inspirar a vossa sabedoria [...].¹⁶⁴

Poucos dias depois da abertura das atividades parlamentares, na seção de 09 de maio, Dantas apresentou sua proposta de libertação dos escravos maiores de 60 anos, sem condições algumas, e de aumento do repasse de verbas ao fundo de emancipação provincial. Os escravagistas alarmaram-se com a possibilidade de haverem emancipações sem indenização. Os abolicionistas, na Câmara e na imprensa, manifestaram seu apoio às reformas de Dantas.

Sem tratar se o projeto é bom ou mau, se ele abrange ou não a grandeza da reforma orgânica do país registremos com prazer o ódio da oligarquia agrícola contra ele.

Desde o dia da apresentação os cruzados negros manobram incessantemente para tomar de assalto o Gabinete e garroteá-lo, abafando, assim, o brado de justiça que está contido em certas disposições do projeto [...].¹⁶⁵

Os redatores do jornal *A Província do Espírito Santo* acompanharam todo o desenrolar de acontecimentos políticos relativos à tramitação do projeto Dantas na Câmara dos Deputados. Desde a apresentação das propostas de lei pelo senador até a dissolução de seu ministério em 1885. Durante todo o percurso, os jornalistas mantiveram-se favoráveis à sanção das medidas antiescravistas. De julho a dezembro de 1884, vinte e uma notas relativas ao desenvolvimento dos debates políticos parlamentares foram publicadas nas páginas do jornal. Quatro delas eram transcrições do jornal *Gazeta da Tarde*, órgão ao qual serviam de redatores Patrocínio e Nabuco. Além dessas, um conjunto de vinte e três artigos escritos por Rui Barbosa descrevendo o ambiente político no qual os debates antiescravistas foram proclamados, e analisando profundamente as propostas de Dantas, ocuparam o impresso nos últimos meses do ano.

Nos momentos finais de 1884, as candidaturas eleitorais para composição da Câmara dos Deputados e das Assembleias Provinciais misturavam-se com as propagações da campanha abolicionista. A dissolução da Câmara, devido ao

¹⁶⁴ *A Província do Espírito Santo*, 06 de maio de 1884.

¹⁶⁵ PATROCÍNIO, José. *Gazeta da Tarde*, 19 de julho de 1884. In: Patrocínio, 1996, p. 55.

parecer desfavorável dos deputados à proposta reformista, reforçou o argumento antiescravista dos liberais. A defesa do projeto Dantas passou a representar uma bandeira contra a postura retrógada dos conservadores. Moniz Freire, redator e proprietário do jornal *A Província do Espírito Santo* levantou-se em defesa das medidas reformistas apresentadas no parlamento e condenou os adversários conservadores e dissidentes que se mostraram contrários a elas. Fundamentava-se nos argumentos apresentados por Joaquim Nabuco, também candidato liberal.

O alcance popular das discussões reformistas empreendidas no parlamento ganhou destaque nas folhas do órgão antiescravista da capital do Espírito Santo, comprovando a abrangência social conquistada pelo movimento abolicionista nacional. A coluna Mala da Corte, de 20 de julho de 1884, evidenciava: “A questão do elemento servil assistiu tal predomínio sobre todas as outras que hoje é assumpto [sic] obrigado em todas as conversações”.¹⁶⁶

Em uma transcrição do jornal *Gazeta da Tarde*, os jornalistas do periódico *A Província do Espírito Santo*, demonstraram compartilhar da crença liberal na existência de uma relação entre o sucesso do pleito com a popularidade do movimento abolicionista.

Os conservadores não se contentaram com as decisões das urnas ainda que estas bastardas da democracia brasileira, não lhes regateiem favores [...].

Mas, a vitalidade da propaganda abolicionista não lhe permittiu [sic] a maioria ambicionada. O poder escapou-se-lhe, miraculosamente, para honra do paiz [sic] [...].¹⁶⁷

Durante o ano de 1885, as discussões acerca da regulamentação do projeto Dantas no parlamento continuaram a povoar as páginas dos principais jornais do país. Não havia uma polaridade explícita entre liberais e conservadores, contrários ou favoráveis à proposta reformista. O panorama era caracterizado pela discórdia entre os partidários defensores das medidas propostas por Dantas, e os adeptos da moderação nas transformações legais. Mais uma vez, em março, o Imperador pronunciou sua Fala do Trono. A justificativa para abertura de uma sessão extraordinária no parlamento estava centrada, especificamente, na necessidade de se resolver o problema da mão de obra no Brasil.

¹⁶⁶ *A Província do Espírito Santo*, 20 de julho de 1884.

¹⁶⁷ *A Gazeta da Tarde* In: *A Província do Espírito Santo*, 09 de janeiro de 1885.

A presente sessão extraordinária foi aconselhada pela necessidade, a que certamente corresponderéis com solicitude, de resolver acerca do projecto [sic] que o governo julga útil à extinção gradual da escravidão em nossa pátria, conforme o desejo de todos os brasileiros, de modo que o sacrifício seja o menor possível, sem obstar ao desenvolvimento das forças productoras [sic] da nação. A vossa sabedoria reconhecerá a alta conveniência de assegurar a tranquillidade [sic] necessária para completar-se a substituição do trabalho servil [...].¹⁶⁸

O projeto de libertação dos escravos maiores de 60 anos permaneceu dividindo opiniões no gabinete. O resultado da eleição para a mesa diretora da Câmara, vencida pelo Sr. Moreira Barros, conhecido escravocrata, confirmava o caráter moderado da nova composição. E, mais uma vez, as prévias apontavam para a derrota da medida em votação parlamentar. A dissolução anterior já havia gerado inúmeras críticas ao Imperador, portanto, outro fechamento da Câmara encontrava-se fora de questão. Os abolicionistas publicavam artigos nos jornais em apoio ao projeto Dantas. Joaquim Nabuco e José do Patrocínio manifestavam publicamente a adesão às propostas em votação no Parlamento Nacional.

Em Vitória, pelo impresso *A Província do Espírito Santo*, sete artigos foram veiculados, entre os meses de janeiro a junho, manifestando a condescendência dos abolicionistas locais às medidas reformistas. Destes sete artigos, dois deles foram escritos e assinados por Joaquim Nabuco, outro pelo pseudônimo “Clarkson”, o que indicava tratar-se de um inglês do Sr. Dantas, e ainda um escrito por José Bonifácio, moço. Em maio, um telegrama enviado pelo correspondente do jornal local na Corte noticiava a determinação da Câmara:

Telegramma [sic]

(especial para “A Província”)

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1885 (as 11h, e 5' da m.)

Na sessão de hontem [sic] (4) da câmara dos deputados, o sr. Antonio de Siqueira, deputado liberal por Pernambuco, sob o pretexto de que o povo insultara na véspera alguns representantes da nação, vaiando-os em plena rua, apresentou a seguinte moção:

“A câmara dos deputados convencida de que o governo não pode garantir a ordem e a segurança publicas [sic] precisas para a solução de questão servil, nega-lhe sua confiança.”

Submettida [sic] à votação foi [sic] aprovada [sic] por 52 votos contra 50.

Logo após o successo [sic] da câmara, o sr. presidente do conselho e o ministro da justiça, partiram para Petropolis [sic] a communicar [sic] o occorrido [sic] ao imperante que ali se achava.

¹⁶⁸ *A Província do Espírito Santo*, 10 de março de 1885.

S.M. desceu hoje de Petropolis [sic], e ordenou que fosse chamado o sr. cons.Saraiva para ir ao Paço.¹⁶⁹

A nova constituição do gabinete presidido por Saraiva apresentou a proposta de lei substitutiva ao projeto Dantas nos dias finais de maio. A reformulação foi publicada no *A Província do Espírito Santo* em 30 de maio, e no mesmo exemplar, uma transcrição do periódico carioca *Gazeta da Tarde*, satirizava as decisões do Imperador. Escrito em primeira pessoa, o artigo parodiava um discurso de Dom Pedro na Fala do Trono:

Dissestes (os deputados) que a agitação abolicionista punha em perigo a riqueza e a segurança do estado, porque tumultuando a praça pública, chegava em rebate sedicioso aos ouvidos dos escravos dos centros ruraes [sic].

Eu procurei, contra os meus sentimentos pessoaes, [sic] dissipar os vossos receios, dar-vos arrhas [sic] do meu interesse [sic] pela vossa tranqüilidade.

Chamei para o governo o sr. Martinho Campos, encarnação real do escravagismo, [sic] o homem que melhor vos podia servir.

S. ex. não se pôde manter no governo seis mezes. [sic] Tremeu-lhe a mão, quando devia escrever o *quos ego reaccionario* [sic] às ondas encapelladas [sic] do oceano abolicionista.

Os ministérios, que se seguiram, procuraram servir de mediadores plásticos entre o espírito da civilização e o corpo negro da escravidão [...].

A escravidão redomoinhou, [sic] abraçada pelas lufadas tremendas que partiam do Ceará, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, de Goyaz, [sic] do Rio Grande do Norte e de Matto-Grosso [sic].

Os ministérios subiam e desciam como sombrinhas parlamentares.

Reflecti [sic] e para conjurar mal maior, para ver se conseguia fazer por bem o que seria feito por mal, como disse outr'ora [sic] o Marquez de Queluz, chamei o ministério de 6 de junho e concordei com elle [sic] em que antes de qualquer outro devia ser sinceramente abordado o problema da escravidão.

Eu não preciso recordar aqui o vosso procedimento.

Depois de ter illudido [sic] nas urnas a questão, evitando encarar de frente a consulta, consumistes com pura perda com grande prejuízo do paiz [sic] dois mezes [sic] de sessão extraordinária.

Em questão houve subsidio, tolerastes de alguma sorte o gabinete combatido pelos vossos temores colligados [sic]; logo que a sessão foi prorrogada, que só houve trabalho a secco, [sic] presentes-me [sic] na contingência de recorrer ao silencio [sic] do sr. Saraiva [...].

Augustos e digníssimos srs. representantes da nação brasileira.

Fazei o que entenderdes melhor. Repito-vos estou velho e estou doente.

Os médicos aconselham-me um passeio à Europa e eu não quero comparecer diante do mundo civilizado como o único rei, que tem seu throno [sic] apoiado sobre a escravidão [...].

Em uma palavra: contaes [sic] como o pagador do thesouro [sic] nacional em todos os dias vinte do mez [sic].

¹⁶⁹ *A Província do Espírito Santo*, 06 de maio de 1885.

Passem muito bem – Pedro II.¹⁷⁰

O projeto Saraiva, aos olhos abolicionistas, representava um retrocesso. Mantinha a cláusula de libertação dos escravos maiores de 60 anos, contudo, obrigava-os a prestarem serviços por mais três anos a seus senhores. Ainda, apresentava uma nova disposição, tornando criminoso o ato de acobertar escravos fugidos. Todos os libertos, de acordo com Saraiva, deveriam permanecer no município onde residiam seus antigos senhores por um período determinado e precisariam encontrar rapidamente um emprego, caso contrário, poderiam ser detidos e forçados a trabalharem nas obras públicas. Mesmo apresentando medidas nitidamente moderadas, o conselheiro Saraiva, a fim de aprovar sua proposta, necessitou do apoio da maioria da oposição. Sendo assim, o Imperador viu-se pressionado e convidou para tomar o lugar de presidente do gabinete João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, proeminente político conservador. Dessa forma, a lei dos sexagenários, como ficou conhecida, foi votada e regulamentada rapidamente pelo parlamento a tempo de ser sancionada no dia 28 de setembro de 1885. Seus artigos de caráter moderado, não satisfizeram os interesses abolicionistas dos idealizadores do movimento e ainda prejudicaram o desenvolvimento da campanha. Os preços mínimos das alforrias aumentaram consideravelmente desfavorecendo a libertação pelas associações libertadoras e por meio de acúmulo de pecúlio pelos próprios escravizados.

Joaquim Nabuco denominou a fase vivenciada posterior à demissão de Dantas do gabinete até o início de 1886 como o eclipse do abolicionismo, devido à brusca queda das manifestações públicas contra a escravidão. Durante o período de estagnação do movimento abolicionista nacional, compreendido entre julho de 1885 e julho de 1886, o jornal *A Província do Espírito Santo* publicou 13 transcrições de jornais antiescravistas nacionais. Tais artigos depunham contra o regime conservador implantado no parlamento e criticavam veementemente a atitude arbitrária do Imperador. A campanha abolicionista veiculada pela imprensa misturava-se ao ataque liberal ao governo conservador recém implantado. Dentre as 13 notas divulgadas pelo *A Província do Espírito Santo*, 7 eram assinadas por Joaquim Nabuco e exprimiam a indignação deste deputado frente à situação política instaurada no país após a elevação ao poder do barão de Cotegipe. Contudo, os

¹⁷⁰ *Gazeta da Tarde*, In: *A Província do Espírito Santo*, 06 de junho de 1883

redatores do jornal antiescravista vitoriense, durante o “eclipse abolicionista” não publicaram quaisquer artigos, escritos e assinados por si próprios. É, pois, possível perceber a tentativa de manutenção de uma postura “neutra” por parte dos jornalistas do impresso *A Província do Espírito Santo*. Preferindo utilizar a fala abolicionista de outros conhecidos idealizadores do movimento, ao em vez de se comprometerem mais profundamente no jogo político nacional.

Passada a fase de estagnação da campanha abolicionista de norte a sul do país, a partir da segunda metade de 1886, o movimento ressurgiu revitalizado. Dessa data, até 1888, foram publicados 40 artigos referentes à radicalização das manifestações antiescravistas pelo Brasil. A grande novidade desses últimos anos de escravidão consistiu na participação ativa da província de São Paulo na divulgação de escritos em impressos antiescravistas, transcritos pelo *A Província do Espírito Santo*. Campinas e Santos representaram as regiões onde a propaganda abolicionista mais se evidenciou depois da capital. Na cidade de São Paulo, um grupo de defensores da libertação completa da escravidão, liderado por Antonio Bento, um promotor público abolicionista radical, desenvolveu um movimento utilizando meios legais e ilegais a fim de promover a extinção do elemento servil. Conferências públicas e fugas em massa das fazendas da região eram as formas mais utilizadas por essa organização. Seus sócios frequentavam a irmandade religiosa da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios e nesse ambiente promoviam suas reuniões. Em 1887, o grupo inaugurou o periódico *Redenção*, cujo objetivo centrava-se na difusão das ideias abolicionistas e das ações públicas por eles promovidas. Essa organização possuía uma composição social eclética, nela conviviam membros intelectuais pertencentes à elite, ocupados na redação dos artigos para o jornal. Elementos dos estratos inferiores da sociedade participavam das fugas, infiltrando-se nas fazendas e convencendo os cativos a delas se evadirem.

O movimento abolicionista desenvolvido na cidade de Santos configurou-se mais radical se comparado à capital São Paulo. Os escravos fugidos e acobertados por Antonio Bento e seu bando acabavam convergindo para essa cidade, onde eram recebidos no famoso quilombo do Jabaquara. Os *meetings* ali realizados e as diversas manifestações públicas aglomeravam milhares de pessoas nas ruas e na praia.

Da ação jurídica ao acoitamento de escravos, a atuação abolicionista não se limitava às lutas forenses – nos anos mais adiantados da década, a indisciplina do populacho abolicionista e a turbulência das ruas, onde, muitas vezes, a participação dos negros se mostrava majoritária, povoaram as ruas da cidade de São Paulo. Em agosto de 87, por exemplo, um grupo de mais ou menos 2000 desordeiros, na maior parte negros desconhecidos, tendo à frente a banda de música da Irmandade de N.S. dos Remédios, percorria as ruas da cidade, entrando em conflito com a guarda permanente. Em outubro do mesmo ano, a feroz repressão aos grupos de escravos fugidos que do interior dirigiam-se a Santos, como daqueles de Itú e Cabreúva, que naquela altura estavam sendo caçados na Serra de Cubatão e Zanzalá, acirrava ainda mais os ânimos, com a eclosão de manifestações de rua, marcadas pela crescente ousadia dos manifestantes e pela violência policial.¹⁷¹

Na Corte, a radicalização foi marcada pelo retorno de Dantas à cena abolicionista. Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, ao lado dos redatores do jornal *Rio News* fortaleceram o discurso contra a permanência da escravidão no país. Em Campos, interior da província do Rio de Janeiro, o movimento se radicalizou e provocava intensa repressão policial. Na província do Espírito Santo, o estado da ordem pública não se modificou. As associações abolicionistas existentes não promoviam ações públicas desde 1885 e raras eram as notícias de manifestações públicas de repúdio à escravidão. Todavia, as transcrições antiescravistas mantiveram-se, permanentemente, em voga nas páginas do órgão *A Província do Espírito Santo*.

Nos anos finais da década de 80, a Irmandade de São Benedito do Rosário iniciou uma campanha de prol da abolição da escravidão, porém tímida, se comparada à estabelecida na Corte, e no interior das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Afonso Cláudio dirigiu-se às áreas cafeeicultoras escravistas da região a fim de proclamar discursos em favor da causa abolicionista. Os artigos editoriais preocupavam-se em denunciar a falta de infraestrutura das estradas e dos portos e em criticar a falta de braços na lavoura resultante da carência de incentivos governamentais à promoção da imigração europeia. A propaganda abolicionista não foi deixada de lado, contudo, aparecia nas páginas do jornal *A Província do Espírito Santo* por meio das transcrições de impressos vindos da Corte e de São Paulo, dos discursos proferidos em manifestações públicas e por correspondências enviadas versando a respeito do andamento da campanha em escala nacional.

¹⁷¹ MACHADO, 1994, p.156.

3.2 EM PROL DA REDENÇÃO.

Sob os títulos “Em prol da redempção”, “É digno imitar-se”, “Manumissões”, “Fastos de redempção”, “Ave, libertas!” ou, somente, “Liberdades”, o periódico capixaba *A Província do Espírito Santo* publicou, até 1888, as alforrias concedidas gratuitamente pelos senhores, compradas por meio de pecúlio ou conquistadas por ação de liberdade. A divulgação de benefícios conferidos pelos proprietários a seus escravos, principalmente, em caso de outorga de liberdade, fazia parte do conjunto de características pertencentes ao movimento emancipacionista desenvolvido na década de 70 do Oitocentos.

O propósito central da mobilização política praticada nesse período consistia na imposição de limites à contínua expansão da escravidão. Distante da concepção de abolição total da instituição escravista, a campanha iniciada nos anos finais da década de 60, manteve-se ativa após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Fundamentando-se na ideia de extinção lenta e gradual da mão de obra escrava, tal lei previa ações de contenção à expansão da escravidão, e ampliava a possibilidade de aquisição de alforria pelos próprios cativos. A Lei Rio Branco, além de ter tornado livre todos os nascidos de ventre escravo, também legalizou e regulamentou a compra da alforria pelos cativos que possuíssem pecúlio para fazê-lo. Ainda, criou um fundo de emancipação de escravos, o qual o governo central repassava verbas para as províncias a fim de que libertassem o maior número possível de cativos ofertados por seus senhores.

Lei nº 2.040 – 28 de setembro de 1871

A Princesa [sic] Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade [sic] o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súbditos [sic] do Império que a Assembléia Geral Decretou a Ella [sic] Sancionou [sic] a Lei seguinte:

Art 1.º Os filhos da mulher escrava, que nasceram no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

[...]

Art 3.º Serão annualmente [sic] libertados em cada Província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota annualmente [sic] disponível do fundo destinado para a emancipação.

Art 4.º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará

nos regulamentos sobre a collocação [sic] e segurança do mesmo pecúlio.¹⁷²

As disposições legais previstas beneficiaram a ação das associações libertadoras de escravos e serviram para aumentar o número de alforrias compradas mediante ao pagamento de pecúlio acumulado pelos escravos. O fundo de emancipação significou, também, uma importante fonte de concessão de liberdade. Os senhores enviavam propostas ao órgão examinador competente, designado pelas Assembleias Legislativas, que, levando em consideração o valor atribuído a cada escravo, estabelecia uma lista com os nomes dos contemplados. Cada localidade provincial recebia uma pequena parcela a fim de apreciar os senhores da região.

A prática de concessão de alforrias, especialmente condicionais, pode ser interpretada como um instrumento utilizado pelos senhores com o objetivo de manter fiel o seu escravo. Dessa forma, os proprietários supunham conquistar a segurança de bons serviços prestados durante sua velhice, ou em caso de doença. Após a promulgação do fim do tráfico negreiro, em 1850, e com a Lei do Ventre Livre, a relação de poder estabelecida entre senhor e escravo ficou, irremediavelmente, abalada. Algumas estratégias de negociação, permitindo aos escravos uma maior autonomia no interior do cativeiro, faziam-se necessárias para a manutenção do domínio senhorial. Nessa lógica, as alforrias particulares condicionais, ou não, caracterizavam uma forma de concentrar nas mãos do senhor o poder da conquista de liberdade.¹⁷³

Difundidas pelos redatores dos jornais como atos humanitários, as alforrias publicadas podem ser compreendidas - entre outras formas - como um mecanismo utilizado pelos senhores com o objetivo de assegurar a continuidade da condição de dependência do escravo. Diante a eminência da perda de sua propriedade, ou do temor frente ao comportamento indolente do cativo, o proprietário lançando mão de concessão de liberdade condicional conseguia sustentar a posição hegemônica na relação escravista. A percepção de condescendência impressa na ação pública do proprietário tornava, perante a sociedade, qualquer atitude de desobediência do cativo em um comportamento de ingratidão. Dessa forma, o senhor recrutava o ex-escravo a permanente subserviência, perpetuando os laços de dependência

¹⁷² *Coleção das Leis do Império do Brazil de 1871*, Tomo XXXI, Parte I (Rio de Janeiro, 1871), páginas 147-151. In: CONRAD, 1978, p. 368.

¹⁷³ CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história dos últimos anos da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. p.130.

peçoal. Essa relação amenizava o conflito, sem prejuízo da ordem estabelecida e, na maioria das vezes, rendia benefícios aos proprietários.

A retomada dos debates políticos na Câmara dos Deputados, a partir de 1880, referentes à implantação de novas reformas nas relações escravistas, configurou-se momento propício ao agravamento das manumissões publicadas. A campanha abolicionista promovida na Corte por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio e o apoio popular conquistado, amedrontavam os proprietários mais cautelosos. O desenvolvimento das discussões reformistas, apontando para uma reestruturação na instituição escravocrata impulsionou a realização da prática de divulgação pública de liberdade nos jornais abolicionistas.

Hebe Mattos¹⁷⁴ analisou a onda de concessão de liberdade nos últimos meses antes da abolição da escravidão nas regiões mais resistentes à luta abolicionista de São Paulo. Nesse estudo, a historiadora percebeu que tal prática evidenciava a urgência dos senhores em minimizar a deserção dos escravos do trabalho nas lavouras cafeeiras frente à iminente abolição da escravidão.

A onda de concessão de alforria [...] representou principalmente uma última e desesperada estratégia de promover a transição para a liberdade, sob o controle dos antigos senhores, buscando reafirmar a prerrogativa senhorial de concessão da liberdade e os corolários de dependência e gratidão que tradicionalmente implicavam. Significou, assim, uma tentativa de retomar o controle do processo, a partir de um determinado “saber” senhorial sobre o liberto [...] e da própria confiança senhorial sobre a ascendência moral sobre os cativos [...].¹⁷⁵

A campanha abolicionista aproveitou o ensejo da divulgação das alforrias e edificou o discurso antiescravista sob as notas publicadas nos jornais. Nas regiões onde o movimento apresentava caráter mais moderado, como no interior da província de São Paulo e no Espírito Santo, a estratégia de promoção de liberdades condicionais, ou não, veiculadas por meio impresso, não deixava de ser uma maneira de impedir uma onda de desordem pública. Dirigida por membros da elite letrada, a campanha possuía como finalidade a extinção da escravidão, mas não devido a uma visão puramente baseada nos direitos humanos dos descendentes de africanos. A abolição era compreendida como um meio fundamental para a transformação do Brasil em uma nação moderna e civilizada. A existência de escravos em território nacional servia de entrave ao desenvolvimento do progresso material do país. O

¹⁷⁴ MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da Liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁷⁵ MATTOS, 1998, p. 237.

caráter humanitário do movimento convinha à fala dos abolicionistas em seus discursos públicos a fim de legitimar as atitudes coletivas de libertação dos cativos. Na realidade, a concepção dos idealizadores no movimento estava mais próxima dos senhores do que dos escravos, eles se percebiam moral e intelectualmente superiores àqueles que defendiam.

Citando W. Channing¹⁷⁶, Joaquim Nabuco iniciou o quarto capítulo da obra norteadora do movimento em prol do fim da escravidão, *O Abolicionismo*, intitulado “Caráter do movimento abolicionista”. Reafirmando a ideia da aproximação das concepções ideológicas dos líderes da campanha abolicionista e dos proprietários de escravos Nabuco, fundamentado no pensamento do autor inglês, disserta sobre a incapacidade dos negros de lutarem pela transformação de sua condição.

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa, e que [...] a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar [...].¹⁷⁷

Dessa forma, os abolicionistas representariam os advogados da causa escrava. Sem a intenção de prejudicar a lavoura, e de causar desentendimentos entre os senhores e seus cativos, a propaganda destinava-se a atacar apenas a instituição. Terminando o capítulo, o autor utiliza outra citação, dessa vez pertencente a Walter Scott, versando: “Não acordeis o escravo que dorme, ele sonha talvez que é livre”.¹⁷⁸

Os líderes do movimento abolicionista desenvolvido em Vitória demonstravam-se afinados com a campanha realizada em outras regiões do império, notadamente, na Corte. Joaquim Nabuco serviu de grande inspiração aos redatores do jornal *A Província do Espírito Santo*, onde seus artigos e discursos eram constantemente publicados nas páginas do periódico. Assim como Nabuco, Moniz Freire, proprietário do jornal e descendente de uma família proprietária de escravos, havia cursado o ensino superior e pertencia à elite política provincial. Afonso Cláudio, considerado por seus contemporâneos, proeminente abolicionista, não fugia à regra. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife, defendia ações de liberdade de escravos e

¹⁷⁶ “Não é por ação direta e pessoal sobre o espírito do escravo que lhe podemos fazer algum bem. É como os livres que nós devemos entender; é com estes que devemos pleitear a causa daquele. A lei eterna obriga-nos a tomar a parte do oprimido, e essa lei torna-se muito mais obrigatória desde que nós lhe proibimos levantar o braço em defesa própria”. NABUCO, 2000, p. 17.

¹⁷⁷ NABUCO, 2000, p.17.

¹⁷⁸ NABUCO, 2000, p. 21.

era filho de um fazendeiro escravista. Porém, a origem familiar e a estirpe econômica dos abolicionistas não chegavam a representar uma ambiguidade frente a suas concepções políticas. Na verdade, os libertos, os negros, os mulatos, enfim, membros aliados dos grupos abastados da sociedade, atrelados ao movimento abolicionista difundido nos jornais representavam exceções.

A Província do Espírito Santo, no primeiro ano de funcionamento de sua tipografia, publicou, de março a dezembro, vinte e uma notas de manumissões concedidas por particulares e através de ação de liberdade. Neste ano, Moniz Freire apareceu como protagonista de uma das notícias de alforrias: “Manumissão: o Dr. Moniz Freire, um dos redactores [sic] d’esta folha, concedeu carta de liberdade sem ônus algum à sua escrava Nazaria, que teceu-lhe ultimamente no inventário de seu avô, o Dr. José de Mello Carvalho”.¹⁷⁹

Nesse período, o movimento abolicionista nacional não apresentava a força dos anos anteriores. Joaquim Nabuco havia se exilado na Europa após uma derrota eleitoral, Luiz Gama estava muito doente e veio a falecer no fim do ano, e a campanha do Ceará sofria com a repressão das forças armadas. Entretanto, a situação sofreu uma reviravolta nos meses finais de 1882, e no ano seguinte, 1883, a campanha ressurgiu com a inauguração da Confederação Abolicionista na Corte, e o lançamento do livro *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. A pressão popular sob a política imperial refletiu-se na Fala do Trono, quando Dom Pedro, após um período de mais de dez anos, pronunciou-se a respeito da necessidade da realização de novos empreendimentos reformistas na escravidão. Nesse ano, *A Província do Espírito Santo* divulgou, em suas páginas, vinte e sete informações de alforrias, dentre elas, apenas duas remetiam à conquista de ação de liberdade por um cativo residente em terras capixabas, e uma referente à sentença assinada por um juiz em São João da Barra. Todas as demais eram relativas a alforrias particulares concedidas pelo senhor ao seu escravo.

Nas notas divulgadas pelo jornal, normalmente, atribuíam-se ao ato generoso dos senhores de alforriar seus cativos, os bons serviços prestados por este. Contudo,

¹⁷⁹ *A Província do Espírito Santo*, 20 de setembro de 1882.

outras motivações podiam levar um proprietário a conceder liberdade a seu subordinado, como a comemoração de alguma data especial.

Manumissão: Ante-hontem [sic] à noite, em reunião particular de seus amigos, o sympathico [sic] cavalheiro, Augusto Bandeira, chefe da estação telegraphica, [sic] concedeu carta de liberdade a sua escrava Lucia, ainda jovem, única que possuía.

O pensamento que presidiu a esse spontaneo [sic] e generoso acto [sic] por o jubilo que experimentou o nosso digno amigo pelo restabelecimento de sua exma. filha, que fôra [sic] accommettida [sic] de uma grave moléstia, tendo encontrado na Corte curativo radical. Accrescia [sic] a circumstancia [sic] de que completava ella [sic] ante-hontem [sic] mais um anniversario [sic].

As pessoas que presenciaram a nobilitante [sic] acção [sic] expressaram todos do modo mais significativo a satisfação que elle [sic] causava-lhes e abraçaram com effusão [sic] o extremoso pae [sic].¹⁸⁰

Geralmente, as notícias divulgadas nos jornais possuíam mensagens de incentivo à atitude benemerita de manumitir particularmente os escravos, e também de congratulações aos proprietários que haviam realizado tal ação. A exposição pública, conferida ao dono desapegado e bondoso, poderia também ser apontada como motivação para a contínua divulgação de alforrias. Possivelmente, aquele que se dispusesse a abrir mão de seu cativo, sem condições, conquistava certo *status* no interior da comunidade. A posição social alcançada, somada ao agravamento das manifestações populares em defesa da abolição realizadas em diversas regiões do império, refletiu no número de alforrias particulares divulgadas pelo jornal *A Província do Espírito Santo*, em Vitória. Durante o ano de 1884, sessenta e seis notas de alforrias circularam pelas ruas da cidade impressas nas páginas do periódico. Corroborando com a concepção de Hebe Mattos, provavelmente, as libertações estavam ligadas à iminência da votação parlamentar relativa às reformas nas relações escravistas anunciadas por Dom Pedro durante a Fala do Trono em 1884.

Os redatores, ou aqueles que enviavam as notícias ao jornal, não se preocuparam em acrescentar à nota de divulgação a condição pela qual ela tinha se realizado. Em 1882, dos vinte e um avisos registrados no jornal, treze apenas relatavam o fato, duas notícias eram relativas à ação de liberdade, quatro, anunciavam a concessão de alforria incondicional, e duas confirmavam a doação condicional da liberdade. No ano seguinte, em 1883, das vinte e sete publicações, apenas três abordavam ações

¹⁸⁰ *A Província do Espírito Santo*, 06 de outubro de 1883.

de liberdade e duas alegaram serem incondicionais. Das sessenta e seis divulgadas em 1884, 17 apresentavam-se incondicionais e três relacionavam-se a ações de liberdade, as demais não declaravam a condição de concessão da alforria. Entre as notas impressas, uma delas alegava-se motivada pelo aniversário do neto da proprietária do liberto:

Em prol da redempção [sic]: A exma. sra. d. [sic] Jacintha Leocadia Escobar Ribeiro, viúva do capitão honorário do exército José Francisco Pinto Ribeiro, attendendo [sic] aos bons serviços de seu único escravizado [sic] de nome Eusebio, de 36 annos [sic], padeiro, natural desta cidade, e para commemorar [sic] o 2º anniversario [sic] natalício de seu neto e afilhado Luiz de Gonzaga, filho legitimo [sic] de nosso amigo Francisco de Lima Escobar Araujo conferiu liberdade sem ônus algum do referido escravo.

Nossos parabéns a philantropica [sic] senhora.¹⁸¹

Francisco de Lima Escobar, além de funcionário público provincial, também participava das manifestações públicas em prol da abolição da escravidão realizadas pela Associação Libertadora Domingos Martins. Além dele, Antonio Ataíde, outro abolicionista, declarou liberto seu único escravo sem condição alguma de prestação de serviços, no dia 15 de abril de 1884. Afonso Cláudio, por sua vez, destacou-se como advogado de defesa de cativos em ações de liberdade, durante o período de agravamento do movimento abolicionista nacional.

Declarado livre – O sr. dr. juiz de direito desta comarca declarou livre por sentença a Luiz, ex-escravizado [sic] dos herdeiros de Candido Pinto, que indemnizou [sic] os seus ex-proprietarios [sic] do valor por que foi arbitrado.

Declarou livre a requerimento do dr. Affonso Claudio, a Valeriano, de José Corrêa da Costa, por não ter sido dado à matrícula.¹⁸²

Ainda em 1884, quatro das cartas de alforria incondicionais conferidas a escravos da região foram enviadas à Associação Libertadora Domingos Martins, a fim de que essa organização as entregassem aos referidos cativos em conferência pública no paço municipal da capital. Dessa forma, o senhor solenizava duplamente sua ação, publicando o consentimento de liberdade ao seu escravo e, também, louvando sua benevolência nas ruas da cidade.

Em prol da redempção [sic]: O cidadão Bernardino das Neves Subtil restitui à liberdade sem condição, sua escravizada [sic] Joaquina, parda, de 28 annos [sic], em attenção [sic] aos seus bons serviços.

A carta de emancipação foi endereçada a *Libertadora Domingos Martins* para ser entregue.¹⁸³

¹⁸¹ *A Província do Espírito Santo*, 22 de junho de 1884.

¹⁸² *A Província do Espírito Santo*, 10 de maio de 1884.

¹⁸³ *A Província do Espírito Santo*, 16 de maio de 1884.

Após o surto de manifestações abolicionistas ocorrido em 1884, com a difícil votação do Projeto Dantas, e posteriormente, do Projeto Saraiva no parlamento, a campanha antiescravista se estagnou. As províncias do Ceará e do Amazonas já se declaravam isentas de escravos. O Rio Grande do Sul continuou com o movimento para a substituição da mão de obra escrava em livre. A proposta de lei em tramitação na Câmara dos Deputados limitava o preço máximo das alforrias e previa uma quantia maior do que aquela pedida pelos abolicionistas aos proprietários de escravos.

Nas conferências realizadas nas ruas, os idealizadores do movimento incentivavam os senhores a libertarem seus escravos por módicas somas de dinheiro, ou se possível, gratuitamente. Com o projeto de lei, os escravos poderiam gerar mais lucro para seus proprietários, mesmo sendo manumitidos pelo fundo provincial, ou pelas doações de associações libertadoras. Os líderes abolicionistas do Ceará pediam aos senhores que libertassem seus escravos mediante o pagamento de 100\$000, e assim suprimiram a instituição de suas terras. Na Corte, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco procuraram imitar os vitoriosos cearenses, e nos *meetings* promovidos na cidade, conseguiram eliminar os escravos em algumas ruas. No entanto, a lei que foi sancionada pelo Parlamento Nacional, instituía a seguinte tabela de preços dos escravos:

Escravos menores de 30 anos [sic].....	900\$000
“ de 30 a 40 anos [sic].....	800\$000
“ “ 40 a 50 anos [sic].....	600\$000
“ “ 50 a 55 anos [sic].....	400\$000
“ “ 55 a 60 anos [sic].....	200\$000 ¹⁸⁴

A Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885, dificultou a continuidade do desenvolvimento da campanha abolicionista em algumas regiões do Império. A província do Espírito Santo foi uma delas e o reflexo dessa conjuntura pode ser confirmado pela brusca queda na divulgação de alforrias pelo jornal local. Nos anos de 1885 e 1886, considerado por Joaquim Nabuco, anos do já mencionado “eclipse abolicionista”, o periódico *A Província do Espírito Santo* publicou, respectivamente, vinte e cinco, e vinte e duas notas de alforrias particulares. Nesse período, a redação privilegiou as informações referentes ao pagamento, ou não, da alforria.

¹⁸⁴ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1885*, Parte I, Tomo XXXII (Rio de Janeiro, 1886), páginas 14-19. In: CONRAD, 1978, p. 375.

Muitas vezes, não anunciava se a liberdade havia sido concedida condicionada à prestação de serviços, ou incondicionalmente, mas constava se fora cedida pelo proprietário, ou comprada pelo escravo.

Manumissões- A sra. d. [sic] Joanna Rosa de Salles, residente na parochia [sic] de Queimado, conferiu graciosamente liberdade à sua escravizada [sic] Joaquina, de 18 annos [sic] de idade [sic].

O sr. cap. [sic] Antonio Alves de Asedo fez igual [sic] favôr [sic] ao seu escravizado [sic] Eduardo de 40 annos [sic].

O sr. Manoel Thomaz de Paiva Junior, mediante indemnisação [sic] pecuniária conferiu titulo de liberdade à sua escravizada [sic] Maria, de 24 annos [sic] de idade [sic].¹⁸⁵

A partir do segundo semestre de 1886, o panorama de estagnação foi abandonado e a campanha voltou a apresentar nova agitação. As manifestações públicas voltaram a povoar as páginas do jornal *A Província do Espírito Santo*. A província de São Paulo entrou na contenta abolicionista radicalizando a campanha. Na capital paulista, Antônio Bento, e os caifazes – cocheiros abolicionistas pertencentes ao grupo do líder do movimento em São Paulo – promoviam além de conferências públicas e publicação de artigos abolicionistas no jornal *Redenção*, fugas em massa das fazendas da região. Na cidade de Santos, formou-se o mais radical núcleo do movimento abolicionista. Na Corte, o senador Dantas expunha novas propostas políticas prevendo a supressão definitiva da escravidão em *meetings* realizados pela Confederação Abolicionista nas ruas e nos teatros. Na província do Espírito Santo, a Irmandade de São Benedito da Igreja do Rosário inaugurou uma associação libertadora, e restabeleceu o debate antiescravista nos espaços públicos da cidade de Vitória.

Em 1887, quando o movimento abolicionista retornou fortalecido à cena política nacional, o jornal *A Província do Espírito Santo* registrou trinta e quatro notas de alforria particulares. Apenas uma referente à ação de liberdade de escravos. As notícias de promoção de liberdade em São Paulo entraram em cena, e passaram a ser divulgadas pelo impresso capixaba. Cachoeiro do Itapemirim, importante região agrícola do Espírito Santo, rica pela produção cafeeira, ocupou lugar de destaque nas publicações de alforrias. Os proprietários do sul da província, a exemplo dos fazendeiros paulistas, apareceram nas páginas do periódico libertando seus cativos.

¹⁸⁵ *A Província do Espírito Santo*, 03 de abril de 1885.

Em prol da redempção [sic]: A exma. sr. d. Jacintha de Pinto Souto Bello fazendeira no Itapemirim, deu liberdade a todos seus escravos, em regozijo da notícia do restabelecimento de sua magestade [sic] o imperador.

São estes os libertandos [sic]: Margarida, de 23 annos [sic]; Lydia, de 29; Christina, de 30; Catharina, de 34; Paulina, de 34; Umbelina, de 36; e Joanna de 38.

Também o nosso illustre [sic] amigo e co-religionario [sic] o exm. sr. dr. [sic] Leopoldo Cunha, ali residente, libertou no mesmo dia os escravos: Joaquim, de 45; e Lourenço, de 44 annos [sic] de idade [sic].¹⁸⁶

Contudo, as manumissões realizadas em Vitória continuavam a configurar a maioria das publicações presentes no jornal *A Província do Espírito Santo*. Outras localidades como Ubá, em Minas Gerais, Goiás, Santa Leopoldina, Rio de Janeiro, também apareceram contempladas com a divulgação de alforrias realizadas por proprietários de suas regiões. Neste momento, é interessante notar, que poucos foram os casos onde se descreveu, na nota veiculada, apenas um escravo libertado, assim como acontecia nos anos anteriores e começou a mudar em 1886. Além dos títulos tradicionalmente atribuídos aos informativos de liberdade, os números avultosos de alforrias passaram a ser, também, utilizados. Entre os anúncios, destacam-se: “78 liberdades”; “80 libertações”; “104 liberdades”; “208 liberdades”; e “Cento e seis liberdades”.

208 liberdades – O sr. José de Campos Salles fazendeiro no município de Campinas, reuniu os seus escravos, em número superior a 200 e prometeu [sic] dar-lhes a liberdade, prestando elles [sic] serviços por mais 4 annos [sic].

- O sr. Antonio de Queiroz Ferreira, fazendeiro nas immediações [sic] da Estação da Louveira, reuniu há poucos dias os seus escravos, que são em números de oito declarando-lhes que lhes concedia a liberdade, sob condição de lhe prestarem quatro annos [sic] de serviços.¹⁸⁷

É interessante perceber, na citação, a crença na permanência da escravidão por quatro annos, ou mais. No novo projeto de lei apresentado por Dantas, esse senador propunha, em 1886, a aprovação de uma medida que pusesse fim à escravidão em um prazo de cinco annos. A visão contemporânea frente a essa proposta julgava-a radical, os políticos moderados previam a extinção da escravidão apenas na virada do século, em 1899. No anno de 1888, as publicações de notas de alforrias permaneceram constantes. De janeiro a maio, somaram-se vinte e uma. Os incidentes abolicionistas promovidos por todo o território, e a iminência de um projeto definitivo de supressão da ordem escravista, fizeram crescer o número de concessões de liberdades pelos senhores a seus cativos. Os paulistas não mais

¹⁸⁶ *A Província do Espírito Santo*, 21 de abril de 1887.

¹⁸⁷ *A Província do Espírito Santo*, 14 de junho de 1887.

resistiam à imposição da abolição, e sim, posicionavam-se favoráveis a ela. A mudança no discurso ocorreu de forma clara, os proprietários interessados na permanência do ex-escravo em suas terras ofereciam-lhe um acordo de participação da produção como forma de pagamento. O senhor disponibilizava parte de suas terras para o liberto cultivar café, ou outro tipo de gênero alimentício, e posteriormente, comercializá-lo nas feiras da região.

Ave, libertas! – o sr. João Ferreira de Aguiar Sá Filho residente em S. José do Calçado, declarou libertos os seus escravos em número de 23, no fim de corrente anno [sic], dando meiação [sic] em sua lavoura de café àquelles [sic] que se conservarem em sua companhia.¹⁸⁸

As notas de alforria publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo* serviram aos interesses dos senhores de escravos, quando, utilizando tal estratégia, conseguiam manter sob laços de dependência pessoal seus ex-escravos. Dessa forma, mesmo gozando de liberdade, permaneciam ligados ao ex-senhor e a ele deviam obediência. A divulgação de liberdades doadas, compradas ou conquistadas pelas ações judiciais, estavam atreladas ao movimento abolicionista e suas vitórias políticas. Ao sinal de fortalecimento da campanha, e iminência de reformas na instituição escravista proporcionada pelo parlamento, cresciam os números de liberdades publicadas no jornal. Sendo assim, a concessão de alforrias particulares, as aquisições pecuniárias de manumissões pelos escravos e o aumento dessas frente ao agravamento do movimento abolicionista nacional, podem ser compreendidos como reflexos da pressão da propaganda antiescravista. Embora, os anúncios tornassem as ações senhoriais em atos humanitários, corroborando com os interesses escravistas, não se pode deixar de exaltar a importância das concessões de liberdade para os cativos. E o papel decisivo da campanha em prol da abolição desenvolvida na província do Espírito Santo, em coerência com a realizada nacionalmente, para a contínua adesão dos proprietários e escravos no processo de supressão da escravidão.

3.3 LIBERTAS QUAE SERA TAMEM

Após a substituição da Associação Libertadora Primeiro de Janeiro, em 1878, pela Associação Beneficente da Irmandade São Benedito do Convento de São Francisco,

¹⁸⁸ *A Província do Espírito Santo*, 14 de abril de 1888.

não se registrou o aparecimento de nenhuma sociedade antiescravista na capital até 1883. Nos principais jornais existentes na cidade de Vitória, durante a década de 70 e início de 80, não foram publicadas quaisquer informações a respeito da atividade emancipacionista. Ao contrário do ocorrido na Corte, no Ceará, em Pernambuco e em outras províncias, durante o período de ressurgimento do discurso reformista na Câmara dos Deputados, não foram inauguradas associações abolicionistas na capital do Espírito Santo. Todavia, a situação descomprometida com a propaganda abolicionista iniciada em outras localidades imperiais, sofreu uma transformação em 1882. Com o encontro de idealizadores abolicionistas e o estabelecimento do jornal *A Província do Espírito Santo*, a campanha antiescravista inaugurou-se em Vitória.

O movimento abolicionista da capital fortaleceu-se, ainda mais, no ano seguinte, quando duas sociedades libertadoras anunciaram sua fundação no periódico. Aproveitando o ensejo do surgimento da Confederação Abolicionista na Corte, instituiu-se, na mesma cidade, a Sociedade Abolicionista Espírito Santense. Tratava-se de uma organização liderada por estudantes capixabas residentes no Rio de Janeiro. O objetivo antiescravista da sociedade fundamentava-se em promover uma mudança na concepção política dos habitantes da província do Espírito Santo. Por meio de correspondências enviadas à tipografia do jornal *A Província do Espírito Santo* e divulgadas à população, os agitadores movimentavam o debate abolicionista em Vitória. Nos artigos publicados, os idealizadores da campanha antiescravista abordavam o processo de desenvolvimento das discussões em torno das reformas na escravidão realizadas no parlamento. As conferências públicas e as contendas travadas pelos articulistas da Corte também eram abordadas pelos membros da Abolicionista Espírito Santense em seus textos. A publicação do informativo acerca da inauguração da sociedade aconteceu nos primeiros dias de julho, contudo o exemplar existente encontra-se, nos dias de hoje, mutilado, impossibilitando a reprodução.

Dias depois da notificação da fundação da associação abolicionista capixaba na Corte, o periódico *A Província do Espírito Santo* divulgou a inauguração de uma filial em Vitória. A diretoria da organização ficara sob responsabilidade de sócios das antigas sociedades libertadoras que vigoraram na capital, e dos novos idealizadores da campanha. Entre eles: Candido Costa, Lima Escobar, João Aguirra, Aleixo Netto, Couto Teixeira, Domingos Francisco, Ribeiro Coelho, e Cleto Nunes.

Movimento Emancipador:

Cedendo à propaganda geral que hoje se faz por todo o paiz [sic], a nossa capital vae [sic] ter também uma sociedade abolicionista. [...]

No próximo domingo e no salão do paço municipal deverão se reunir todos os adherentes [sic] do movimento sympathico [sic] emancipador, afim de [sic] constituir a projectada [sic] sociedade e de assentar as bases de sua organização.

Crêmos que nem-um [sic] espírito liberal e civilizado [sic] se recusará a prestar o seu nome e o seu esforço para fazer da nova sociedade uma guerrilha seria [sic] e efficaz [sic], pacata e conveniente, contra o erro que mais pesa para a morosidade do progresso nacional. [...]

Não se cogita de uma propaganda carbonária de um saqueiamento [sic] à bolsa individual, de atropellos [sic] à propriedade; a sociedade victoriense [sic] não deverá assumir um character [sic] bellicoso [sic] e hostil dos interesses retardatários – mais valem a persuasão e o conselho, a prédica e o trabalho.

Em seu caminho não terá de semeiar [sic] desgostos, nem alevantar ódios: sua influência será benéfica, sua intervenção amiga e moralisadora [sic].¹⁸⁹

Do intento em fundar uma ramificação da Abolicionista Espírito Santense na capital, surgiu a Associação Libertadora Domingos Martins. Embora a filial tenha se tornado outra organização abolicionista, a sociedade estabelecida na Corte não suprimiu seus projetos antiescravistas em Vitória. As correspondências enviadas à tipografia do impresso *A Província do Espírito Santo* foram devidamente divulgadas ao público. As associações se aliaram, e os líderes residentes no Rio de Janeiro compuseram a representação espírito santense na Confederação Abolicionista.

Os textos destinados à divulgação remetidos pelos membros da Abolicionista Espírito Santense veiculavam sob a denominação “Propaganda e propagandistas” ou “A propaganda Abolicionista”. Foram frequentes durante o segundo semestre de 1883, contudo desapareceram nos anos seguintes. No decorrer do desenvolvimento da campanha abolicionista em Vitória, as diretorias das associações libertadoras se desentenderam. Em 1884, auge da radicalização do movimento contra a manutenção da instituição escravista nacional, a Abolicionista lutava por maior seriedade na propaganda. Colocava-se contrária à promoção de festas com o intuito de libertar escravos, assim como praticava a Libertadora Domingos Martins. Os idealizadores abolicionistas, membros dessa sociedade, acreditavam que os escravos deviam ser verdadeiramente instruídos a batalharem pela liberdade. Argumentavam a respeito da concessão de alforrias, e condenavam tal prática, pois percebiam que esta não preparava os escravos para a vida de liberto.

¹⁸⁹ *A Província do Espírito Santo*, 04 de agosto de 1883.

No dia 11 de maio, realizava-se a terceira conferência cujo orador – Antonio Francisco Ataíde versou sobre a reorganização social, a localização dos serviços e a luta contra a vagabundagem. Foi ótima! Secundava a idéia dos comerciantes: - “Devia-se pensar no futuro dos escravos, quando libertos: prepará-los e civilizá-los, de modo que o trabalho, antes, penitência, castigo e vexame, passasse a um DEVER [...].¹⁹⁰

Nas páginas do jornal *A Província do Espírito Santo*, a ênfase da campanha voltou-se às manifestações públicas realizadas pela Associação Libertadora Domingos Martins e, a partir de 1884, pela Sociedade Abolicionista Literária Pessanha Póvoa.

Libertadora Domingos Martins – Ante-hontem [sic] como havíamos noticiado houve no paço da câmara municipal, às 6 horas da tarde, uma reunião de distintos [sic] cavalheiros de nossa sociedade, para o fim de fundar uma associação libertadora nesta capital.

Congregadas umas vinte pessoas, das quaes [sic] quasi [sic] todas tradusiam [sic] adhesões [sic] de outras que não haviam podido comparecer, o sr. João Aguirra propoz [sic] e a assembléia acceitou [sic] a escolha de um dos redactores [sic] desta folha, Cleto Nunes, para presidir a reunião, e este convidou o sr. Candido Costa para servir de secretário.

Exposto pelo nosso colega os motivos que congregavam ali as pessoas presentes o redactor [sic] d'esta folha Moniz Freire propoz [sic] e foi acceito [sic] que a sociedade tivesse o baptismo [sic] de Libertadora Domingos Martins em homenagem ao sublime heroe [sic] de 1817 martyr [sic] da liberdade e da pátria e um dos mais distinctos [sic] filhos d'esta província.

O presidente propoz [sic] ainda que nos estatutos da sociedade garantisse-se a entrada das exmas. sras. [sic] que desejassem concorrer para a humanitária obra da emancipação [...].¹⁹¹

As reuniões da associação Libertadora Domingos Martins realizavam-se, na maioria das vezes, no paço municipal, facilitando, dessa forma, a concorrência de diversos tipos de pessoas. Durante o período compreendido entre a data de sua fundação, em agosto de 1883, à última notícia relativa ao funcionamento dessa sociedade libertadora, em maio de 1885, somaram-se quarenta e cinco notas publicadas referentes a suas atividades no jornal *A Província do Espírito Santo*. Entre os anúncios divulgados sobre a campanha realizada pela sociedade, trinta e duas concentravam-se nos exemplares em circulação no ano de 1884. Como os proprietários do periódico dirigiam também as realizações públicas da Libertadora, todos os eventos promovidos por ela na cidade eram devidamente anunciados pelo impresso.

No segundo semestre de 1883, a sociedade promoveu três reuniões no paço municipal. Os informativos veiculados pelo jornal sobre as reuniões e as decisões tomadas na ocasião destas totalizaram oito notas. A lista nominativa dos sócios da

¹⁹⁰ NOVAES, sd, p. 124.

¹⁹¹ *A Província do Espírito Santo*, 07 de agosto de 1883.

Libertadora foi divulgada no exemplar do dia 19 de agosto de 1883. Nessa relação constava o nome de sessenta e dois homens e doze mulheres, consistindo nas esposas ou nas mães dos cavalheiros arrolados. Os encontros eram públicos e pode-se imaginar um número superior de adesões à causa abolicionista. Contudo, possuir o nome impresso no jornal, principalmente, ligado ao movimento antiescravista, possivelmente, proporcionava certo *status* frente à sociedade. Dessa forma, apenas os senhores e as senhoras pertencentes aos estratos abastados da sociedade participavam como fundadores da sociedade em questão. O destaque dado à profissão dos sócios fundadores da Libertadora junto ao nome na lista de fundação, dado pelo periódico, corrobora tal ideia.

Configuravam também formas de publicidade pessoal ligada ao movimento abolicionista o envio de carta de alforria e as doações de brindes à quermesse promovida pela Libertadora. No decorrer do ano de 1884, muitos senhores concederam a liberdade particular a seus escravos. Anúncios de manumissão ilustraram as páginas do jornal *A Província do Espírito Santo*. Alguns senhores além de divulgarem a ação de alforriar seu escravo, também confiavam as cartas à Libertadora Domingos Martins. Dessa forma, as manumissões eram entregues durante a realização de conferência pública, proporcionando maior repercussão ao feito senhorial. Aqueles que doassem à quermesse e ao bazar promovido pela Libertadora também tinham o nome divulgado no jornal. Logo, além de evidenciar as atitudes antiescravistas de ilustres moradores de Vitória, a publicação de concessão de alforria e de doação de fundos ou brindes, produziu maior visibilidade à campanha. Políticos, médicos, advogados, comerciantes, entre outros, percebendo a ação benemérita praticada por membros da comunidade poderiam sentir-se impelidos a atuar da mesma maneira.

Para a Kermese [sic] da Libertadora: Entregou-nos hontem [sic] o sr. A. Moreira Dantas um galhar [sic] do porta-cartão de metal amarello, [sic] encrustado de finas allegorias [sic] desenhadas sobre o fundo preto.

É um delicado mimo para uma sala de gosto.¹⁹²

Em abril de 1884, a Libertadora Domingos Martins voltou a noticiar suas reuniões. Como no ano anterior as informações referiam-se apenas à inauguração e à publicação dos estatutos de funcionamento, outro encontro definiu as estratégias de ação. Dessa vez, a reunião ocorreu na casa de Afonso Cláudio e contou apenas

¹⁹² *A Província do Espírito Santo*, 26 de julho de 1884.

com a concorrência dos sócios fundadores da associação. Entre as resoluções discutidas, “resolveu-se mais representar à assembléia provincial pedindo a criação [sic] de impostos sobre a propriedade escrava [...] sendo tal renda, [...] reverter líquida de porcentagens, em favor dos cofres da *Libertadora*”.¹⁹³

Após o anúncio de retomada das atividades da sociedade, uma conferência pública foi marcada no paço da câmara municipal. No evento Afonso Cláudio planejava proferir o discurso intitulado “A escravidão no Brasil considerada segundo a legislação pátria”, enquanto as senhoras pertencentes à diretoria, arrecadariam donativos dos concorrentes.

No dia 22 de abril, o jornal *A Província do Espírito Santo* informou a respeito dos acontecimentos abolicionista promovidos pela *Libertadora Domingos Martins*, em conferência pública realizada no paço.

Como previamente noticiamos no Domingo à noite, realizou-se no paço da municipalidade a primeira das conferências da *Libertadora Domingos Martins*.

Um crescido número de cavalheiros e algumas senhoras honraram a festa litteraria [sic], trasendo [sic] o concurso de suas adhesões [sic] ao movimento pacífico e legal que a *Libertadora* inicia em prol da redempção [sic] dos escravizados [sic]. [...]

À entrada do edifício tocou a banda marcial do *Thalianos*, que graciosamente prestou-se à esse acto [sic]. [...]

Foi principalmente sob o aspecto jurídico – histórico que o dr. Affonso Claudio estudou na conferência o problema da escravidão. [...]

Concluindo sua conferência, fez um novo appello [sic] ao público. Disse que esperar do estado a solução dessas questões é uma utopia; que o meio mais suave para chegar a solver o problema da emancipação é a indemnisação [sic] do valor do escravo. Mas isso o governo não pode fazer [sic] porque as finanças do paiz [sic] não comportam, e tanto que o estado nunca pode cumprir a compra por apólices dos serviços dos ingênuos.

É preciso, pois, que o próprio paiz [sic] vá contribuindo para a resolução legal e pacífica da aspiração nacional.

É esse o fim da *Libertadora Domingos Martins*; que espera ver abraçada por todas as classes sociais que mostraram a sua sympathica [sic] adhesão [sic] à cauda da liberdade com o seu comparecimento àquela festa.¹⁹⁴

Ao término da conferência, as pessoas que prestigiaram o evento, acompanhados da banda de música, seguiram Afonso Claudio até sua residência.

A segunda conferência realizada pela *Libertadora* ocorreu dias depois da supra noticiada. Dessa vez o salão da Câmara Municipal foi o espaço escolhido para

¹⁹³ *A Província do Espírito Santo*, 17 de abril de 1884.

¹⁹⁴ *A Província do Espírito Santo*, 22 de abril de 1884.

ocorrência do evento. “O assumpto [sic] especial da conferência foi a questão do trabalho, e dos meios de emancipação”.¹⁹⁵ Para a promoção da libertação dos escravos, os palestrantes acreditavam no meio legal, utilizando as cláusulas da lei de 28 de setembro de 1871. A ação de liberdade e as manumissões compradas foram defendidas como as melhores soluções. O sistema de parceria, aos olhos dos conferencistas, representava uma saída à vadiagem, possivelmente resultante da onda de concessões de alforrias. A imigração espontânea não figurava o empreendimento mais acertado à questão da substituição da mão de obra.

Enquanto a Libertadora Domingos Martins movimentava a propaganda abolicionista na cidade de Vitória, outra associação entrou em cena. O Clube Literário Abolicionista Pessanha Póvoa iniciou suas atividades, concomitantemente ao processo de retomada das atividades da Libertadora Domingos Martins. Tal alcunha procedia do nome do idealizador e fundador da associação. José Joaquim Pessanha Póvoa nasceu em São João da Barra, no ano de 1836, na província do Rio de Janeiro, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, exerceu a profissão de advogado na Corte, onde defendeu muitos casos de ação de liberdade. Em 1875, chegou a Vitória, onde residiu pelo resto da vida, exceto nos anos de 1890 e 1891, quando exerceu cargo de chefe de polícia do Rio de Janeiro. Na capital da província do Espírito Santo desempenhou função de diretor do Atheneu Provincial, foi deputado provincial e atuou na imprensa redigindo artigos para os periódicos *A Província do Espírito Santo* e *Folha da Victoria*.

O Clube Literário Abolicionista, assim como a Libertadora Domingos Martins lutava contra a escravidão promovendo conferências públicas e eventos a fim de arrecadar verbas para manumissão de cativos. Também não possuía caráter radical, realizava a campanha abolicionista utilizando meios legais, como a compra de cartas de alforria e defendendo ações liberdade. No mesmo dia em que a Libertadora promoveu seu segundo *meeting* no paço da câmara municipal, “o Club [sic] Litterario [sic] Pessanha Póvoa, precedido da música do Rosário percorreu as ruas da cidade esmolando em favor da libertação dos captivos [sic].”¹⁹⁶

¹⁹⁵ *A Província do Espírito Santo*, 29 de abril de 1884.

¹⁹⁶ *A Província do Espírito Santo*, 29 de abril de 1884.

A Libertadora Domingos Martins, dando continuidade à campanha abolicionista na capital, divulgou uma nota dirigida aos advogados e promotores da cidade de Vitória e também à imprensa. O artigo solicitava aos redatores locais que se negassem a publicar anúncios de fugas de escravos nos jornais, e ainda, pedia aos advogados da capital que não aceitassem casos contra escravos.

A Libertadora publicou cinco boletins no jornal *A Província do Espírito Santo*, no decorrer de 1884. Neles descrevia as atividades realizadas pelos idealizadores e também as ações futuras. No primeiro boletim da associação uma quermesse apareceu como o próximo empreendimento a ser realizado na capital, e convocou os habitantes a colaborarem enviando brindes e donativos. A quermesse tinha como objetivo arrecadar fundos para promover a libertação de cativos em conferências públicas. Outra notável atitude da Libertadora, expressa em boletim, consistia na criação de um *Livro de Ouro*, onde as alforrias particulares seriam registradas. Dessa forma, os abolicionistas prestariam uma homenagem aos senhores e aos escravos libertados. Na Corte, os idealizadores da Confederação Abolicionista procediam da mesma maneira, os proprietários que libertassem seus cativos tinham o nome escrito no *Livro de Ouro*.

No mês de maio de 1884, uma proposta de lei apresentada na Assembleia Provincial a fim de se criar um imposto sob o subsídio dos deputados de 10% foi aprovada. Pouco a pouco os legisladores provinciais repassavam as verbas à Libertadora. O jornal *A Província do Espírito Santo* não deixava de publicar os nomes dos deputados que faziam o pagamento.

Offerecimento [sic]: O nosso collega [sic] Moniz Freire ofereceu [sic] à *Libertadora Domingos Martins* 21\$800 rs. ou 10% sobre o subsídio a que tem direito como deputado à assembléia provincial, pela 2ª mez [sic] de sessão.¹⁹⁷

Pode-se perceber o alcance social conquistado por essa associação libertadora. No jornal, nas ruas, na Assembleia Provincial e no fórum, enfim, na maioria dos espaços urbanos, a Libertadora se infiltrava e procurava instaurar suas ideias abolicionistas.

Ainda no mês de maio, as duas sociedades antiescravistas em funcionamento na capital promoveram, no mesmo domingo, dois eventos distintos. O Clube Literário Pessanha Póvoa realizou uma regata na baía de Vitória e a Libertadora Domingos Martins organizou sua terceira conferência pública. Nas páginas do impresso *A*

¹⁹⁷ *A Província do Espírito Santo*, 13 de maio de 1884.

Província do Espírito Santo, no dia 13, circulou a notícia de ambos os festejos, e a grande concorrência da população prestigiando-os. Durante a conferência no paço municipal foram lidas cinco cartas de liberdade, das quais três foram entregues aos libertos presentes. Nessa ocasião, Antonio Ataíde proferiu o discurso da noite, ao contrário das outras conferências onde Afonso Cláudio havia se pronunciado. Na regata, as senhoras presentes arrecadaram pouca soma de dinheiro para os fundos de manumissão do clube.

Após a terceira manifestação pública de combate à escravidão, a Libertadora Domingos Martins continuou insistindo aos moradores de Vitória que colaborassem com a quermesse.

Libertadora Domingos Martins – A patriótica sociedade, que tem merecido as palmas e as adhesões [sic] da população sensata da província por seu proceder rectilíneo [sic] e prudente na crusada [sic] emancipadora, actualmente [sic] affaga [sic] o propósito de realizar [sic] um grande basar [sic] de prendas e um concerto musical.

Para a realisação [sic] do basar [sic] a *Libertadora* pede por nosso intermédio a cooperação valiosíssima das exmas. [sic] senhoras, do commercio [sic], e de todos quantos não são indifferentes [sic] à causa da redempção [sic] dos captivos [sic].

Juntando o nosso appello [sic] ao da *Libertadora*, desde já recebemos em nosso escriptorio [sic] qualquer brinde ou donativo que se destine a projectada [sic] *quermesse*.¹⁹⁸

Até agosto de 1884, a Libertadora Domingos Martins continuou publicando os boletins e os avisos de reuniões fechadas da diretoria na casa de Afonso Cláudio no jornal. Os envios de brindes para a quermesse também permaneceram sendo divulgados. Contudo, no segundo semestre de 1884, nenhuma nota relativa às atividades da Libertadora foi veiculada no impresso. Assim como não se publicou a respeito das atividades do Clube Literário Pessanha Póvoa. Talvez tal evidência tenha relação direta com a estagnação apresentada pelo movimento abolicionista nacional nesse período. Entretanto, em janeiro de 1885, as reuniões da associação libertadora em questão voltaram a ser notícia nas páginas do periódico *A Província do Espírito Santo*. A quermesse novamente surgia como uma promessa, contudo, nunca foi realizada. No dia 14 de maio de 1885, os redatores do *A Província do Espírito Santo* anunciaram a entrega de todos os donativos e brindes enviados a tipografia por sócios e simpatizantes do movimento na capital para a diretoria da Libertadora. Cinco meses depois, uma carta publicada na Coluna “À Pedido” do

¹⁹⁸ *A Província do Espírito Santo*, 17 de maio de 1884.

jornal, assinada somente por “um sócio”, manifestava a insatisfação de um morador com o repentino sumiço da sociedade abolicionista sem uma prestação de contas:

S. “Domingos Martins”

Não se falando mais d'essa sociedade, achando conveniente que se diga pela imprensa quanto existe dos saldos não só do Concerto, como das conferências e kermesses [sic] e o onde se acha depositada essa quantia e o que d'ella [sic] se pretende fazer.

*Um sócio.*¹⁹⁹

Durante um período de dois anos – de junho de 1885 a junho de 1887 – o jornal *A Província do Espírito Santo* não publicou qualquer notícia sobre o funcionamento de associações libertadoras em Vitória. Também não apareceram notas referentes a ações individuais dos sócios fundadores da Libertadora Domingos Martins, ou da Abolicionista Espírito Santense, com relação à luta contra escravidão. As conferências públicas e eventos de arrecadação de fundos para a manumissão já não foram relatados. Somente em 1887, com a inauguração da Beneficente Libertadora, associação ligada às atividades da irmandade de São Benedito do Rosário, a cidade de Vitória voltou possuir uma sociedade abolicionista.

Beneficente Libertadora – Realizou-se como havíamos noticiado, no domingo ultimo, pelas 12 horas do dia, na capella [sic] do Rosário d'esta cidade, a installação [sic] de uma associação sob aquele título e como os nobres fins de proteger os seus associados que cahirem [sic] em indigência, assim como redimir os que forem captivos [sic].

A libertação terão [sic] sempre logar [sic] no dia da festividade de S. Benedicto [sic] do Rosário e no da de S. Benedicto [sic] do convento Franciscano, devendo ser entregues as cartas em acto [sic] solemne [sic] ou festivo.

Presentes grande número de sócios fundadores da humanitária associação e depois da leitura dos respectivos estatutos, procedeu-se à eleição da mesa efectiva [sic]. [...]

À nascente associação almejamos longos annos [sic] de existência e felizes resultados em seu caridoso e patriótico escopo.²⁰⁰

A província de São Paulo, antes contrária a reformas nas relações escravistas, em 1887, aderiu ao movimento abolicionista fortalecendo-o nacionalmente. Em sua capital, um grupo de agitadores antiescravista, liderado por Antonio Bento, inaugurou atividades radicais contra os senhores de escravos. Além de realizar medidas legais de libertação, utilizando a propaganda pela imprensa e a arrecadação de fundos de manumissão, também recorreu a fugas em massas de

¹⁹⁹ *A Província do Espírito Santo*, 16 de outubro de 1885.

²⁰⁰ *A Província do Espírito Santo*, 12 de julho de 1887.

escravos das fazendas da região. O grupo de Antonio Bento reunia-se na Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, inclusive, a sede do jornal distribuído por ele *Redenção*, estabeleceu-se neste local. Em Campos, uma revolta abolicionista se instaurou em suas ruas. Agitadores promoviam fugas de escravos das fazendas e os acoitavam até conseguirem removê-los para outras localidades do império. Os abolicionistas de Campos, liderados por Carlos de Lacerda, sofreram graves retaliações das forças armadas e emboscadas dos senhores lesados por suas atividades. As províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, viveram momentos de tensão provocados por grupos abolicionistas radicais. Os proprietários de terras dessas regiões representavam a força política nacional no parlamento. Ao verem suas fazendas e a de seus correligionários vazias, sem escravos, aderiram ao movimento contrário à manutenção da escravidão. Dentro dessa lógica, inaugurou-se, em Vitória, a última sociedade abolicionista capixaba, a Beneficente Libertadora, assim como em São Paulo, ligada às atividades religiosas de uma irmandade.

Da mesma maneira como reagiram os redatores do jornal antiescravista em Vitória, *A Província do Espírito Santo*, nos últimos anos da escravidão, a nova sociedade libertadora manteve-se também moderada em suas atividades. Não há registros impressos no periódico referente a conferências realizadas pela libertadora e muito menos, fugas de escravos. O objetivo da associação inaugurada pela irmandade de São Benedito do Rosário fundamentava-se na promoção de manumissão de cativos por meio de verbas arredadas. A forma de recolhimento se daria nas festas de São Benedito realizadas pelo Convento de São Francisco e pela Igreja do Rosário. Assim como em bazar e quermesses organizadas pela Beneficente Libertadora. No entanto, apenas um evento fora realizado pela associação.

Leilão de prendas – A sociedade Beneficente Libertadora do Rosário em reunião do último domingo resolveu effectuar [sic] nos dias 26 e 27 do andante, a kermesse [sic] annunciada [sic] para o dia 31 de outubro findo e que por motivos justos deixou de ter logar [sic].

A sociedade tratou também de assumpto [sic] referentes à libertação de seus associados captivos [sic].²⁰¹

Embora a campanha abolicionista em Vitória não tenha assumido caráter radical, como nas outras províncias, as ações da Beneficente Libertadora e as transcrições publicadas no *A Província do Espírito Santo*, possuíram papel importante na manutenção do movimento. Mesmo sem uma postura assertiva com relação às

²⁰¹ *A Província do Espírito Santo*, 16 de novembro de 1887.

transformações das relações escravistas, os redatores conseguiram manter vivo o discurso nos últimos momentos de existência da escravidão. Contribuindo, dessa forma, para que a população de Vitória, e do Espírito Santo, incorporasse as mudanças ideológicas do final da década de 80 e divulgando a propaganda abolicionista, favoreceram a promoção de debates políticos nos espaços públicos da capital e de outras vilas e cidades capixabas. Durante o ano de 1887, nove anúncios da Beneficente Libertadora circularam nas páginas do impresso antiescravista, e até maio de 1888, as notas somaram-se dezessete. Assim, de acordo com Castilho, “to be sure, the movement’s activities were thoroughly embedded in the quotidian dimensions of provincial life, and included the participation of women, urban workers, and slaves”.²⁰²

²⁰² Castilho, 2008, p. 90.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A radicalização marcou o movimento abolicionista nos últimos anos da escravidão no Brasil. As províncias de maior relevo econômico para o país, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, registraram frequentes fugas de escravos das fazendas. Em Minas, os cativos subtraídos das áreas rurais migravam em direção à capital, Ouro Preto, onde a campanha abolicionista encontrava-se fortalecida.

No interior do Rio de Janeiro, ocorreram confrontos armados na região de Campos. Nessa cidade, o movimento liderado por Carlos de Lacerda sofreu grave repressão da polícia. Durante conferências públicas a força armada dispersou os agitadores violentamente. A contenção das manifestações públicas abolicionistas na Corte, já havia sido regularizada pela Assembleia Provincial junto ao corpo policial do Rio de Janeiro. O Regulamento Negro previa a repressão e perseguição aos escravos e abolicionistas, e proibia reuniões e comícios em prédios públicos à noite. José do Patrocínio fez questão de denunciar as bárbaras condições em que a polícia reprimia os manifestantes:

Em Campos, com uma perversidade que faria inveja aos patrões dos navios do tráfico, a polícia assassina prende, processa, espaladeira [sic], ameaça, insulta senhoras, mente, e parece esgotar o arsenal do despotismo e da barbaria.

A população acorbadada [sic] não reage; pelo contrário, não querendo sacrificar no altar das suas idéias a paz da terra natal, procura meios de conciliar com os interesses da ordem o direito da propaganda abolicionista.²⁰³

Na província de São Paulo, as fugas em massa de escravos, promovidas por Antonio Bento e os caifazes, deixavam vazias as fazendas do interior. Em 1886, durante o gabinete Cotegipe, uma lei sancionada pelo governo imperial preocupou os cafeicultores brasileiros, notadamente, paulistas. A Lei do Açoite, como ficou conhecida, abolia a prática de açoite nos estabelecimentos públicos. A medida gerou o descontentamento dos proprietários de escravos do sudeste brasileiro, sempre esperançosos em manter a escravidão por um longo período. Os cafeicultores temiam uma revolta de escravos e a conseqüente desordem pública causada pelo fim da prática. Considerado por muitos, instrumento fundamental de manutenção da submissão do escravo, a permissão do açoite representava a sustentação da

²⁰³ PATROCÍNIO, José. *Cidade do Rio*, 07 de novembro de 1887. In: PATROCÍNIO, 1996, p. 184.

soberania senhorial. A proibição de sua prática em estabelecimentos públicos preocupava na medida em que promovia o enfraquecimento da concepção de domínio do proprietário frente a seu cativo.

Os representantes paulistas no parlamento enxergavam uma ligação causal entre a abolição do açoite e as fugas em massas. Na concepção dos senadores de São Paulo, a supressão dos castigos físicos havia tornado os escravos incontrolláveis, e mais suscetíveis às investidas dos abolicionistas. Dessa forma, os agitadores do movimento conseguiam facilmente ludibriar os escravos à fuga, uma vez que esses não mais seriam punidos com açoites. A percepção dos acontecimentos políticos e sociais realizados na capital e no interior da província impulsionou os cafeicultores a mudarem suas concepções referentes à manutenção do trabalho escravo. A substituição da mão de obra fazia-se imprescindível. O sucesso da implantação do sistema de parceria no Rio Grande do Sul apresentava-se como uma possível solução ao desaparecimento dos escravos das lavouras. A imigração europeia encantava, mas seria uma medida adotada em médio prazo, os cafeicultores precisavam de braços em caráter urgente. A proposta de parceria, unida à libertação condicional por prestação de serviços mantinha os escravos trabalhando. Nos meses de junho e julho de 1887, uma onda de manumissões assolou o interior paulista.

O senador Antonio Prado, representante de São Paulo, defensor da escravatura mudou seus conceitos políticos e aderiu à campanha abolicionista. Ao seu lado, o senador João Alfredo Correia de Oliveira, representante de Pernambuco, apresentou uma proposta de lei prevendo a extinção da escravidão, contudo mediante a indenização dos proprietários de escravos. O ressarcimento dos senhores representava a maior barreira à abolição. Os cafeicultores paulistas, frente à situação, já cogitavam a promoção de uma profunda mudança nas relações de trabalho. Contudo, não abriam mão da indenização.

À medida que se aproximava a data de abertura da Assembléia Geral, a escravatura ia sendo abandonada num número crescente de lugares. Numa rápida sucessão, cidades e municípios iam sendo declarados sem escravos, incluindo as capitais de Minas Gerais e Santa Catarina, e a cidade de Petrópolis, onde o movimento de libertação era realizado sob os auspícios da Princesa Isabel.²⁰⁴

²⁰⁴ CONRAD, 1978, p.327.

Nos meses iniciais do ano da libertação dos cativos, um incidente ocorrido na Corte conflagrou uma intensa manifestação nas ruas da cidade levando Cotegepe a demitir-se.

Um oficial da Armada foi preso por engano e espancado, o que resultou em conflitos entre agentes da polícia, capoeiras e praças do Corpo de Imperiais Marinheiros. O Governo determinou a intervenção do Exército na polícia, enquanto a princesa Isabel exigiu a demissão do chefe de polícia. Como discordasse da demissão, Cotegepe pôs o cargo à disposição da princesa que o aceitou.²⁰⁵

O exército nacional havia se tornado um importante aliado na luta contra a escravidão. O Marechal Deodoro da Fonseca, nos meses finais de 1887, enviara uma mensagem à Princesa Regente na qual se comprometia a defender a pátria de uma possível rebelião de escravos, mas se negava a colocar seus homens para perseguirem escravos foragidos. A contenda entre o exército, o governo imperial e o gabinete de Cotegepe, o levou a deixar o cargo. Diante desse quadro, a princesa Isabel convocou João Alfredo Correia de Oliveira para assumir o gabinete ministerial. Adepto às ideias abolicionistas, o senador de Pernambuco iniciou seu trabalho comprometido com a aprovação de uma lei definitiva sobre a supressão da escravidão. Na Fala do Trono, em maio de 1888, a princesa regente expressou as expectativas do governo imperial com relação às conclusivas mudanças nas relações de trabalho.

A extinção [sic] do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brazil [sic] adeantou-se [sic] pacificamente de tal modo que, é hoje aspiração aclamada [sic] por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar [sic] para que o Brazil [sic] se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única excepção [sic] que n'elle [sic] figura em antagonismo com o espírito christão [sic] e liberal de nossas instituições [...].²⁰⁶

O discurso proferido pela princesa regente abriu a 3ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Geral, em 03 de maio de 1888. Dez dias depois se encontrava votada e sancionada a lei que suprimiu, incondicionalmente, a escravidão em território brasileiro. Aos cafeicultores esperançosos em receberem indenizações por seus cativos, a medida causou descontentamentos. Possivelmente, essa imposição do governo imperial tenha favorecido o desgaste de suas relações políticas com os fazendeiros.

²⁰⁵ PATROCÍNIO, 1996, p.200.

²⁰⁶ *A Província do Espírito Santo*, 04 de maio de 1888.

A Princesa [sic] Imperial Regente, em nome de Sua Magestade [sic] o imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súbditos [sic] do Império que a Assembléia Geral decretou e ella [sic] sancionou [sic] a Lei seguinte:

art.1.º É declarada extinta a escravidão no Brazil.

art.2.º Ficam revogadas todas as disposições contrárias.

[...] ²⁰⁷

Ao contrário da radicalização marcante nas demais regiões do sudeste brasileiro, a província do Espírito Santo não apresentou quaisquer mudanças de ordem pública nos últimos momentos de existência da escravidão. Conflitos como os ocorridos em Campos, em Santos, na Corte, e em São Paulo, não encontraram espaço nas ruas da cidade de Vitória. As manifestações antiescravistas realizadas obedeciam aos moldes do movimento emancipacionista da década de 70. Encarregada de recolher esmolas a fim de conferir cartas de liberdades aos escravos, a Beneficente Libertadora promoveu um evento religioso durante o ano de 1887.

Os redatores do jornal *A Província do Espírito Santo* voltaram a publicar artigos autorais. As transcrições continuaram a ilustrar as páginas do periódico. A temática abolicionista não deixou de ser veiculada. Até o dia 15 de maio, quando circulou o exemplar de homenagem à Lei Áurea, o impresso divulgou vinte e duas notas, entre editoriais e artigos extraordinários. Cleto Nunes se dedicou à redação dos editoriais sobre a escravidão, Moniz Freire havia viajado para São Paulo e, da capital paulista, enviou uma série de três artigos para o jornal. Sob o título “O governo e a abolição”, Moniz Freire, dissertou acerca das mobilizações públicas de combate à escravidão e concluiu que, nessa questão, o Espírito Santo ficara muito aquém de outras regiões:

Consiga o governo ou não desempenhar-se da missão que tomou a si, a nossa conduta deve de ser os agitadores da abolição, já que o estellionato [sic] político, como muito bem o chamou o sr. senador Candido de Oliveira, que o ministério actual [sic] perpetra em favor da permanência do seu partido no poder despoja-nos do direito que conquistamos de ser os seus legisladores.

N'esse [sic] ponto, doloroso é dizel-o [sic], a nossa província está devendo muito ao patriotismo brasileiro. Ao passo que todas as outras estão libertando vertiginosamente, esta não dá o menor signal [sic] de vida. Parece que quererá escolher para si o papel de *último reduto* sobre o qual vá cahir [sic] em cheio a lei da abolição. ²⁰⁸

Outro abolicionista a se expressar por meio de textos impressos publicados pelo jornal foi o padre Antunes Siqueira. Uma série de cinco artigos de sua autoria

²⁰⁷ *A Província do Espírito Santo*, 15 de maio de 1888. Neste exemplar os redatores dedicaram toda a capa do periódico a fim de saudar a lei recém sancionada.

²⁰⁸ *A Província do Espírito Santo*, 18 de abril de 1888.

intitulados “O abolicionismo”, veicularam nos exemplares de abril de 1888. Os demais acompanhavam a lógica dos acontecimentos políticos e reafirmavam a postura antiescravista dos redatores do *A Província do Espírito Santo*. A Libertadora Domingos Martins, divulgou uma nota no exemplar do dia 10 de maio, convocando os seus sócios para uma reunião, a fim de retomar as atividades libertárias.

Diversas comemorações saudaram a sanção da lei de 13 de maio. O jornal não deixou noticiar todas as manifestações públicas de comemoração à abolição da escravidão. Da mesma forma, divulgava as festas da liberdade em outras regiões do país. As páginas do periódico, durante o mês de maio, refletiam a importância da aprovação da medida, dado ao avultoso número de notas destinadas a exaltar o feito imperial.

As Festas – No domingo, a cidade amanheceu sob a impressão d’um [sic] acontecimento faustoso, anciosamente [sic] esperado. Desde muito cedo notava-se a desusada animação nas ruas; os escriptorios [sic] das redacções [sic] de jornaes [sic] eram assaltados a cada passo por pessoas desejosas de saber si o Areopago [sic] nacional já havia aprovado [sic] a grande lei redemptora [sic].

À 1 – 52’ da tarde, recebíamos da capital do império, transmittido [sic] pelo nosso illustrado [sic] confrade d’ *O Paiz* um telegramma [sic] annunciando [sic] que o projeto fora votado pelo senado e sancionado [sic] pela Princeza [sic] Imperial Regente. [...]

Nas ruas eram geraes [sic] as congratulações.

À noite grande parte da cidade illuminou-se [sic].

As sociedades Libertadora Rosariense, Libertadora Domingos Martins, e os estudantes do Atheneu [sic] Provincial organizaram uma pomposa passeata cívica, com o concurso das músicas Phill’Orphenica [sic] Rosariense e Caramurú.

O préstito, a que aggregou-se [sic] um mó de povo superior a 3.000 almas, desfilou em perfeita ordem por quase toda a cidade, por entre manifestações jubilosas [...].²⁰⁹

Sendo assim, o movimento abolicionista desenvolvido na capital do Espírito Santo não apresentou a radicalização característica de outras cidades brasileiras. O caráter moderado marcou a campanha realizada em Vitória. Todas as manifestações públicas antiescravistas realizadas seguiam uma lógica, procurando promover dentro da ordem a transição do trabalho escravo para o livre. Os idealizadores do movimento cuidaram para não haverem distúrbios na segurança pública e nem prejuízos para a lavoura.

²⁰⁹ *A Província do Espírito Santo*, 15 de maio 1888.

Após séculos de estagnação econômica, a partir da segunda metade do Oitocentos, a província do Espírito Santo experimentou, pelo sucesso da cafeicultura, a prosperidade financeira. A produção agroexportadora contava, principalmente, com a mão de obra escrava. Os imigrantes recém-estabelecidos na província chegavam com o intuito de povoar as terras devolutas da região, não substituir o trabalho dos cativos na lavoura do sul. Dessa forma, a previsão contemporânea de supressão da escravidão, e o resultante prejuízo da produção cafeeira, possivelmente, tenham causado temor aos capixabas. Assim, as questões econômicas provinciais e o contexto antiescravista nacional refletiam-se na estratégia cautelosa adotada pelos responsáveis pela propaganda abolicionista em Vitória.

Na imprensa, os artigos redigidos em editoriais e colunas referentes à escravidão, procuravam reproduzir o debate proferido na Corte, e em outras províncias. As transcrições de textos de jornais antiescravistas nacionais mantiveram-se constantes nas páginas dos exemplares em circulação. Nos anos anteriores a sanção da Lei Áurea, em 1888, os redatores calaram-se, deixando a cargo das transcrições a postura crítica abolicionista. Apenas meses antes, são publicados textos autorais de conteúdo antiescravista assinados pelos agitadores capixabas.

A concessão de alforrias representou o principal mecanismo de libertação utilizado pela campanha. A prática de divulgação de manumissões nos jornais pode ser apontada como uma estratégia usada na tentativa de conservação da dominação e do controle do senhor sobre seu escravo. As associações libertadoras inauguradas na capital, tanto durante a década de 70, quanto na de 80, permaneceram pouco tempo em atividade na capital. Essas sociedades não alcançaram a coesão necessária para promover eventos abolicionistas como os realizados pela Confederação Abolicionista, ou pelo grupo de Antonio Bento. Não conseguiram libertar escravos seguindo os moldes geográficos do movimento cearense, nem promoverem fugas em massa de escravos das fazendas na região.

Contudo, embora distinto da campanha nacionalmente realizada no que concerne à intensidade das manifestações públicas, o movimento abolicionista de Vitória apresentou significativa contribuição à transformação da concepção política dos moradores da capital capixaba. Os idealizadores da propaganda comungavam das ideias libertárias conclamadas pelos principais representantes do abolicionismo, tais como Nabuco de Araújo, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, Joaquim Nabuco, José

do Patrocínio, Manuel Pinto de Souza Dantas – o senador Dantas – e, em certa medida, Antonio Bento.

A maior conquista dos idealizadores abolicionista de Vitória foi, sem dúvida, entre altos e baixos, conseguir manter uma constância da propaganda veiculada por meio dos impressos locais e, utilizar as irmandades religiosas como *locus* de difusão das ideias libertárias. Comprometerem-se, ainda, publicamente com as concepções abolicionistas, aproveitando as ruas da cidade e os estabelecimentos comerciais e institucionais à disseminação destas. Provocando a reflexão abolicionista e preparando a população de Vitória para as mudanças do fim do século XIX.

REFERÊNCIAS

IMPRESSOS PERIÓDICOS

APEES – Séries Jornais – *Correio da Victória*
Exemplares – 1869/ 1870/ 1871/ 1872.

APEES – Séries Jornais – *Jornal da Victoria*
Exemplares – 1869.

APEES – Séries Jornais – *O Espírito Santense*
Exemplares – 1870/1871/1872/1873/1874/1875/1876/1877/1878/1879/1880/1881/
1882.

APEES – Séries Jornais – *A Província do Espírito Santo*
Exemplares – 1882/1883/1884/1885/1886/1887/1888 (janeiro a junho)

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ALMADA, Vilma Paraíso. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850/1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil uma história comparada: século XIX*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz da Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BASTOS, Fabíola Martins. *Quando a conversa não basta: criminalizando costumes em Vitória. (1850-1861)*. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, Adriana Pereira. Abolicionistas, negros e escravidão, *Dimensões- Revista de História da UFES*, Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº10, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

CARVALHO, Antônio Contijo de (Org.). *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1951.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Fortunas capixabas: as redes de relações sociais e políticas em Vitória. 1790 a 1822*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: the politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869/1888*. Tese (Doctor of Philosophy in History) - University of Califórnia, Berkley, 2008.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850/1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DA COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da Liberdade: Emancipacionismo e Abolicionismo em Ouro Preto e Mariana – 1871-1888*. Anais do I Colóquio do LAHES. Disponível em:

<HTTP:

www.lahes.ufjf.br/publicacoes/Coloquio1%20PDF/Luiz%20Gustavo%20Santos%20Cota.pdf Acesso em: 11 mai. 2009.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: O Espírito Santense, 1879.

DUQUE-ESTRADA, Osório. *A abolição* - esboço histórico. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1918.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JOSÉ, Oiliam. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

JESUS, Aloíza Delurde Reali de. *Comarca de Vitória: escravo de ganho e aluguel. (1850-1871)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1850-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidades em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na época da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALHEIROS, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À sombra da escravidão: negócios e família escrava em Vitória – 1800-1830*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e Poder: surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades nas cidades imperiais (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, sd.

_____. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1963.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos/José do Patrocínio; introdução: José Murilo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. *Homens e cousas do Espírito Santo*. Vitória: Sociedade Artes Gráficas, 1914.

_____. *Imprensa no Espírito Santo*. Revista da Cultura, UFES, ano I, nºII, janeiro/junho, 1979, Vitória, Editora da UFES, 1978.

ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da literatura espírito-santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.

REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na imprensa mineira (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e; CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOARES. Geraldo A. *Escravos denunciando seu senhor à polícia: Vitória, 1872*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nº52, Vitória, 2002.

_____. *Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX*. Dimensões. Vol. 16- 2004.

SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade no Rio de Janeiro, século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.